

II SÉRIE



DIÁRIO DA REPÚBLICA

Segunda-feira, 12 de Março de 2007

Número 50

ÍNDICE

PARTE J

2.º SUPLEMENTO

Corticeira Amorim, SGPS, S. A.

Relatório n.º 1-AH/2007:

Contas de 2004..... 6700-(138)

Rodoviária da Beira Litoral, S. A.

Relatório n.º 1-AI/2007:

Contas de 1993..... 6700-(179)



PARTE J

CORTICEIRA AMORIM, SGPS, S. A.

Relatório n.º 1-AH/2007

Sede: Meladas, Mozelos, Santa Maria da Feira.

Conservatória do Registo Comercial de Santa Maria da Feira. Matrícula n.º 554/630502; identificação de pessoa colectiva n.º 500077797; números e data da apresentação: 76 e 77/28 de Abril de 2005.

José António Lopes da Rocha Figueiredo, ajudante principal da Conservatória do Registo Comercial de Santa Maria da Feira:

Certifica, que foram depositados na respectiva pasta os documentos relativos à prestação de contas do exercício de 2004 e ainda prestação de contas consolidadas do mesmo ano.

10 de Agosto de 2005. — O Ajudante Principal, *José António Lopes da Rocha Figueiredo*.

Relatório e contas de 2004

Relatório de gestão (individual)

Srs. Accionistas:

No cumprimento do artigo 65.º do Código das Sociedades Comerciais, vimos submeter à vossa apreciação, o relatório de gestão, as contas do exercício de 2004 e os demais documentos de prestação de contas previstos na lei relativos à sociedade Corticeira Amorim, SGPS, S. A. (adiante designada apenas por Corticeira Amorim).

I — Actividades operacionais

Para uma melhor compreensão da actividade das diferentes unidades consultar o capítulo correspondente do relatório consolidado de gestão.

II — Conta de resultados

Segue uma breve descrição da actividade consolidada da Corticeira Amorim, o que possibilitará um melhor entendimento dos resultados em termos individuais.

A actividade do segundo semestre revelou algum abrandamento, o que em termos de vendas foi ainda mais notório face à desvalorização acentuada que o dólar norte-americano apresentou nos últimos meses do exercício.

Os valores finais de vendas registam um total de 429,5 milhões de euros, o que mesmo assim compara favoravelmente com os 427,5 milhões atingidos no exercício anterior.

Por unidade de destacar a manutenção do valor de vendas nas rolhas, embora com um crescimento nas respectivas quantidades vendidas.

A evolução no mercado australiano e a referida desvalorização do dólar norte-americano justificam aquela estabilização nominal. Em termos de margem a desvalorização do dólar teve nesta unidade um especial efeito desfavorável.

De assinalar o crescimento observado na unidade de revestimentos, cerca de 5%, com uma variação positiva tanto nos revestimentos de solos de cortiça como nos de madeira.

Para este desempenho muito contribuiu o aumento de quota no mercado alemão.

As vendas das unidades de negócio de aglomerados técnicos e de isolamentos tiveram um crescimento de 1% e 3%, respectivamente, tendo a primeira unidade sido também materialmente afectada pela evolução do dólar norte-americano.

A unidade de negócio de cortiça com borracha teve um decréscimo de vendas da ordem dos 6% sendo, de longe, a unidade mais afectada

em vendas e em resultados, pela quebra do dólar norte-americano. De notar que as vendas nesta divisa representam cerca de 70% da facturação respectiva.

A unidade de negócio de matérias-primas acentuou a sua integração na cadeia de valor acrescentado da Corticeira Amorim, canalizando 85% das suas vendas para outras unidades.

Assim, embora aumentando a sua facturação em cerca de 8%, o contributo para as vendas consolidadas diminuiu cerca de 3 milhões o que influenciou adversamente este registo.

Em termos práticos vendeu-se menos para o exterior produtos de baixa margem tal como prancha.

Em termos de margem bruta assistiu-se a uma descida no exercício de 2004, tendo passado de uns elevados, em termos históricos, 48,4% em 2003, para 47,3%.

Esta baixa é justificada quer pelo importante impacto da desvalorização do dólar norte-americano, quer por alguma rigidez de preço final que, em geral, o mercado dos produtos de cortiça apresenta. A descida da margem bruta representou um impacto de cerca de 4 milhões de euros.

A evolução dos restantes custos operacionais permitiu, no entanto, recuperar todo este efeito, apresentando os resultados operacionais um crescimento de cerca de 4% ao atingirem os 21,4 milhões de euros. Continua em execução o plano de redução dos custos operacionais, do qual se espera uma contribuição significativa na melhoria do desempenho operacional da Corticeira Amorim.

Relativamente ao EBIT (conceito mais abrangente que o tradicional resultado operacional) o valor atingiu os 20,7 milhões de euros, uma estabilização relativamente ao exercício anterior.

O bom desempenho da função financeira deveu-se ao efeito favorável decorrente da redução do capital investido, em especial no que respeita à redução das necessidades de fundo de maneio, bem como a uma diminuição do custo médio da dívida em cerca de 60 pontos base.

A conjugação destes dois efeitos foi a principal responsável pela melhoria de cerca de 2 milhões de euros na função financeira do exercício.

Os resultados financeiros atingiram os — 9,3 milhões de euros.

Após contabilização de interesses minoritários de 0,6 milhões de euros, de uma estimativa de imposto sobre o rendimento de 2,2 milhões, o resultado líquido atingiu os 10 milhões de euros, um crescimento de 24% relativamente ao exercício anterior.

Em termos individuais, e em virtude da utilização do método de equivalência patrimonial (MEP) na valorização das participações financeiras detidas pela empresa-mãe, o resultado líquido é igual ao apresentado em termos consolidados, ou seja 10,032 milhões de euros. Este valor é composto por — 3,208 milhões de euros de resultados individuais propriamente ditos, sendo de destacar os — 2,227 milhões de euros relativos à função financeira e os — 2,263 milhões de euros referentes a custos operacionais e extraordinários.

A empresa contabilizou também um crédito relativo ao imposto sobre o rendimento no valor de 1,282 milhões de euros.

Os remanescentes 13,240 milhões de euros correspondem à apropriação de resultados das suas participadas.

III — Balanço

O balanço atingiu os 357 milhões de euros, continuando o activo a ser composto, quase exclusivamente, pelo valor relativo às participações financeiras e aos respectivos suprimentos. O passivo de 153 milhões é composto basicamente pelo endividamento bancário, o qual monta a 147 milhões de euros. O valor total dos capitais próprios, incluindo os resultados líquidos do exercício, apresenta, assim, o valor de 204 milhões de euros.

IV — Proposta de aplicação de resultados

Tendo em conta que o resultado líquido apurado no final do exercício de 2004 é positivo no valor de 10 031 635,88, o conselho de

administração propõe que os accionistas deliberem aprovar que o referido resultado, tenha a seguinte aplicação:

Para reserva legal: 907 496,78 euros;
 Para lucros não atribuídos: 13 240 000 euros;
 Para resultados transitados: — 4 115 860,90 euros.

Adicionalmente o conselho de administração propõe a distribuição de um dividendo no valor de 4 655 000 euros, parte existente na rubrica de reservas livres, a que corresponde um valor de 0,035 euros por acção.

V — Valores mobiliários próprios

De acordo com a alínea d) do artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que a empresa adquiriu em Bolsa, durante 2004, 933 409 acções próprias, representativas de 0,70% do seu capital social, pelo preço médio unitário de 1,1796 euros e global de 1 101 052,62 euros.

Durante o mesmo período, a empresa alienou em Bolsa 853 470 acções próprias, representativas de 0,64% do seu capital social, pelo preço médio unitário de 1,1428 euros e global de 975 336,70 euros.

No final do exercício, permaneciam em carteira 2 530 357 acções próprias, representativas de 1,90% do seu capital social.

VI — Eventos posteriores

Posteriormente a 31 de Dezembro de 2004 e até à data do presente relatório, não ocorreram factos relevantes que venham a afectar materialmente a posição financeira e os resultados futuros da Corticeira Amorim e do conjunto das empresas filiais incluídas na consolidação.

VII — Fecho do relatório

O conselho de administração aproveita esta oportunidade para expressar o seu reconhecimento:

Aos accionistas e investidores, pela confiança inequívoca que têm manifestado;

Às instituições de crédito, pela importante colaboração prestada;
 Ao fiscal único pelo rigor e qualidade da sua actuação.

A todos os colaboradores, cuja disponibilidade e empenho tanto têm contribuído para o desenvolvimento e crescimento das empresas participadas pela Corticeira Amorim, aqui lhes manifestamos o nosso sentido apreço.

Mozelos, 28 de Fevereiro de 2005. — O Conselho de Administração:
(Assinaturas ilegíveis.)

Anexo ao relatório de gestão em 31 de Dezembro de 2004

1 — Acções Corticeira Amorim, SGPS, S. A., detidas e ou transaccionadas pelos órgãos sociais da empresa:

Em cumprimento do estabelecido no artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se:

i) O administrador José Américo Amorim Coelho detinha em 1 de Janeiro 576 693 acções Corticeira Amorim, SGPS, S. A. Durante o ano alienou 454 620 acções ao preço médio ponderado de 1,12 euros, não tendo adquirido, no referido período, nenhuma acção da sociedade. Assim, em 31 de Dezembro de 2004, é detentor de 122 073 acções Corticeira Amorim, SGPS, S. A.

Mapa resumo das transacções realizadas

Sessão de bolsa	Quantidade de acções alienadas	Preço unitário
2 de Janeiro de 2004	25 000	1,14
5 de Janeiro de 2004	27 737	1,13

Sessão de bolsa	Quantidade de acções alienadas	Preço unitário
8 de Janeiro de 2004	70 000	1,10
14 de Janeiro de 2004	50 569	1,10
15 de Janeiro de 2004	46 314	1,10
19 de Janeiro de 2004	150 000	1,10
26 de Janeiro de 2004	5 608	1,18
27 de Fevereiro de 2004	34 392	1,18
12 de Fevereiro de 2004	45 000	1,19
<i>Total</i>	454 620	

ii) O administrador Rui Miguel Duarte Alegre mantém a posse de 666 acções da sociedade, não tendo transaccionado qualquer título durante o ano de 2004;

iii) Os restantes membros dos órgãos sociais não detêm nem transaccionaram qualquer título representativo do capital social da sociedade.

2 — Relação dos accionistas titulares de mais de um décimo do capital social da empresa:

Em cumprimento do estabelecido no artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais:

Informa-se que a sociedade Amorim Capital, SGPS, S. A., é detentora, à data de 31 de Dezembro de 2004, de 90 162 161 acções da Corticeira Amorim, SGPS, S. A., correspondentes a 67,791% do capital social e a 69,106% dos direitos de votos.

3 — Participações sociais qualificadas:

Relação dos accionistas titulares de participações sociais qualificadas, à data de 31 de Dezembro de 2004:

Accionistas titulares		
Accionista	Número de acções	Porcentagem dos direitos de votos
Amorim Capital, SGPS, S. A.	90 162 161	69,106
Luxor, SGPS, S. A.	3 069 230	2,352
Millennium BPC-Investimentos — Fundos Mobiliários, S. A. (a)	5 347 372	4,099
Portus Securities — Sociedade Corretora, L.ª	8 500 000	6,515
Directamente	7 500 000	5,749
Via accionista/gestor	1 000 000	0,766

(a) Sociedade anteriormente denominada AF-Investimentos — Fundos Mobiliários, S. A., em representação dos fundos por si geridos.

A Amorim — Investimentos e Participações, SGPS, S. A., detém, à data de 31 de Dezembro de 2004, uma participação qualificada indirecta na Corticeira Amorim, SGPS, S. A., de 90 162 161 acções correspondente a 69,106% de direitos de votos.

A referida participação indirecta é detida através da Amorim Capital, SGPS, S. A.

A Amorim — Investimentos e Participações, SGPS, S. A., é detida, à data de 31 de Dezembro de 2004, a 100% pela Interfamília II, SGPS, S. A.

De referir que em 31 de Dezembro de 2004 a sociedade possuía 2 530 357 acções próprias.

Mozelos, 28 de Fevereiro de 2005. — O Conselho de Administração: *(Assinatura ilegível.)*

Balanço em 31 de Dezembro de 2004**ACTIVO**

(Em milhares de euros)

	2004			2003
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
Imobilizado:				
Imobilizações corpóreas:				
Equipamento administrativo	14	9	5	7
Investimentos financeiros:				
Partes de capital em empresas do Grupo	257 400	—	257 400	246 376
Empréstimos a empresas do Grupo	65 062	—	65 062	324
	<u>322 462</u>	<u>—</u>	<u>322 462</u>	<u>329 538</u>
Circulante:				
Dívidas de terceiros — curto prazo:				
Empresas do Grupo	24 108	—	24 108	41 838
Estado e outros entes públicos	614	—	614	324
Outros devedores	71	—	71	60
	<u>24 793</u>	<u>—</u>	<u>24 793</u>	<u>42 222</u>
Depósitos bancários e caixa:				
Depósitos bancários	1	—	1	2
Custos diferidos	—	—	—	—
	<u>1</u>	<u>—</u>	<u>1</u>	<u>2</u>
Acréscimos e diferimentos:				
Acréscimos de proveitos	463	—	463	683
Custos diferidos	2	—	2	76
Impostos diferidos activos	9 825	—	9 825	3 462
	<u>10 290</u>	<u>—</u>	<u>10 290</u>	<u>4 221</u>
<i>Total de amortizações</i>		<u>9</u>		
<i>Total do activo</i>	<u>357 560</u>	<u>9</u>	<u>357 551</u>	<u>375 990</u>

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO

	2004	2003
Capital próprio:		
Capital	133 000	133 000
Acções próprias — valor nominal	— 2 530	— 2 450
Acções próprias — descontos e prémios	164	501
Prémios de emissão de acções	38 893	38 893
Ajustamento de partes de capital em filiais e associadas	— 49 518	— 47 692
Reservas de reavaliação	4 052	4 052
Reservas:		
Reservas legais	1 177 064	1 027 062
Outras reservas	12 212 626	10 220 592
Ajustamentos de justo valor	— 41	—
Resultados transitados	— 4 074	— 12 595
<i>Subtotal</i>	<u>194 298</u>	<u>187 770</u>
Resultado líquido do exercício	<u>10 032</u>	<u>8 118</u>
<i>Total do capital próprio</i>	<u>204 330</u>	<u>195 888</u>
Passivo:		
Provisões para riscos e encargos:		
Outras provisões para riscos e encargos	—	499

(Em milhares de euros)

	2004	2003
Dívidas a terceiros — médio e longo prazos:		
Dívidas a instituições de crédito	75 000	87 464
Dívidas a terceiros — curto prazo :		
Empréstimos por obrigações:		
Não convertíveis	—	43 850
Dívidas a instituições de crédito	71 678	39 980
Fornecedores, c/c	33	28
Empresas do grupo	5 158	7 145
Outros accionistas	1	2
Estado e outros entes públicos	276	146
Outros credores	—	—
	77 146	91 151
Acréscimos e diferimentos:		
Acréscimos de custos	1 034	988
Ajustamentos de justo valor	41	—
	1 075	988
<i>Total do passivo</i>	153 221	180 102
<i>Total do capital próprio e passivo</i>	357 551	375 990

O Conselho de Administração: (Assinaturas ilegíveis.) — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

Demonstração dos resultados por natureza em 31 de Dezembro de 2004

CUSTOS E PERDAS

(Em milhares de euros)

	2004	2003
Fornecimentos e serviços externos	356	311
Custos com o pessoal:		
Remunerações	1 277	1 209
Encargos sociais:		
Outros	174	158
	1 451	1 367
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	3	5
Impostos	—	—
Outros custos e perdas operacionais	145	150
	145	150
(A)	1 955	1 833
Juros e custos similares:		
Relativos a empresas do grupo	3	1
Outros	5 039	6 380
	5 042	6 381
(C)	6 997	8 214
Custos e perdas extraordinários	836	4
(E)	7 833	8 218
Imposto sobre o rendimento do exercício	— 1 282	— 504
(G)	6 551	7 714
Resultado líquido do exercício	10 032	8 118
	16 583	15 832

PROVEITOS E GANHOS

	2004	2003
Prestações de serviços	30	—
(B)	30	—
Rendimentos de participações de capital	13 240	11 280

(Em milhares de euros)

	2004	2003
Outros juros e proveitos similares:		
Relativos a empresas do grupo	2 813	4 520
Outros	1	32
(D)	16 054	15 832
Proveitos e ganhos extraordinários	499	—
(F)	16 583	15 832
Resumo:		
Resultados operacionais (B)–(A) =	– 1 925	– 1 833
Resultados financeiros (D–B)–(C–A) =	11 012	9 451
Resultados correntes (D)–(C) =	9 087	7 618
Resultados antes de impostos (F)–(E) =	8 750	7 614
Resultado líquido do exercício (F)–(G) =	10 032	8 118

O Conselho de Administração: (Assinaturas ilegíveis.) — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

Demonstração dos resultados por funções em 31 de Dezembro de 2004

(Em milhares de euros)

	2004	2003
Vendas e prestações de serviços	30	—
Custo das vendas e prestações de serviços	17	—
Resultados brutos	13	—
Outros proveitos e ganhos operacionais	—	18
Custos de distribuição	—	—
Custos administrativos	– 1 815	– 1 687
Outros custos e perdas operacionais	– 147	– 148
Resultados operacionais	– 1 949	– 1 817
Custo líquido de financiamento	– 2 226	– 1 849
Ganhos (perdas) em filiais e associadas	13 240	11 280
Ganhos (perdas) em outros investimentos	—	—
Resultados não usuais ou não frequentes	– 315	—
Resultados correntes	8 750	7 614
Imposto sobre os resultados correntes	– 1 282	– 504
Resultados correntes após impostos	10 032	8 118
Resultados de operações em descontinuação	—	—
Resultados extraordinários	—	—
Imposto sobre os resultados extraordinários	—	—
Resultados de alterações políticas contabilísticas	—	—
Resultados líquidos	10 032	8 118
Resultados por acção (em euros)	0,08	0,06

A quantidade média ponderada de acções em 2004 e 2003 é de 133 000 000.

O Conselho de Administração: (Assinaturas ilegíveis.) — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de Dezembro de 2004

(Em milhares de euros)

	2004	2003
Actividades operacionais:		
Recebimento de clientes	30	—
Pagamentos a fornecedores	– 463	– 428
Pagamentos ao pessoal	– 1 293	– 1 259
Fluxo gerado pelas operações	– 1 726	– 1 687

(Em milhares de euros)

	2004		2003	
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	—	6 885	—	590
Outros recebimentos/pagamento relativos à actividade operacional	—	72	—	82
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias	—	8 683	—	1 179
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	—	—	—	—
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	—	836	—	18
<i>Fluxos das actividades operacionais</i>	—	9 519	—	1 197
Actividades de investimento:				
Recebimentos provenientes de:				
Investimentos financeiros	85 109		64 992	
Imobilizações corpóreas	—		—	
Imobilizações incorpóreas	—		—	
Subsídios de investimento	—		—	
Juros e proveitos similares	4 338		7 604	
Dividendos	13 349	102 796	—	72 596
Pagamentos respeitantes a:				
Investimentos financeiros	—	63 495	—	65 367
Imobilizações corpóreas	—	—	—	—
Imobilizações incorpóreas	—	63 495	—	65 367
<i>Fluxos das actividades de investimento</i>		39 301		7 229
Actividades de financiamento:				
Recebimentos provenientes de:				
Empréstimos obtidos	129 245		130 633	
Aumentos de capital, prestações suplementares e prémios de emissão	—		—	
Subsídios e doações	—		—	
Vendas de acções (quotas) próprias	975		707	
Cobertura de prejuízos	—	130 220	—	131 340
Pagamentos respeitantes a:				
Empréstimos obtidos	—	153 859	—	129 482
Amortizações de contratos de locação financeira	—	—	—	—
Juros e custos similares	—	5 043	—	6 386
Dividendos	—	—	—	—
Reduções de capital e prestações suplementares	—	—	—	—
Aquisições de acções (quotas) próprias	—	1 101	—	1 504
<i>Fluxos das actividades de financiamento</i>		29 783		6 032
Variação de caixa e seus equivalentes	—	1	—	—
Efeito das diferenças de câmbio	—	—	—	—
Caixa e seus equivalentes no início do período		2		2
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1		2

O Conselho de Administração: (*Assinaturas ilegíveis.*) — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível.*)**Anexo à demonstração dos fluxos de caixa 31 de Dezembro de 2004**

2 — Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes:

(Em milhares de euros)

Rubricas	2004	2003
Numerário	—	—
Depósitos bancários imediatamente disponíveis	1	2
Caixa e seus equivalentes	1	2
Disponibilidades constantes do balanço:		
Depósitos bancários	1	2
Caixa	—	—

5 — Outras informações necessárias à compreensão da demonstração dos fluxos de caixa:

A 31 de Dezembro de 2004, havia um total de 11 799 milhares de euros de facilidades de créditos não utilizados (23 808 em 2003).

O Conselho de Administração: (*Assinaturas ilegíveis.*) — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível.*)

Anexo ao balanço e à demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 2004

(Valores expressos em milhares de euros)

Introdução:

Por imposição legal decorrente da transformação da empresa numa sociedade gestora de participações sociais, ocorrida por escritura pública de 3 de Dezembro de 1990, foi transferido todo o seu património industrial, bem como as demais rubricas do seu balanço directamente relacionadas com a sua actividade industrial, para uma sociedade para o efeito constituída, por domínio total inicial, denominada Corticeira Amorim — Indústria, S. A.

As notas que se seguem encontram-se organizadas em conformidade com o Plano Oficial de Contabilidade (POC).

1 — Disposições do POC requeridas:

As demonstrações financeiras do exercício foram preparadas, em todos os seus aspectos materiais, em conformidade com as disposições do POC.

2 — Valores comparativos:

Nada a referir.

3 — Critérios valorimétricos:

a) Transacções em moeda estrangeira. — As operações em moeda estrangeira são registadas ao câmbio da data considerada para a operação, salvo se o câmbio estiver fixado pelas partes ou garantido por uma terceira entidade.

b) Imobilizações corpóreas. — As imobilizações corpóreas são contabilizadas pelo respectivo valor histórico de aquisição.

As reintegrações do imobilizado corpóreo são calculadas pelo método das quotas constantes, utilizando-se para o efeito as taxas definidas no Decreto Regulamentar número 2/90 de 12 de Janeiro, que se consideram representarem satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens.

c) Investimentos financeiros. — As partes de capital em empresas do grupo e associadas estão expressas pelo método da equivalência patrimonial.

As partes de capital em outras empresas são expressas pelo respectivo custo histórico de aquisição, incluindo eventuais despesas directamente relacionadas com a compra.

4 — Taxas de câmbio utilizadas nas demonstrações financeiras:

A 31 de Dezembro de 2004, a empresa não tem valores activos e passivos originariamente em moeda estrangeira.

5 — Efeito da utilização de critérios de base fiscal:

Não foram adoptados critérios que afectem o resultado do exercício, com vista a obter vantagem fiscal.

6 — Situações que afectem impostos futuros:

Os impostos correntes sobre lucros são registados de acordo com a legislação vigente.

São reconhecidos impostos diferidos, activos e passivos, sempre que assumam expressão significativa. Em 2004 foram reconhecidos, em resultados, impostos diferidos activos no montante de 1285 milhares de euros.

Em consequência da sociedade ser tributada pelo regime especial de determinação da matéria colectável em relação às sociedades do grupo, consignado pelo artigo 63.º do código do IRC, o cálculo da estimativa para impostos é efectuado com base na matéria colectável consolidada, das seguintes empresas:

Corticeira Amorim, SGPS, S. A.;
Amorim Irmãos, S. A.;
Amorim Irmãos, SGPS, S. A.;
Amorim Industrial Solutions — Indústria de Cortiça e Borracha I, S. A.;
Amorim Industrial Solutions — Indústria de Cortiça e Borracha II, S. A.;
Amorim Industrial Solutions, SGPS, S. A.;
Aplifin — Aplicações Financeiras, S. A.;
Amorim Revestimentos, S. A.;
Champcork — Rolhas de Champanhe, S. A.;
Corticeira Amorim — Indústria, S. A.;
Inter Champanhe — Fabricante de Rolhas de Champanhe, S. A.;
Labcork — Laboratório Central do Grupo Amorim, S. A.;
Portocork Internacional, S. A.;
Vasconcelos & Lyncke, S. A.

O saldo remanescente dos prejuízos fiscais do grupo, apurados no exercício de 2001, no montante de cerca de 40 000 milhares de euros, os quais estão sujeitos a revisão pelas autoridades fiscais, poderão vir a ser utilizados para compensar lucros tributáveis apurados até 2007.

7 — Volume de emprego:

Em 2004 a empresa teve, em média, 11 empregados ao seu serviço (em 2003: 10).

8 — Imobilizações incorpóreas:

As despesas de instalação (7 milhares de euros) que em 2003 ficaram completamente amortizadas, foram abatidas em 2004.

9 — Trespases:

Não existem situações relativas a trespases.

10 — Movimentos no activo imobilizado:

Activo bruto:

Rubrica	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transfe- rências e abates	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de instalação	7	—	—	—	7
Imobilizações corpóreas:					
Equipamento administrativo	13	1	—	—	14
Investimentos financeiros:					
Partes de capital em empresas do grupo	246 376	25 300	—	— 14 276	257 400
Empréstimos a empresas do grupo	83 162	6 000	—	— 24 100	65 062
	329 538	31 300	—	— 38 376	322 462

Conforme já referido na nota n.º 6, em 2004 foram abatidos os elementos do activo imobilizado incorpóreo, no montante de 7 milhares de euros, que se encontravam totalmente amortizados.

Os aumentos de partes de capital em empresas do grupo referem-se:

Subscrição da totalidade do aumento de capital da Moraga — Comércio e Serviços, S. A.	25 000
Prestações acessórias à Moraga — Comércio e Serviços, S. A.	300
	<u>25 300</u>

Os empréstimos a empresas do grupo foram concedidos às seguintes empresas:

Corticeira Amorim — Indústria, S. A.	2 000
Amorim Revestimentos, S. A.	4 000
	<u>6 000</u>

As transferências e abates em partes de capital em empresas do grupo resumem-se como segue:

Apropriação da quota parte nos resultados das empresas grupo	13 240
Apropriação da quota parte nas outras variações directas nos capitais próprios das empresas do grupo	— 1 424
Dividendos recebidos da Moraga — Comércio e Serviços, S. A.	— 13 349
Conversão de suprimentos em prestações acessórias	7 400
Reembolsos de prestações acessórias	— 20 143
	<u>— 14 276</u>

As transferências e abates em empréstimos a empresas do grupo referem-se a:

Conversão de suprimentos em prestações acessórias	— 7 400
Reembolsos de suprimentos	— 16 700
	<u>— 24 100</u>

Amortizações e provisões:

Rubrica	Saldo inicial	Reforço	Regulizações	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação	7	—	— 7	—
Imobilizações corpóreas:				
Equipamento administrativo	6	3	—	9

11 — Custos financeiros capitalizados:

Não aplicável.

12 — Critérios de reavaliação do imobilizado:

Não aplicável.

13 — Efeito das reavaliações no imobilizado:

Não aplicável.

14 — Outras informações relativas ao activo imobilizado:

Não existem imobilizações em poder de terceiros, implantadas em propriedade alheia ou localizadas no estrangeiro.

15 — Valor contabilístico dos bens utilizados ou adquiridos em locação financeira:

Nada a referir.

16 — Informação relativa a empresas do grupo, empresas associadas e empresas participadas:

Empresas	Sede	Porcentagem do capital social	Últimas contas		
			Capitais próprios	Resultado	Exercício
Amorim & Irmãos, SGPS, S. A.	Santa M. de Lamas/Santa M. da Feira	100,00	208 988	636	2004
Amorim Florestal — Ind., Com. e Exploração, S. A.	Mozelos/Santa Maria da Feira	100,00	4 132	— 82	2004
Amorim Industrial Solutions, SGPS, S. A.	Mozelos/Santa Maria da Feira	100,00	17 407	187	2004
Amorim Industrial Solutions — ICB II, S. A.	Mozelos/Santa Maria da Feira	100,00	2 852	— 641	2004
Amorim Isolamentos, S. A.	Mozelos/Santa Maria da Feira	80,00	28	— 227	2004
Amorim Revestimentos, S. A.	São Paio de Oleiros/Santa M. da Feira	26,48	30 419	3 590	2004
Corticeira Amorim-Indústria, S. A.	Mozelos/Santa M. da Feira	100,00	22 031	6 918	2004
General Inv. & Participations Ginpar, S. A.	Marrocos	99,76	56	—	2004
Labcork — Lab. Central do Grupo Amorim, S. A.	Mozelos/Santa M. da Feira	100,00	351	— 11	2004
Moraga — Comércio e Serviços, S. A.	Funchal/Madeira	99,92	25 652	— 154	2004

A empresa é consolidada na firma Amorim — Investimentos e Participações, SGPS, S. A., com sede na Rua de Meladas, 380, freguesia de Mozelos, concelho de Santa Maria da Feira.

17 — Títulos negociáveis:

Nada a referir.

18 — Investimentos financeiros em fundos de tesouraria:

Nada a referir.

19 — Valores de mercado dos elementos do activo circulante:

Não se considera existirem diferenças materialmente relevantes entre o valor contabilístico e o valor de mercado dos elementos que integram o activo circulante.

20 — Outras informações relativas ao activo circulante:

Não aplicável.

21 — Provisões extraordinárias relativas ao activo circulante:

Não aplicável.

22 — Valor das existências fora da empresa:

Não aplicável.

23 — Dívidas de cobrança duvidosa:

Nada a referir.

24 — Adiantamentos e empréstimos aos membros dos corpos sociais:

Nada a referir.

25 — Saldos com o pessoal:

Os saldos a pagar ao pessoal ascendem a 75 milhares de euros relativamente a férias e subsídios de férias que se vencem para pagamento em 2005.

26 — Dívidas tituladas:

Não existem dívidas tituladas para além das que se encontram evidenciadas no balanço.

27 — Obrigações convertíveis, títulos de participação e outros títulos ou direitos similares:

Nada a referir.

28 — Dívidas em mora ao Estado:

Não existem dívidas em situação de mora ao Estado ou a outros entes públicos.

29 — Passivo vencível a mais de cinco anos:

As dívidas vencíveis a mais de cinco anos ascendem a 25 000 milhares de euros.

30 — Garantias reais prestadas:

V. nota n.º 32.

31 — Compromissos financeiros que não figuram no balanço:

Nada a referir.

32 — Responsabilidades da empresa por garantias prestadas:

À data de 31 de Dezembro de 2004, encontram-se prestadas as seguintes garantias:

Beneficiário	Entidade	Natureza	Valor
2.ª Repartição do Serviço de Finanças da Feira	—	Fiança	4 867
Tribunal do Trabalho	BCP	Garantia bancária	84
	BPI	Garantia bancária	1157
Empresas interligadas	BBVA	Aval	2 494
	Banco Simeon	Carta conforto	7 000
	ABN*AMRO	Carta conforto	35 859
	BCP	Carta conforto	51 506
	BES	Carta conforto	2 689
	BPI	Carta conforto	1 995
	CGD	Carta conforto	18 883
	Cari Plump	Carta conforto	256
	Citibank	Carta conforto	35 106
	Fortis Bank	Carta conforto	6 350
	La Caixa	Carta conforto	301
	Mercantile Bank	Carta conforto	653
	Unibank	Carta conforto	403
	CreditAnstalt	Garantia bancária	436
	B. L'Aquitene	Garantia bancária	1 524
	BPI	Opção	7 200

A empresa domina totalmente as sociedades a seguir indicadas, pelo que assume, relativamente a sociedades, as responsabilidades previstas no Código das Sociedades Comerciais:

Amorim & Irmãos, SGPS, S. A.

Amorim Florestal — Indústria, Comércio e Exploração, S. A.

Amorim Industrial Solutions, SGPS, S. A.

Amorim Industrial Solutions — Indústria de Cortiça e Borracha II, S. A.

Amorim Revestimentos, S. A.

Corticeira Amorim — Indústria, S. A.

Labcork — Laboratório Central do Grupo Amorim, L.^{da}

Moraga — Comércio e Serviços, S. A.

As garantias reais prestadas, consubstanciam-se em 40 000 acções Corticeira Amorim — Indústria, S. A., depositadas, a título de caução em processo litigioso.

33 — Diferenças entre a importância das dívidas a pagar e as quantias arrecadadas:

Não aplicável.

34 — Movimentos das provisões:

Rubricass	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
29 — Provisões para riscos e encargos:				
Processos judiciais em curso	499	—	499	—

35 — Movimentos no capital social:

Durante o ano de 2004, não se verificaram movimentos no capital social.

36 — Decomposição do capital social:

O capital social está representado por 133 milhões de acções ordinárias, escriturais, que conferem direito a dividendos, com o valor nominal unitário de um euro.

37 — Pessoas colectivas com participação superior a 20% no capital da empresa:

Amorim Capital, SGPS, S. A. (percentagem) 67,791

38 — Subscrições de capital realizadas no exercício:

Durante o ano de 2004 não foram efectuadas subscrições de capital.

39 — Reservas de reavaliação:

Não se verificaram movimentos nas contas de reservas de reavaliação.

40 — Movimentos nos capitais próprios:

Rubricas	Saldo inicial	Movimentos	Saldo final
Capital social	133 000	—	133 000
Acções próprias — valor nominal	— 2 450	— 80	— 2 530
Acções próprias — descontos e prémios	501	— 337	164
Prémios de emissão de acções	38 893	—	38 893
Ajustamento de partes de capital em filiais e associadas	— 47 692	— 1 826	— 49 518
Reservas de reavaliação	4 052	—	4 052
Reservas legais	6 538	—	6 538
Reservas especiais	12	—	12
Reservas resultantes da venda de acções próprias	16	292	308
Reservas livres	67 494	—	67 494
Ajustamentos de justo valor	—	— 41	— 41
Resultados transitados	— 12 594	8 520	— 4 074
Resultado líquido do exercício:			
Exercício de 2003	8 118	— 8 118	—
Exercício de 2004	—	10 032	10 032
	195 888	8 442	204 330

Os movimentos nos capitais próprios, no montante de 8442 milhares de euros, sumarizam-se como segue:

Aquisição de 933 409 acções próprias	— 1 101
Venda de 853 470 acções próprias	684
Ganho líquido na venda de acções próprias	292
Variações directas nos capitais próprios das filiais e associadas	— 1 424
Ajustamentos de justo valor	— 41
Resultado líquido do exercício	10 032
<i>Total</i>	<u>8 442</u>

Por deliberação da assembleia geral de 29 de Março de 2004, o resultado líquido positivo do exercício de 2003, no montante de 8118 milhares de euros, teve a seguinte aplicação:

Lucros não atribuídos	11 280
Resultados transitados	— 3 162
<i>Total</i>	<u>8 118</u>

41 — Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:

Não aplicável.

42 — Variação da produção:

Não aplicável.

43 — Remunerações atribuídas aos órgãos sociais:

As remunerações atribuídas aos órgãos sociais, durante o exercício de 2004, foram as seguintes:

	2003	2004
Conselho de administração	753	753
Revisor oficial de contas	55	56

44 — Distribuição das vendas por mercados e segmentos de actividade:

Não aplicável.

45 — Demonstração dos resultados financeiros:

CUSTOS E PERDAS		
	2004	2003
681 — Juros suportados	4 920	6 147
688 — Outros custos e perdas financeiros	122	234
Resultados financeiros	11 012	9 451
	16 054	15 832
PROVEITOS E GANHOS		
	2004	2003
781 — Juros obtidos	2 814	4 534
782 — Ganhos em empresas do grupo e assoc.	13 240	11 280
785 — Diferenças de câmbio favoráveis	—	18
	16 054	15 832

46 — Demonstração dos resultados extraordinários:

CUSTOS E PERDAS		
	2004	2003
691 — Donativos	22	—
695 — Multas e penalidades	—	2
697 — Correções relativas a exercícios anteriores	—	2
698 — Outros custos e perdas extraordin.	814	—
Resultados extraordinários	— 836	— 4
	—	—

47 — Outras informações requeridas por diplomas legais:

Informação relativa ao n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 318/94 de 24 de Dezembro.

i) Relação dos créditos concedidos durante o exercício de 2004 e respectivas posições devedoras à data de 31 de Dezembro de 2004:

Participada	Valor	Data	Posição devedora a 31 de Dezembro de 2004
Amorim Florestal — Comércio e Exploração, S. A.	500	10-2-2004	7 400
Amorim & Irmãos, S. A.	15 000	30-4-2004	—
	3 000	31-8-2004	—
	500	25-10-2004	13 000
Amorim & Irmãos, SGPS, S. A.	10 000	9-6-2004	5 500
Amorim Industrial Solutions — Ind. de Cortiça e Borracha I, S. A.	500	3-9-2004	—
	250	12-10-2004	—
	120	2-11-2004	680
Amorim Industrial Solutions — Ind. de Cortiça e Borracha II, S. A.	500	3-9-2004	—
	251	12-10-2004	—
	120	2-11-2004	3 750
Amorim Isolamentos, S.A.	—	—	6 903
Amorim Revestimentos, S. A.	4 000	30-4-2004	—
	500	2-11-2004	36 000
Compagnie Marocaine de Transf. de Liégé, Comatral S. A.	—	—	2 900
Corticeira Amorim — Indústria, S. A.	2 000	30-4-2004	—
	575	5-11-2004	5 859

ii) Relação dos créditos obtidos durante o exercício de 2004 e respectivas posições credoras à data de 31 Dezembro de 2004:

Participada	Valor	Data	Posição devedora a 31 de Dezembro de 2004
Labcork — Laboratório Central do Grupo Amorim, L.da	102	9-6-2004	102

48 — Outras informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados:

a) Para elaboração da demonstração dos resultados por funções procedeu-se às seguintes reclassificações:

	Demonstração dos resultados por natureza	Reclassificações	Demonstração dos resultados por funções
Resultados operacionais	— 1 925	— 24	— 1 949
Resultados correntes	9 087	— 337	8 750

b) Em empresas do grupo estão apresentados no activo 24 108 milhares de euros e no passivo 5158 milhares de euros. A decomposição dos referidos valores é a seguinte:

	Empréstimos	Juros	IRC	Imposto diferido	Total
Activo	16 930	2 018	5 056	104	24 108
Passivo	102	—	6	5 050	5 158

Mozelos, 28 de Fevereiro de 2005. — O Conselho de Administração: (Assinaturas ilegíveis.) — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

Certificação legal das contas e relatório de auditoria sobre a informação financeira individual

1 — *Introdução.* — Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a certificação legal das contas e relatório de auditoria sobre a informação financeira contida no relatório de gestão e nas demonstrações financeiras anexas da Corticeira Amorim, SGPS, S. A., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2004 (que evidencia um total de 357 551 milhares de euros e um total de capital próprio de 204 330 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 10 032 milhares de euros), as demonstrações dos resultados, por naturezas e por funções, e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes anexos.

2 — *Responsabilidades.* — É da responsabilidade do conselho de administração da empresa (i) a preparação do relatório de gestão e de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (v) a divulgação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.

3 — A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

4 — *Âmbito.* — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e (v) a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

5 — O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.

6 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

7 — *Opinião.* — Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Corticeira Amorim, SGPS, S. A., em 31 de Dezembro de 2004, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente acei-

tes em Portugal e a informação nelas constante completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Porto, 11 de Março de 2005. — PricewaterhouseCoopers & Associados — SROC, L.ª, representada por José Pereira Alves, revisor oficial de contas.

Relatório e parecer do fiscal único

1 — Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentados pelo conselho de administração de Corticeira Amorim, SGPS, S. A., relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2004.

2 — No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a actividade da empresa. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação. Vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

3 — Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos a respectiva certificação legal das contas com reservas por limitação de âmbito, em anexo, bem como o relatório sobre a fiscalização endereçado ao conselho de administração nos termos do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais.

4 — No âmbito das nossas funções verificámos:

i) Que o balanço, as demonstrações dos resultados, por naturezas e por funções, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo ao balanço e à demonstração dos resultados, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da empresa e dos seus resultados;

ii) Que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados;

iii) Que o relatório de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade evidenciando os aspectos mais significativos;

iv) Que a proposta de aplicação de resultados se encontra devidamente formulada.

5 — Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do conselho de administração, e serviços e as conclusões constantes da certificação legal das contas, somos do parecer que:

i) Seja aprovado o relatório de gestão;

ii) Sejam aprovadas as demonstrações financeiras;

iii) Seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

Porto, 11 de Março de 2005. — PricewaterhouseCoopers & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.ª, representada por José Pereira Alves, revisor oficial de contas.

Relatório de gestão (consolidado)

Srs. Accionistas:

No cumprimento do artigo 508.º-A do Código das Sociedades Comerciais, vimos submeter à vossa apreciação, o relatório consolidado de gestão, as contas consolidadas do exercício de 2004 e os demais documentos de prestação de contas previstos na lei relativos à sociedade Corticeira Amorim, SGPS, S. A. (adiante designada apenas por Corticeira Amorim).

I — Evolução macroeconómica em 2004

Apreciação global

A economia mundial registou em 2004 um dos crescimentos mais elevados das últimas três décadas, dando continuidade à tendência observada desde 2002. O PIB deverá ter aumentado a um ritmo de 5%. A evolução voltou a não ser uniforme — a um crescimento notório e continuado dos Estados Unidos, a zona euro contrapôs uma recuperação insípida, e o Japão um crescimento significativo mas em ritmo decrescente a partir do segundo trimestre. O excelente desempenho de algumas economias em desenvolvimento, nomeadamente China, Índia, Brasil e Rússia, foi uma das referências de 2004. O ano caracterizou-se ainda por um choque energético induzido pelo lado da

procura, e agravado pelos riscos geopolíticos e instabilidade no Médio Oriente, com os preços do crude a subirem cerca de 35%. Apesar da subida de taxas de juro operada por alguns bancos centrais, as condições monetárias permaneceram expansionistas e como tal garantiram abundância de liquidez. Da mesma forma, as políticas fiscais não evidenciaram carácter restritivo. Assistiu-se, em algumas economias, a uma valorização excessiva do imobiliário. Os mercados accionistas subiram globalmente, registando-se valorizações acima de 9%. A fraqueza do dólar, aliada a um contexto de aumento da procura, impulsionou os preços das *commodities*. As taxas de juro de longo prazo revelaram moderação surpreendente.

Zona euro

A zona euro primou pelo crescimento moderado num registo que se estima ter atingido 2,1 %. Foram mais os sinais de estagnação do que de retoma, sobretudo nos terceiro e quarto trimestres. Apesar da valorização do euro, a zona euro beneficiou do forte ritmo de crescimento da economia mundial e do incremento do comércio internacional em quase 10%. A procura externa assumiu o papel de motor do crescimento económico. A procura interna, sobretudo o investimento, deu contributo diminuto. Exceptuando o 1.º trimestre, a inflação registou sempre valores acima de 2,0% no exercício ora findo, tendo atingido 2,4% em Dezembro 2004. O desemprego observou estabilização em torno de 8,9%. A taxa de juro de referência do BCE manteve-se inalterada em 2,0% durante todo o exercício.

Estados Unidos da América

Nos Estados Unidos, 2004 foi um ano de forte crescimento (4,4%), o mais elevado desde 1999. Ainda assim, a economia denotou um abrandamento relativo durante o segundo trimestre. O consumo privado, suportado por condições monetárias extremamente expansionistas e criação de emprego, foi um dos motores de crescimento. Deverá ter variado 3,8%. O outro, foi o investimento, com um aumento estimado de 8,9%. A poupança privada seguiu tendência decrescente, atingindo valores inferiores a 1% do rendimento disponível. A procura externa contribuiu negativamente, tendo subtraído 0,6% ao crescimento económico. Por outro lado, o padrão de crescimento adoptado e a prossecução de políticas fiscais em contra-cielo conduziram ao agravamento dos desequilíbrios estruturais da economia norte-americana, estimando-se que o ano tenha terminado com um défice orçamental de 412,3 mil milhões de dólares ou 3,6% do PIB e um endividamento externo em torno de 5,2% do PIB. O processo eleitoral ocorrido em Novembro terá contribuído para um contexto de incerteza. A inflação seguiu tendência de subida. Deverá ter terminado o ano a 3,7% depois de o ter iniciado a 1,9%. O desemprego primou pela estabilidade, devendo ter terminado o ano ao nível de 5,4%.

Portugal

Pelo quinto ano consecutivo, e apesar do registo económico decepcionante da zona euro, Portugal divergiu da média europeia em termos de crescimento. A economia portuguesa conseguiu, ainda assim, crescer 1,1%. A evolução positiva evidenciada pela procura interna, cujos sinais eram já visíveis desde a segunda metade do ano anterior, foi insuficiente para contrabalançar a retracção da procura externa. O investimento terá registado variação marginalmente positiva, com uma deterioração das intenções de investimento entre a primeira e a segunda metade do ano. O recurso a medidas extraordinárias foi, mais uma vez, o expediente de que as autoridades se socorreram para garantir o cumprimento das metas do PEC. A execução do orçamento de estado para 2004 evidenciou uma derrapagem na despesa corrente, tendo o investimento público observado forte quebra. A inflação, que terá registado 2,5%, manteve tendência descendente ficando, contudo, acima das metas traçadas. O desemprego atingiu um nível de 6,5%. Contrariando o observado em 2003, verificou-se uma interrupção do processo de ajustamento gradual dos desequilíbrios da economia portuguesa, com o défice externo a regressar à tendência de degradação testemunhada nos últimos anos: de 3,6% do PIB em 2003 passou para 5,4% em 2004.

II — Actividades operacionais

As empresas que integram o perímetro da Corticeira Amorim encontram-se estruturadas por unidades de negócios (UN), com referências às quais se dá conta dos aspectos mais relevantes ocorridos durante o exercício de 2004.

Matérias-primas

Esta unidade de negócio congrega a gestão da compra, armazenagem e preparação da única variável comum a todas as actividades da Corticeira Amorim que é a matéria-prima (cortiça).

As compras realizadas em 2003, cortiça consumida em 2004, foram integralmente monitorizadas através de um sistema de informação que permite quantificar a rentabilidade dos lotes de cortiça trabalhados. Esta análise sistemática dos lotes permite avaliar todos os negócios efectuados de cortiça amadia e identificar prospectivamente as zonas geográficas a privilegiar na compra, face às necessidades específicas da Corticeira Amorim.

Em 2004 as compras realizadas cumpriram as políticas orientadoras, nomeadamente:

- Reforçar *stocks* de cortiça amadia para ser trabalhada em 2005;
- Assegurar o *mix* de matéria-prima mais adequado às necessidades do mercado de produtos finais;
- Assegurar a prazo a estabilidade desta variável.

Apesar de ter sido um ano de menor extracção em Portugal e Espanha, devido aos ciclos normais de produção, assistiu-se à diminuição do preço de compra da cortiça. Esta variação foi antecipada pela Corticeira Amorim e esteve na base da decisão de evitar a aquisição de lotes por antecipação contrariamente ao que havia sucedido em 2003.

É de salientar o primeiro ano de actividade da empresa argelina que, apesar de materialmente pouco relevante, marca a prossecução da estratégia de consolidar a presença da Corticeira Amorim em todos os países produtores de cortiça. Uma vez que a Argélia proíbe a venda de cortiça em bruto, procedeu-se à instalação local de uma unidade para a produção de componentes e rolhas aglomeradas. A produção desta empresa entrou em velocidade de cruzamento no 2.º semestre do ano de 2004.

Além do reforço da presença desta unidade de negócio no Norte de África, registou-se novamente uma participação activa nas adjudicações dos restantes países produtores de cortiça.

Antecipando o previsível crescimento da procura no segmento das rolhas técnicas, foram realizados investimentos no aumento da capacidade de produção de discos. Destaca-se ainda a implementação de uma nova unidade de preparação em São Vicente de Alcântara (Espanha), localizada junto às instalações da empresa granuladora da unidade de negócio de aglomerados técnicos (Drauville), de onde resultarão também importantes sinergias ao nível logístico e de colaboradores.

A missão desta unidade de negócio passa por uma optimização da compra da matéria-prima bem como pela sua melhor aplicação. Desta forma, a rentabilidade de uma área tão estratégica como esta não pode ser medida da forma tradicional, ou seja, apenas pelo resultado líquido obtido. O grande objectivo desta unidade de negócio é fornecer às matérias-primas para serem rentabilizadas na cadeia de valor da Corticeira Amorim, pelo que, tratando-se de uma actividade transversal a toda a organização, o desempenho desta unidade acaba por influenciar igualmente o desempenho das restantes unidades de negócio.

No exercício em apreço as vendas aumentaram cerca de 8% face 2003, como consequência do aumento da actividade industrial das outras unidades de negócio, destino de cerca de 85% das vendas desta unidade de negócio, nomeadamente da unidade de negócio de rolhas. O valor da margem bruta manteve-se ao nível do registado no ano passado, evidenciando a quebra da margem bruta percentual resultante sobretudo do facto do custo da cortiça trabalhada em 2004, proveniente das compras de 2003, apresentar um ligeiro aumento face período homólogo anterior.

Rolhas

Não obstante o ano de 2004 registar, face ao ano anterior, um aumento em 3,6% nas quantidades vendidas, as vendas em valor da unidade de negócio de rolhas mantiveram-se ao mesmo nível de 2003, como consequência sobretudo do impacto de um desempenho negativo por parte do dólar norte-americano.

No ano 2004 assistiu-se a uma evolução favorável do segmento do champanh e vinhos espumantes nos principais países produtores, traduzindo-se num aumento das vendas da unidade de negócio para este segmento que ultrapassou os 8% face a 2003. De realçar, dada a relevância, o crescimento das vendas superior a 21% no mercado francês.

Merece especial destaque a forte receptividade do mercado às rolhas Neutrocork®, cujas vendas apresentaram um crescimento superior a 40% face ao ano anterior. Reforçam-se assim as perspectivas de

crescente adopção deste produto em segmentos onde assume alguma relevância a forte concorrência, em termos de preço, protagonizada pelos vedantes alternativos. Para este significativo crescimento contribuíram sobretudo mercados como França, Espanha, Argentina, Chile, Portugal, EUA e Itália.

No segmento das rolhas naturais, que mantiveram em termos globais as quantidades vendidas, destaca-se o aumento das vendas para vinhos topo-de-gama, com o contributo positivo de mercados como os EUA, Portugal, Chile, Argentina, Espanha, Itália e Alemanha a compensarem a diminuição de vendas registada na Austrália e África do Sul.

As vendas de rolhas Twin Top® mantiveram a sua trajectória ascendente atingindo em 2004 os 820 milhões de rolhas, o que representa um crescimento de 4,3% face a 2003. Para este crescimento destacam-se particularmente os contributos de mercados como Espanha, África do Sul, Portugal, Chile, Argentina e a Europa de Leste.

Numa análise da evolução das vendas por mercados, salienta-se a boa *performance* registada nos EUA, França, Espanha, Chile e Argentina que compensou a evolução desfavorável registada na Austrália. Importa ainda referir que se iniciou em 2004 um plano de reestruturação na subsidiária australiana, com vista ao aumento de quota de mercado e dos níveis de rentabilidade, cujos efeitos só serão visíveis a partir de 2005.

Apesar do impacto desfavorável da evolução da cotação do dólar norte-americano face ao ano anterior, a margem bruta manteve-se aos níveis de 2003 como consequência das melhorias introduzidas nos processos produtivos e na sua monitorização, que permitiram uma utilização mais eficiente da matéria-prima.

No que concerne aos custos operacionais, e apesar do aumento das quantidades vendidas e produzidas, verifica-se igualmente a manutenção do seu valor face ao ano anterior.

O capital investido médio de 2004 registou uma redução próxima dos 10 milhões de euros face a igual período do ano anterior e resultou de um valor de investimentos inferior às amortizações do exercício, bem como da redução do saldo em clientes.

Revestimentos

Apesar da evolução desfavorável que o sector da construção evidenciou nos principais mercados europeus, as vendas da unidade de negócio de revestimentos aumentaram no exercício em apreço cerca de 5% face a 2003.

As vendas de revestimentos de solos de cortiça registaram um aumento de cerca de 4%, face a 2003, assento sobretudo em três vectores: produtos flutuantes, visuais de cortiça e novas cores. A forte apetência do mercado por produtos flutuantes continua muito vincada tendo-se reflectido num crescimento importante das vendas face a 2003, o qual mais que compensou a quebra verificada nas vendas de produtos colados, que acompanharam desta forma uma tendência generalizada do mercado. Dos produtos flutuantes, salienta-se o crescimento superior à média do Cork Style, para o qual muito contribuíram as novas cores sobre visual cortiça da New Colour Collections, gama de produtos lançada no final de 2003. Em sentido oposto evoluíram os produtos de visual madeira.

A comercialização de revestimentos de solo não cortiça apresentou um crescimento significativo, aproveitando as sinergias da rede de distribuição e a evolução cambial favorável, dado que estas mercadorias são adquiridas em dólares norte-americanos.

Apesar da estagnação do mercado alemão de revestimentos de solos, as vendas neste país cresceram cerca de 8% essencialmente nos revestimentos de solo de cortiça. Os mercados considerados de grande potencial de crescimento atingiram, em termos proporcionais de vendas, o objectivo inicialmente definido, com as vendas para a Escandinávia, Polónia e América do Norte a registarem os maiores aumentos percentuais.

De salientar ainda a redução, face a 2003, de cerca de 8% dos custos operacionais, que resultou sobretudo da reorganização implementada nas unidades industriais, bem como do plano de reestruturação logística que evidenciou já em 2004 uma parte dos seus efeitos.

Assim, a unidade de negócio de revestimentos apresentou em 2004 uma melhoria substancial dos níveis de rentabilidade, face a 2003.

O capital investido médio registou uma redução superior a 6 milhões de euros face ao ano anterior.

Aglomerados técnicos

A unidade de negócio de aglomerados técnicos apresentou em 2004 um volume de vendas ligeiramente superior ao alcançado no ano anterior, cifrando-se o acréscimo em 1%, apesar do impacto negativo

decorrente da apreciação cambial do euro face ao dólar norte-americano. A análise mais detalhada deste indicador permite concluir por desempenhos diferenciados nas diversas aplicações onde os granulados e aglomerados técnicos são utilizados, merecendo destaque positivo o comportamento dos segmentos de construção e indústria com registo de crescimentos expressivos das vendas que, de certa forma, contrastam com o desempenho menos conseguido do segmento de Memoboards. Salienta-se ainda o impacto favorável da componente de vendas destinadas a outras unidades de negócio, designadamente granulados para a unidade de negócio de rolhas e aglomerados para a unidade de negócio de revestimentos, decorrentes do aumento de actividade registado por essas unidades de negócio em 2004.

Mais detalhadamente, seguindo a lógica de orientação por aplicação dos diferentes produtos e excluindo a actividade para outras unidades de negócio, foi possível constatar:

Construção:

O crescimento significativo das vendas face a 2003, centrado essencialmente nos aglomerados brancos (juntas de expansão e *underlays* para diferentes tipos de piso) destinados à exportação;

O impacto de um desempenho negativo por parte do dólar norte-americano.

Indústria:

Uma evolução igualmente positiva, apesar do efeito cambial desfavorável, suportada pelo crescimento das vendas de granulados e aglomerados compostos de cortiça.

Calçado:

A quebra registada na procura no mercado nacional, em consonância com a evolução desfavorável evidenciada pelo sector, foi compensada por crescimentos noutros mercados europeus, permitindo um ligeiro aumento das vendas neste segmento, face a 2003;

O crescimento das vendas de granulados e o contributo promissor dos componentes, com o início do desenvolvimento industrial de palmilhas moldadas, compensaram a redução registada nas vendas de aglomerados brancos;

Gifts:

A redução das vendas face ao ano anterior, nomeadamente na generalidade dos mercados do segmento Home;

Memoboards:

A redução de vendas face ao ano anterior devido, por um lado, à menor procura de componentes pelos fabricantes de *memoboards* e, por outro, ao efeito cambial negativo com impacto nas exportações em dólares;

O crescimento significativo, face a 2003, das vendas de *memoboards* acabados, apesar das dificuldades sentidas no mercado asiático, onde a concorrência se faz sentir com maior intensidade.

A consolidação de todos estes efeitos, bem como daqueles que resultam do aumento da procura de outras unidades de negócio, consubstanciou em 2004 um crescimento quantitativo nas principais famílias de produtos, aglomerados e granulados, cuja valorização é afectada negativamente por ajustamentos pontuais de preços e, sobretudo, por relações cambiais mais desfavoráveis do que as vigentes no ano anterior.

Apesar do crescimento das vendas, o valor da margem bruta diminuiu cerca de 10%, quando comparado com 2003, devido essencialmente ao aumento do custo médio da principal matéria-prima (aparas), para além dos já mencionados efeitos preço e cambial nas vendas.

Os custos operacionais diminuíram cerca de 4%, devido sobretudo à evolução favorável dos custos com pessoal e das amortizações, reflectindo, por um lado, os efeitos da reorganização de actividades industriais e, por outro, a redução do nível de investimentos face a anos anteriores. A política de investimentos seguida ao longo de ano pautou-se sempre por uma selecção criteriosa dos projectos e melhorias a implementar, perfeitamente alinhada com as directrizes estratégicas de modernização e produtividade que norteiam as opções neste capítulo, assegurando processos inteligentes do ponto de vista ambiental e de condições de trabalho.

O capital investido no final de 2004 ascendia a 38 milhões de euros, tendo registado uma redução de 2,5 milhões de euros face a igual período do ano anterior e resultou de um valor de investimentos inferior às amortizações do exercício, bem como da redução do saldo de clientes.

Cortiça com borracha

As vendas da unidade de negócio de cortiça com borracha diminuíram cerca de 6,2% em 2004 face ao ano anterior. Esta evolução desfavorável deve-se sobretudo ao impacto de um desempenho negativo por parte do dólar norte-americano, que representa cerca de 70% da facturação consolidada da unidade de negócio.

Expurgando o efeito cambial, as vendas em 2004 registaram um ligeiro decréscimo face ao ano anterior, sendo de realçar:

A manutenção das vendas globais de cortiça com borracha, com o decréscimo das vendas para o sector automóvel a ser compensado por crescimento nas vendas de produtos para aplicações industriais, reforçando desta forma a diversificação pretendida;

A redução das vendas de aglomerados brancos;

O crescimento das vendas de produtos feitos a partir de borracha reciclada.

A margem bruta regista também um decréscimo face a 2003. Apesar do custo das borrachas e de produtos químicos ter sofrido um significativo agravamento em 2004, resultado do aumento do custo do petróleo, o efeito favorável da *mix* de vendas, com maior peso das vendas de cortiça com borracha, e redução das vendas de mercadorias adquiridas a outras unidades de negócio, fez com que a margem bruta percentual se mantivesse estável.

Os custos operacionais da unidade de negócio apresentam uma redução de 9,6% face a 2003. O impacto da depreciação do dólar norte-americano face ao euro, que beneficia a unidade de negócio em termos de custos, é responsável apenas por 3,1% da referida diminuição, que se justifica em grande parte pela redução efectiva dos custos com o pessoal e dos fornecimentos e serviços externos. Esta evolução nos custos foi mais notória nas áreas de suporte industrial e de distribuição e reflecte uma diminuição, em termos médios, de 40 colaboradores.

Assim, a redução dos custos operacionais superou a redução da margem, fazendo com que os resultados operacionais da unidade de negócio, embora negativos, fossem cerca de 1 milhão de euros melhores do que os de 2003.

O capital investido médio da unidade de negócio no final de 2004 registou uma redução de aproximadamente 7 milhões de euros, cerca de 22% face a 2003, e resultou de um valor de investimentos inferior às amortizações do exercício, da redução do capital investido em clientes e da redução significativa de *stocks*, sobretudo nos EUA.

Isolamentos

A unidade de negócios de isolamentos apresentou no exercício de 2004 um crescimento das vendas de 3% face ao ano anterior, contrariando a evolução desfavorável que o sector da construção evidenciou nos principais mercados europeus.

A margem bruta registou um decréscimo de cerca de 2% face ao ano anterior, devido essencialmente ao impacto de um desempenho desfavorável do dólar norte-americano.

Os custos operacionais mantiveram-se praticamente ao mesmo nível do ano anterior.

O capital investido no final de 2004 totalizava 7,8 milhões de euros, o que corresponde a uma diminuição de 12% face a igual período do ano anterior explicada sobretudo pela redução de *stocks*.

III — Investigação e desenvolvimento

Durante o ano de 2004 verificaram-se importantes progressos nas actividades de investigação e desenvolvimento (I&D) das diversas unidades de negócio, sendo o primeiro ano de actividade do departamento para o desenvolvimento de novas aplicações e produtos em/ com cortiça (DNAPC). De salientar o estabelecimento de uma rede de conhecimento na Corticeira Amorim, que tem reforçado a partilha e transferência de conhecimentos entre unidades de negócio, com o consequente aumento de sinergias nesta área. Neste âmbito, foi criado no exercício em apreço, tendo reunido por três vezes, um Fórum de Brainstorming do qual fazem parte o presidente do conselho de administração da Corticeira Amorim, a equipa afecta ao DNAPC e representantes das unidades de negócio.

Desenvolvimento de novas aplicações e produtos em/com cortiça

Com o propósito estratégico de conceber e desenvolver para a cortiça novas aplicações e novos produtos, para além do que actualmente é fabricado pela indústria da cortiça, concluiu-se em 2004 a

constituição do DNAPC, sob a liderança do professor Rui L. Reis. Este departamento dispõe de uma equipa de investigadores que desenvolvem actividade em parceria com o Grupo 3Bs do Departamento de Engenharia de Polímeros da Universidade do Minho, no âmbito de um protocolo de colaboração celebrado com esta instituição.

O mérito deste núcleo de I&D e das actividades propostas foram recentemente reconhecidos pela Agência de Inovação com a aprovação do projecto apresentado no âmbito do NITEC — Sistema de Incentivos à Criação de Núcleos de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico no Sector Empresarial.

No ano de 2004, procedeu-se à caracterização extensiva bibliográfica da cortiça, tendo-se reunido a maioria da documentação científica produzida, nacional e internacionalmente. Deste trabalho resultou a criação de uma base de dados, sujeita a actualizações regulares e partilhada pelos departamentos de I&D de cada UN. Esta caracterização extensiva foi sistematizada num artigo de revisão a ser publicado em 2005 no *International Materials Reviews*, o que é revelador do reconhecimento internacional da Corticeira Amorim como centro de saber.

É ainda de destacar a aprovação, no âmbito do 6.º Programa Quadro da Comissão Europeia, de um projecto que, sob o conceito de Biorefinaria, visa, por um lado, transformar em produtos de alto valor acrescentado os resíduos (e sub-produtos) das indústrias de cortiça e celulose e, por outro, desenvolver métodos ecológicos e integrados no ciclo produtivo da cortiça para a obtenção dos referidos produtos. Este projecto, que terá início em 2005, é liderado pelo STFI — Packforsk, Swedish Pulp and Paper Research Institute, envolvendo oito parceiros europeus entre os quais a Amorim Florestal.

Rolhas

As actividades de I&D da unidade de negócio de rolhas têm como enquadramento as seguintes orientações estratégicas:

- 1 — Resolver a questão do TCA;
- 2 — Melhorar a *performance* do produto;
- 3 — Aumentar o conhecimento do produto.

No que concerne à resolução do problema do gosto a TCA, desenvolveram-se projectos em dois domínios: acções preventivas e acções curativas, sendo de destacar, no domínio das acções preventivas, as seguintes actividades e projectos:

O reforço da capacidade de controlo dos níveis de TCA por cromatografia. Assistiu-se, assim, à consolidação do controlo de qualidade, tornando-se a análise por cromatografia uma rotina indispensável que permite retirar do processo produtivo os produtos que não obedecem às especificações (níveis de TCA) previamente definidas;

A elaboração de estudos, ao longo de todo o processo produtivo, com particular enfoque nas primeiras fases (da floresta à preparação da matéria-prima), que têm permitido obter um vasto conhecimento para intervir nas fases mais críticas para o desenvolvimento do TCA, com as consequentes melhorias no combate a este composto.

No domínio das acções curativas, destaca-se:

O início de estudos e testes à eficácia de filmes como barreira a aromas desagradáveis;

A consolidação do reconhecimento internacional à eficácia do sistema ROSA® (está em curso o registo da patente sob o n.º WO04014436A *Cork product treatment system and apparatuses by extraction of compound dragged in water vapour*, 2004) no combate ao TCA com a publicação de dois artigos científicos (Hall, M. Byrd, N & Williams, J. 2004. *An Assessment of effect of the ROSA treatment on the level of TCA in naturally-contaminated cork granules. The Australian and New Zealand Grapegrower and Winemaker*, May, 57-59 Chatonnet, P. 2004. *«Etude de la réduction de la teneur en 2, 4, 6 — Trichloroanisole présent dans le liège par un système d'entraînement continue à la vapeur»*. *Revue Française d'Œnologie*, n.º 209, 22-26) sobre validações independentes efectuadas a este sistema de descontaminação;

O alargamento do processo de instalação em todas as unidades produtivas do sistema ROSA® no tratamento de granulados, discos e rolhas.

ROSA — (Rate of Optimal Steam Application):

Um sistema de eliminação de TCA de grânulos, discos e rolhas de cortiça que se baseia no princípio da destilação de vapor controlada;

Testes desenvolvidos pelo Dr. Pascal Chatonnet nos Laboratórios Exceli (França) indicam que o ROSA® elimina em média 77% do

TCA em rolhas naturais e 82% em discos utilizados nas rolhas de champagne e Twin Top®;

Saem assim reforçados os resultados anteriormente obtidos pelo Australian Wine Research Institute (AWRI), Campden & Chorleywood Food Research Association (Reino Unido) e Geisenheim Research Institute (Alemanha). Estes três institutos encontraram reduções médias de TCA entre 72 e 80% em granulado de cortiça.

No que diz respeito às actividades e projectos desenvolvidos sob a orientação estratégica Melhorar a *performance* do produto destaca-se:

A optimização da lavagem nas rolhas naturais, da qual resultaram importantes ganhos de eficiência industrial, mantendo a eficácia da operação de branqueamento;

O desenvolvimento de colas alternativas. Perante os bons resultados obtidos com uma das colas alternativas testadas, o projecto da sua implementação está já em fase de testes no cliente final.

No que concerne à orientação estratégica, aumentar o conhecimento do produto, destaca-se o estudo da permeabilidade da rolha de cortiça, que tem evidenciado níveis que a colocam, quando comparados com vedantes alternativos, como a melhor solução para a qualidade do vinho. Perspectiva-se para 2005 a publicação dos resultados obtidos nestes projectos, o que permitirá munir a empresa de documentos com resultados sólidos e consistentes, numa área tão importante quanto esta, para serem disseminados pelo mercado.

Revestimentos

As actividades e projectos de I&D desenvolvidos na unidade de negócio, atenderam sobretudo às tendências do mercado de revestimentos, sendo de destacar os seguintes:

A conclusão do projecto de desenvolvimento de produtos flutuantes acústicos, em colaboração com a unidade de negócio de cortiça com borracha, o qual dará origem ao lançamento em 2005 de novos produtos que o reforçam a redução de ruído de impacto e *step*, solução mais eficiente que a disponibilizada actualmente pelos revestimentos alternativos;

O estabelecimento das parcerias necessárias ao desenvolvimento de acabamentos de superfície ecológicos e de elevada resistência ao desgaste;

O início do desenvolvimento de novas soluções de aplicação e instalação de pisos;

A elaboração de estudos conducentes ao desenvolvimento de novos visuais e de pisos com dimensões inovadoras;

O desenvolvimento de alternativas aos actuais vernizes e resinas de aglomeração, com características ecológicas reforçadas;

A conclusão da caracterização técnica, em laboratórios acreditados, da *performance* mecânica e térmica da actual gama de produtos e da sua percepção pelo utilizador.

Aglomerados técnicos

As actividades de I&D da unidade de negócio de aglomerados técnicos dirigiram-se sobretudo para os segmentos onde actuam, verificando-se contudo a implementação de alguns projectos de âmbito mais alargado, face ao seu potencial de aplicação, dos quais se destacam:

O desenvolvimento de aglomerados de cortiça com características técnicas adicionais. Deste projecto resultou o lançamento de novos produtos, nomeadamente: produtos ignífugos (com a classificação de resistentes ao fogo), produtos com fragrâncias e produtos com inibição ao desenvolvimento de fungos;

O desenvolvimento de um inovador processo de coloração do aglomerado que permite grande flexibilidade na introdução de desenhos e cor, o que constitui um elemento diferenciador dos produtos, nomeadamente daqueles que se dirigem a segmentos mais expostos ao factor moda.

No que concerne às actividades de I&D dirigidas especificamente aos segmentos de mercado desta UN, destacam-se os seguintes:

Indústria:

Início do desenvolvimento de aplicações espaciais e aeronáuticas. O projecto, que conta com a colaboração da Agência Espacial

Europeia, prolongar-se-á por 2005 e visa o desenvolvimento de aglomerado de cortiça para ser utilizado como núcleo de materiais compósitos em elementos estruturais. Foram já iniciados os estudos para caracterização da cortiça em determinados ambientes e encontradas as parcerias necessárias ao desenvolvimento do projecto.

Construção:

Lançamento de *underlays* com elevado desempenho técnico, desenvolvidos em colaboração com a unidade de negócio de isolamentos, que incidirá na combinação de aglomerado de cortiça com fibra de coco — materiais com características complementares de isolamento;

Início de um novo projecto, que conta com a colaboração do Instituto da Construção da Universidade do Porto, e que visa o desenvolvimento de soluções que permitam a redução do ruído de impacto;

O desenvolvimento de painéis constituídos por cortiça e outros materiais, visando a obtenção de painéis com elevado desempenho na redução do ruído aéreo.

Cortiça com borracha

Dos projectos desenvolvidos pela unidade de negócio de cortiça com borracha, destaca-se sobretudo a homologação e desenvolvimento de novos produtos, nomeadamente:

Material para substituição de juntas de borracha para selagem de gás;

Novas juntas moldadas de cortiça com borracha para Heavy Duty Diesel;

Componente para piso flutuante acústico da UN Revestimentos; Tapetes ergonómicos e anti-fadiga de cortiça com borracha, em cooperação com o Laboratório de Ergonomia da Faculdade de Motricidade Humana em Portugal e com a Universidade de Siegen na Alemanha. Trata-se do primeiro tapete ergonómico industrial cientificamente testado, capaz de minimizar a fadiga e *stress* físicos em trabalhadores cuja actividade exige que permaneçam de pé durante longos períodos de tempo.

Isolamentos

A actividade de I&D desta unidade de negócio está orientada para a resposta a mercados que, além de exigirem soluções de isolamento com elevado desempenho térmico e acústico, privilegiam o seu desempenho ecológico. Dos projectos desenvolvidos, destacam-se os seguintes progressos:

Desenvolvimento de uma nova aplicação para coberturas constituída por aglomerados de cortiça e outros materiais, que garantem excelente *performance* no isolamento térmico e acústico, impermeabilidade e resistência ao fogo;

Desenvolvimento de um novo sistema de painéis de isolamento para paredes exteriores constituído por aglomerados de cortiça e outros materiais. Além do excelente desempenho térmico e acústico, este novo sistema apresenta importantes vantagens na facilidade de instalação.

IV — Qualidade

As alterações introduzidas pela Norma ISO 9001:2000 posicionaram a qualidade como elemento integrador não só das funções organizacionais, mas também, e principalmente, dos processos em que tais organizações assentam e através dos quais desenvolvem o seu objecto.

No ano de 2004 foi reforçada a integração dos processos nas perspectivas estratégicas do Balanced Scorecard tendo em vista o alinhamento de ferramentas promotoras de eficácia e de eficiência e o desenvolvimento sustentado da organização.

Neste enquadramento, cumpre salientar o seguinte:

A certificação da Corticeira Amorim Indústria, S. A., pelo Forest Stewardship Council (FSC), tornando-se assim a primeira empresa da indústria da cortiça do mundo a obter esta certificação de grande importância, uma vez que possibilita dar aos clientes garantias acrescidas de ética empresarial na produção dos produtos da empresa e na preservação do montado de sobreiro;

A implementação do manual de qualidade pela Amorim Isolamentos, em conformidade com a norma Europeia EN 13170, possibilitando a consequente marcação CE dos aglomerados de cortiça;

A acreditação da Amorim Cork South Africa pela Wine Industry Ethical Trade Association (WIETA), a primeira acreditação do mun-

do de ética comercial e organizacional concedida a uma empresa de cortiça;

O início da extensão da implementação de um sistema de análise de perigos e controlo dos pontos críticos (HACCP), importante tecnologia no âmbito da segurança alimentar, a unidades da Amorim & Irmãos, seguindo o exemplo da Champcork que se encontra certificada desde 2003;

A certificação ISO 9001:2000 da Amorim Industrial Solutions Inc., unidade industrial que manteve igualmente a certificação segundo a Norma QS9000;

A manutenção e melhoria dos sistemas de gestão da qualidade ISO 9001:2000 das restantes unidades industriais;

A manutenção e melhoria da certificação CIPR (boas práticas rolheiras).

V — Recursos humanos

Na área de recursos humanos (RH), o ano 2004 caracterizou-se por uma intervenção diversificada em vários domínios, em cada uma das unidades de negócio que integram a Corticeira Amorim. Diversificada, para responder a necessidades e a contextos de negócio diferentes, mas orientada por políticas que se pretendem integradas, globais e concretizadas através de práticas que representam um esforço de melhoria contínua no serviço aos clientes: colaboradores, empresa e accionistas.

Evolução do número de colaboradores

A adequação do número de colaboradores às reestruturações e reorganizações ocorridas, bem como à evolução da actividade, determinaram um aumento do número de colaboradores, face a 2003, na unidade de negócio de rolhas e a diminuição nas restantes unidades de negócio. A gestão destas flutuações consubstanciou-se em movimentações inter-unidades de negócio, na gestão de saídas de colaboradores e no recurso ao recrutamento externo.

No cômputo geral das empresas que compõem o perímetro da Corticeira Amorim, o número de colaboradores no final de 2004 foi de 4059 (vs 4125 em 2003).

Prevenção, higiene e segurança no trabalho

A prioridade dada para acções de prevenção, higiene e segurança (PHS) no trabalho foi concretizada de variadas formas. Destaca-se a realização das jornadas de PHS, com duas edições no ano 2004, com uma participação alargada a todos os responsáveis industriais e cujo objectivo foi o de obter a sensibilização, o envolvimento e compromisso na condução de planos de intervenção específicos. Refira-se, ainda, a organização, pela maior unidade industrial da Corticeira Amorim, a Amorim & Irmãos, S. A., de uma quinzena temática subordinada à PHS, com dinamização de várias acções dedicadas a diferentes tipos de colaboradores.

Estas e outras acções permitiram melhorar os indicadores de frequência e gravidade dos sinistros nas principais unidades industriais.

Absentismo

A orientação para o controlo e domínio do absentismo conduziu a resultados muito positivos em 2004, sendo de realçar a redução do nível de absentismo industrial em 0,5%, face ao ano anterior, para a qual, contribuiu a melhoria superior a 1% nas unidades industriais que historicamente apresentam valores mais elevados neste indicador.

Formação

O esforço de formação manteve-se em níveis semelhantes aos dos anos anteriores, com um volume próximo das 15 000 horas de formação, destacando-se as seguintes acções:

A conclusão do programa de reconhecimento, validação e certificação de competências, desenvolvido em parceria com a AEP (Associação Empresarial de Portugal), que conferiu a equivalência ao 9.º ano a um conjunto de colaboradores da Corticeira Amorim Indústria, S. A.;

No domínio comporta mental, a realização do programa de Liderança (Leme), orientado para as chefias da Amorim Revestimentos, S. A., o qual abrangia cerca de 40 colaboradores.

Cultura, valores e comunicação interna

Salienta-se a realização do encontro internacional da unidade de negócio de revestimentos que, pela primeira vez, reuniu colaborado-

res da área industrial em Portugal e das filiais no estrangeiro, com objectivos de intercâmbio e de promoção da identidade, dos valores e da cultura da unidade de negócio.

Ainda no âmbito da comunicação interna realizaram-se, durante 2004, novas edições dos inquéritos de satisfação e clima organizacional, nas unidades de negócio de rolhas e aglomerados técnicos, os quais originaram a implementação de planos de acção específicos.

Gestão da performance

A vivência das três fases do sistema de gestão da performance (gestão por objectivos, avaliação da performance e sistema de incentivos) constituiu um marco importante a vários níveis na organização. De referir ainda, o desenvolvimento de um projecto-piloto de gestão de competências na unidade de negócio de revestimentos, prevendo-se o alargamento deste modelo a cerca de 70 colaboradores (quadros de topo) que integrarão o sistema da gestão da *performance* em 2005.

VI — O mercado accionista

A) Mercado accionista:

O ano de 2004 registou uma forte expansão da economia mundial, embora a Europa, apesar de ter registado um crescimento positivo, tenha ficado aquém das expectativas.

Ao nível dos mercados accionistas, embora o ano tenha sido condicionado por vários factores de incerteza e instabilidade, nomeadamente o aumento de preço do petróleo e de várias *commodities*, a incerteza em torno do processo eleitoral norte-americano e o receio latente de ataques terroristas, assistiu-se ao retorno gradual da confiança dos investidores, mais evidente no final do ano.

No final de 2004 registaram-se valorizações superiores a 7% nos principais índices mundiais, ajudados por vários factores:

Apresentação, por parte da maioria das empresas, de resultados acima das expectativas;

Tendência para correcção de alguns focos de instabilidade (petróleo, crescimento económico e sustentabilidade dos resultados operacionais das empresas);

Intensificação de movimentos de fusão e aquisição cuja correlação positiva com períodos de expansão económica, embora ainda não se possa considerar que suportam uma tendência, sinalizam já algum optimismo.

Assim, no ano 2004 consolidou-se a recuperação dos mercados accionistas, com redução dos prémios de risco exigidos pelos investidores, à medida que se regressa ao optimismo nas estimativas dos lucros e do desempenho operacional das empresas.

Os principais índices europeus encerraram perto dos seus máximos do ano: o CAC, o DAX e o Eurostoxx 50 registaram ganhos anuais de 7,4%, 7% e 6,9%, respectivamente, com o IBEX a registar uma expressiva valorização de 17,4%. Já nos EUA, tendo em conta o efeito cambial (o dólar desvalorizou cerca de 8% face ao euro), os principais índices registaram ganhos significativamente inferiores aos europeus.

Em Portugal, o PSI-20 fechou 2004 nos 7600,16 pontos, o que representa um ganho de 12,64% face ao fecho de 2003. A volatilidade acumulada deste índice situou-se nos 10,30%, o que compara com os 11,97% observados no ano anterior. A capitalização bolsista global atingiu 170 036 milhões de euros, mais 8,20% do que em período homólogo de 2003, com o volume total das transacções de acções no mercado regulamentado a registar um crescimento de cerca de 23,6%.

B) Comportamento bolsista das acções da Corticeira Amorim:

Actualmente, o capital social da Corticeira Amorim cifra-se em 133 milhões de euros, representado por 133 milhões de acções ordinárias de valor nominal de um euro, que conferem direito a dividendos. A admissão à negociação na BVLP — Bolsa de Valores de Lisboa e Porto (actualmente Euronext Lisbon — Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S. A.) das acções emitidas no âmbito da operação de aumento de capital ocorreu em 19 de Dezembro de 2000, juntando-se estas às restantes acções da sociedade já cotadas na BVLP desde o início de 1991, integrando o sistema de negociação contínuo nacional desde 11 de Dezembro de 1991.

Ao longo de 2004, as acções da Corticeira Amorim continuaram a cumprir os critérios de liquidez exigidos às emissões que integram o principal índice da bolsa portuguesa, o PSI-20. No final do ano, dos 133 milhões de acções que compõem o capital social emitido da sociedade, 53,2 milhões são Acções PSI-20 (total de acções corrigido pelo factor de correcção relativo ao *free float*, conforme regras de cálculo dos índices PSI).

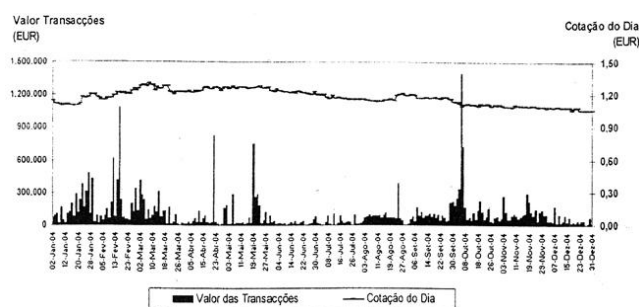
Em 31 de Dezembro as acções da Corticeira Amorim terminaram a sessão a negociar a 1,06 euros, cotação de fecho de ano, o que representa uma desvalorização de cerca de 8% em relação à cotação análoga registada no ano transacto, tendo-se transaccionado em bolsa cerca de 22,7 milhões de acções (um acréscimo superior a 5% face a 2003) em quase de 6500 negócios, que ultrapassaram os 26 milhões de euros.

A cotação máxima atingida durante o referido período foi de 1,30 euros por acção, em vários dias do mês de Março, a mínima foi de 1,05 euros e ocorreu durante a sessão do dia 30 de Dezembro, tendo a média de transacção no ano sido 1,17 euros por acção.

O gráfico abaixo mostra a evolução das cotações e das quantidades transaccionadas da Corticeira Amorim ao longo de dos últimos exercícios:

	2002	2003	2004
Quota de acções transaccionadas	12 657 227	21 617 313	22 716 018
Cotações:			
Máxima	0,90	1,15	1,30
Média	0,84	0,74	1,17
Mínima	0,78	0,64	1,05
Frequência negocial (percentagem)	99,2	99,2	99,6

Corticeira Amorim no mercado de valores mobiliários



VII — Conta de resultados consolidados

A actividade do segundo semestre revelou algum abrandamento, o que em termos de vendas foi ainda mais notório face à desvalorização acentuada que o dólar norte-americano apresentou nos últimos meses do exercício.

Os valores finais de vendas registam um total de 429,5 milhões de euros, o que mesmo assim compara favoravelmente com os 427,5 milhões atingidos no exercício anterior.

Por unidade de negócio de destacar a manutenção do valor de vendas nas rolhas, embora com um crescimento nas respectivas quantidades vendidas. A evolução no mercado australiano e a referida desvalorização do dólar norte-americano justificam aquela estabilização nominal. Em termos de margem a desvalorização do dólar teve nesta unidade de negócio um especial efeito desfavorável.

De assinalar o crescimento observado na unidade de negócio de revestimentos, cerca de 5%, com uma variação positiva tanto nos revestimentos de solos de cortiça como nos de madeira.

Para este desempenho muito contribuiu o aumento de quota no mercado alemão.

As vendas das unidades de negócio aglomerados técnicos e de isolamentos tiveram um crescimento de 1% e 3%, respectivamente, tendo a primeira unidade de negócios sido também materialmente afectada pela evolução do dólar norte-americano.

A unidade de negócios de cortiça com borracha teve um decréscimo de vendas da ordem dos 6% sendo, de longe, a unidade de negócio mais afectada em vendas e em resultados pela quebra do dólar norte-americano. De notar que as vendas nesta divisa representam cerca de 70% da facturação respectiva.

A unidade de negócio de matérias-primas acentuou a sua integração na cadeia de valor acrescentado da Corticeira Amorim, canalizando 85% das suas vendas para outras unidades de negócio. Assim, embora aumentando a sua facturação em cerca de 8%, o contributo para as vendas consolidadas diminuiu cerca de 3 milhões o que influenciou adversamente este registo. Em termos práticos vendeu-se menos para o exterior produtos de baixa margem tal como prancha.

Em termos de margem bruta assistiu-se a uma descida no exercício de 2004, tendo passado de uns elevados, em termos históricos, 48,4% em 2003, para 47,3%. Esta baixa é justificada quer pelo importante impacto da desvalorização do dólar norte-americano, quer por alguma rigidez de preço final que, em geral, o mercado dos produtos de cortiça apresenta. A descida da margem bruta representou um impacto de cerca de 4 milhões de euros.

A evolução dos restantes custos operacionais permitiu, no entanto, recuperar todo este efeito, apresentando os resultados operacionais um crescimento de cerca de 4% ao atingirem os 21,4 milhões de euros. Continua em execução o plano de redução dos custos operacionais, do qual se espera uma contribuição significativa na melhoria do desempenho operacional da Corticeira Amorim.

Relativamente ao EBIT (conceito mais abrangente que o tradicional resultado operacional) o valor atingiu os 20,7 milhões de euros, uma estabilização relativamente ao exercício anterior.

O bom desempenho da função financeira deveu-se ao efeito favorável decorrente da redução do capital investido, em especial no que respeita à redução das necessidades de fundo de maneo, bem como a uma diminuição do custo médio da dívida em cerca de 60 pontos base.

A conjugação destes dois efeitos foi a principal responsável pela melhoria de cerca de 2 milhões de euros na função financeira do exercício. Os resultados financeiros atingiram os — 9,3 milhões de euros.

Após contabilização de interesses minoritários de 0,6 milhões de euros, de uma estimativa de imposto sobre o rendimento de 2,2 milhões, o resultado líquido atingiu os 10 milhões de euros, um crescimento de 24% relativamente ao exercício anterior.

Em termos individuais, e em virtude da utilização do método de equivalência patrimonial (MEP) na valorização das participações financeiras detidas pela empresa-mãe, o resultado líquido é igual ao apresentado em termos consolidados, ou seja 10,032 milhões de euros. Este valor é composto por — 3,208 milhões de euros de resultados individuais propriamente ditos, sendo de destacar os — 2,227 milhões de euros relativos à função financeira e os — 2,263 milhões de euros referentes a custos operacionais e extraordinários. A empresa contabilizou também um crédito relativo ao imposto sobre o rendimento no valor de 1,282 milhões de euros. Os remanescentes 13,240 milhões de euros correspondem à apropriação de resultados das suas participadas.

Indicadores de actividade

	2004	2003	Variação percent.)
Vendas	429 477	427 539	+ 0,5
EBIT	20 714	20 727	—
EBITDA	49 394	51 607	— 4,3
Resultados antes impostos (e de interesses minoritários)	12 799	10 550	+ 21,3
Resultado líquido	10 032	8118	+ 23,6

EBIT = Resultados antes de juros, impostos e minoritários.

EBITDA = EBIT + amortizações e depreciações.

VIII — Balanço consolidado

No final do exercício o total do balanço atingiu os 538 milhões de euros, um valor significativamente inferior aos 579 milhões do final de 2003. Para uma tão importante redução, cerca de 41 milhões de euros, contribuíram praticamente em partes iguais a diminuição de existências, clientes e imobilizado.

Conforme tinha sido referido no relatório de 2003, assistiu-se naquele exercício a uma intensa actividade de compra de matérias-primas, a qual deu, naturalmente, lugar a algum abrandamento nas aquisições de 2004. Adicionalmente a tendência de redução do respectivo preço permitiu a diminuição de cerca de 17 milhões na rubrica de existências de matérias-primas. Relativamente às outras rubricas de existências houve um aumento de 3 milhões, pelo que o total se cifrou por uma redução de cerca de 14 milhões.

Na rubrica de terceiros devedores, observou-se também uma redução de cerca de 14 milhões de euros, dos quais cerca de 12 milhões se referem a clientes. Esta variação resulta da conjugação de um maior controlo de cobranças e do facto de que, conforme referido, as vendas do último trimestre terem tido um comportamento fraco.

Na terceira e última rubrica justificativa da evolução do activo, o imobilizado teve também uma diminuição de 14 milhões de euros. Esta evolução resultou, essencialmente, do facto de as amortizações se terem mostrado superiores aos investimentos do exercício em cerca de 13 milhões de euros.

Nas restantes rubricas do activo, disponibilidades e diferimentos, há uma variação positiva de dois milhões de euros.

Adicionalmente houve um aumento do saído de fornecedores de cerca de 3,5 milhões de euros, em parte consequência de uma compra de matéria-prima mais dilatada no tempo.

Face a uma tão importante redução do capital investido, o endividamento bancário bruto teve uma descida acentuada, passando de 272 milhões de euros para os 225 milhões, uma descida de 47 milhões entre o final de 2003 e o final de 2004.

O efeito conjugado da diminuição do activo e dos resultados do exercício tiveram um efeito bastante positivo no rácio de autonomia financeira o qual passou de 35,1% no final de 2003 para 39,5% no final de 2004.

Relativamente ao balanço individual, o seu valor atingiu os 357 milhões de euros, continuando o activo a ser composto, quase exclusivamente, pelo valor relativo às participações financeiras e aos respectivos suprimentos. O passivo de 153 milhões é composto basicamente pelo endividamento bancário, o qual mo a 147 milhões de euros.

IX — Perspectivas para 2005

Envolvente

Apreciação global:

O ano de 2005 pautar-se-á pela sustentabilidade da tendência de crescimento observada desde meados de 2003. As estimativas dos principais organismos internacionais apontam para níveis em torno de 4%, um ritmo, ainda assim, inferior ao observado no ano transacto. A zona euro e o Japão deverão registar evolução moderada enquanto os Estados Unidos pautar-se-ão pelo crescimento em tendência de longo prazo. À semelhança de 2004, e considerando quer as perspectivas de crescimento das economias em desenvolvimento, nomeadamente China e Índia, quer o contexto geopolítico, o petróleo deverá manter-se em alta. As taxas de juro deverão manter a trajectória ascendente nomeadamente nos EUA. Pressões inflacionistas, se bem que moderadas, deverão ser expectáveis em face de desaceleração da produtividade, diminuição do *output gap* e do desempenho a nível das *commodities*. O contexto deflacionista nipónico tenderá a ser substituído por condições mais normais. As condições de liquidez abundante garantirão um ambiente favorável à assunção de risco por parte dos investidores. A depreciação do dólar, o comportamento altista do petróleo, o arrefecimento económico da China, a rigidez cambial dominante em parte da Ásia, o ajustamento aos *booms* imobiliários e o não avanço das negociações do Doha Round, constituem os riscos principais ao cenário traçado.

Zona euro

A economia da zona euro deverá crescer em torno de 1,8% em 2005, valor similar ao observado no ano anterior. A necessidade de prosseguir com reformas estruturais e a correcção de défices públicos elevados servirão de travão ao crescimento. A economia beneficiará de algum dinamismo da procura mundial — embora em menor grau do que o observado no ano transacto — e de uma recuperação do

investimento. A procura interna deverá evoluir de forma moderada reflectindo, por um lado, a contenção salarial, a fraca criação de emprego e os níveis baixos de confiança dos consumidores europeus, por outro, os efeitos positivos decorrentes da reestruturação das empresas e de condições, monetárias e fiscais, favoráveis. Beneficiando da valorização do euro, a inflação deverá registar descida moderada, estimando-se um registo de 1,9% em 2005. As previsões apontam para manutenção do desemprego aos níveis elevados que se verificaram nos últimos dois anos, fixando-se a taxa anual em 8,8%. O BCE deverá manter o nível de referência dos juros em 2% durante a maior parte do ano, eventualmente, iniciando o ciclo de subida no último trimestre do ano. O peso do défice público no PIB da zona euro deverá diminuir para 2,5%.

Estados Unidos da América

A economia dos Estados Unidos deverá registar um crescimento económico em tendência de longo prazo que se estima em 3,5%, o que evidenciará, ainda assim, um abrandamento face ao ritmo do ano transacto. Continuará a liderar o crescimento nos grandes blocos económicos. O consumo privado deverá contribuir de forma menos significativa para o crescimento económico (estima-se uma taxa de 3,2%), sendo em parte substituído pelo investimento empresarial. A procura externa deverá contribuir marginalmente para o crescimento económico em 2005. O processo de ajustamento dos desequilíbrios estruturais dominará a conjuntura, perspetivando-se uma recuperação da poupança privada. A política fiscal procurará contrariar a tendência de degradação observada nas contas públicas, essencialmente actuando pela via da diminuição da despesa.

A reserva federal promoverá um aperto gradual das condições monetárias, procurando o retorno das taxas de juro a níveis neutrais que se estimam acima da fasquia de 3%. A inflação registará incremento moderado para 2,4%, evidenciando alguma pressão por via da subida do petróleo e da diminuição dos ganhos de produtividade. O desemprego deverá observar descida para 5,3% com criação lenta e irregular de postos de trabalho.

Portugal

Portugal deverá crescer 1,6% em 2005, um ritmo moderado mas ainda assim superior ao observado em 2004. A divergência com a zona euro será, novamente, uma realidade. A economia nacional apresentará, estima-se; um perfil de crescimento mais saudável do que o verificado no ano transacto, com um contributo positivo, ainda que marginal, das exportações líquidas.

A procura interna deverá permanecer suportada (o ritmo de variação deverá atingir 1,2%) com o investimento empresarial a mais do que compensar a queda estimada a nível do investimento público. O consumo privado deverá registar incremento inferior ao verificado em 2004 (estima-se variação de 1,5%) reflectindo a quebra de confiança dos consumidores. O desemprego deverá observar estabilização face aos valores registados em 2004, enquanto a inflação deverá registar ligeira descida para 2,1%. Estima-se uma recuperação da poupança e uma estabilização do défice externo em valores em torno de 5,3%.

O ajustamento das contas públicas dominará, mais uma vez, a conjuntura económica portuguesa, assumindo-se que apenas pelo recurso a medidas extraordinárias seja possível cumprir a meta de 3%. A evolução económica estará, de alguma forma, dependente do contexto político.

Actividades operacionais

Matérias-primas:

Em 2005 prosseguir-se-á com uma estratégia de compra sustentada e contínua de cortiça amadia tendo em vista minimizar a pressão na obtenção da quantidade necessária e do inix adequado à actividade das unidades de negócio da Corticeira Amorim.

A diminuição do preço de compra da cortiça verificada em 2004 induz naturalmente a perspectivas favoráveis de evolução dos custos, que deverão compensar eventuais ajustamentos nos preços das aplicações finais nas várias unidades de negócio.

O ano de 2005 será o primeiro ano de pelo funcionamento de um conjunto de investimentos realizados em 2004, nomeadamente na Argélia, na unidade de preparação de discos de Santa Maria da Feira (Portugal) e na nova unidade de preparação de São Vicente de Alcântara (Espanha), que permitirão responder ao aumento da actividade esperado nas restantes unidades de negócio.

Rolhas

A concentração que tem vindo a ser realizada ao nível dos grandes operadores do mercado vinícola, e que se intensificou em 2004, bem como a forte necessidade de redução de custos por parte das grandes multinacionais, terão em 2005 um forte impacto na actividade desta unidade de negócio.

A crescente adopção das rolhas Neutrocork®, particularmente em segmentos onde assume alguma relevância a forte concorrência, em termos de preço, dos vedantes alternativos, a consolidação internacional da liderança na *performance* técnica e sensorial dos produtos da Corticeira Amorim e a preferência que o consumidor final tem evidenciado pela rolha de cortiça são os principais factores que sustentam o crescimento da actividade nesta unidade de negócio.

Dos objectivos assumidos no planeamento estratégico e operacional para 2005, salientam-se:

O crescimento das vendas de rolhas naturais, Neutrocork® e Twin Top®;

O aumento de quota em clientes multinacionais, tendo como mercados-alvo os EUA e Austrália;

A melhoria do *mix* de produtos vendidos, como importante meio de crescimento das margens de redução de custos operacionais;

A liderança incontestável ao nível da *performance* técnica e sensorial;

O desenvolvimento técnico da actual gama de produtos e desenvolvimento de novos produtos;

A diferenciação clara, face à oferta da concorrência, ao nível da gama de produtos, da *performance* técnica e sensorial e do serviço a clientes;

A racionalização da estrutura industrial;

A eficiência no custo de distribuição;

A diminuição do capital investido, através da redução do ciclo integrado de fundo de maneio.

Realizar-se-á ainda um importante reforço da capacidade produtiva nas áreas de produção de rolhas naturais, rolhas técnicas e granulação permitindo a consolidação da unidade de negócio de rolhas nos segmentos que mais têm evoluído e para os quais se perspectiva maior crescimento, nomeadamente no das rolhas técnicas.

Revestimentos

As grandes linhas de orientação e objectivos assumidos no planeamento estratégico e operacional para 2005 da unidade de negócio passam principalmente por:

Melhorar a margem de contribuição dos vários segmentos de negócios desta unidade de negócio;

Consolidar a oferta diversificada e de maior valor acrescentado, complementando os produtos de revestimento de cortiça, que constituem o *core business* da unidade de negócio, com a comercialização de revestimentos de solos não cortiça;

Consolidar a liderança nos mercados mais fortes, nomeadamente na Alemanha e Benelux, e, ao mesmo tempo, conseguir a diversificação para mercados de maior potencial de crescimento;

Reestruturar o modelo logístico e a rede de distribuição para o mercado europeu;

Incrementar a eficiência pela maior standardização da oferta de produtos e de serviços pelos diferentes segmentos, não descuidando o reforço de valor acrescentado na oferta e no serviço ao cliente.

Prevê-se a apresentação ao mercado do inovador sistema Acousticork® nas feiras Domotex e Bau 2005, os certames internacionais de maior visibilidade neste sector.

Desenvolvido pela Corticeira Amorim e resultado do aproveitamento de sinergias inter-unidade de negócio, o Acousticork® constitui uma solução mais eficiente nas reduções de ruído de impacto e *step*, diferenciando-o positivamente da oferta dos revestimentos alternativos, o que não deixará de se repercutir num aumento da notoriedade da unidade de negócio de revestimentos e dos seus produtos nos mercados onde actua.

Os mercados tradicionais, particularmente a Alemanha, Benelux e Escandinávia, deverão manter, por força da situação macroeconómica, uma evolução menos favorável mas que, a exemplo do sucedido em 2004, se procurará contrariar através da oferta de produtos de qualidade com elevada *performance* técnica e visuais atractivos, bem como com a continuação do crescimento em mercados de elevado potencial.

Aglomerados técnicos

O cenário previsto para o próximo ano reflecte a consolidação da contribuição da unidade de negócio para os resultados consolidados da Corticeira Amorim, o que passa pela optimização de consumos e margens dos seus produtos nas diferentes aplicações.

O esforço comercial terá por base uma maior integração das equipas de *marketing* e vendas nos diferentes pontos geográficos e a orientação para as principais aplicações, sendo acompanhado por movimentos simultâneos de adequação das estruturas produtivas e de flexibilização no processamento dos diferentes tipos de matéria-prima.

Um conjunto de iniciativas e acções alinhadas com a estratégia global estão já em marcha ou serão iniciadas brevemente com o intuito de: alcançar objectivos de crescimento rentável na generalidade das aplicações; garantir condições de eficiência dos processos e estrutura; e optimizar o capital investido no negócio.

Iniciar-se-á o investimento na China, até ao final de 2005, numa pequena unidade de fabrico de produtos, aglomerados compostos de cortiça, prevendo-se realizar até ao final do primeiro semestre o acordo de parceria com um sócio chinês.

Cortiça com borracha

Para o ano de 2005 prevê-se um ligeiro crescimento do volume de vendas de cortiça com borracha e de produtos feitos a partir de borracha reciclada.

Os custos operacionais deverão continuar a reduzir-se, devido sobretudo à diminuição dos fornecimentos e serviços externos e dos custos com o pessoal.

O capital investido médio deverá continuar a diminuir em 2005, como resultado da optimização dos *stocks* do nível de investimentos, que se prevê inferior às amortizações do exercício.

Isolamentos

Nesta unidade de negócio perspectiva-se para 2005 um crescimento das vendas, tanto no segmento dos aglomerados de cortiça expandida como no dos produtos em fibra de coco, sustentando sobretudo na recuperação dos mercados onde actua e no crescimento em mercados emergentes.

Contudo, a unidade de negócio está, naturalmente, sujeita à evolução da situação macroeconómica nos seus principais mercados e, não obstante algumas previsões mais positivas para 2005, os níveis de imprevisibilidade são ainda acentuados, sobretudo na Europa.

Continuar-se-á a apostar na divulgação dos produtos realçando as vantagens técnicas e ecológicas sempre direccionadas às áreas geográficas e culturais sensíveis às questões relacionadas com o ambiente.

Deverá também continuar a redução e optimização dos *stocks*, o que permite perspectivar a diminuição do capital investido.

Resultados

O ano de 2005, deverá beneficiar das acções implementadas nos últimos exercícios, que por sua vez visaram uma maior eficiência industrial, e o desenvolvimento e melhoria dos produtos da Corticeira Amorim. Também a redução de preços da matéria-prima verificada na campanha de compras de 2004, virá a ter um efeito benéfico nas contas do exercício de 2005. No entanto, quer a desvalorização continuada do dólar norte-americano, quer o permanente estado anémico da economia europeia, são factores de risco a ter em conta para 2005.

Tendo em conta os factores atrás indicados, espera-se mesmo assim um exercício com um crescimento moderado quer a nível da actividade, quer a nível de resultados.

Conforme referido em capítulo apropriado, as contas de 2005 e respectivos comparativos 2004 serão apresentados segundo as normas IFRS; assim os resultados 2005 em IFRS não são comparáveis com os resultados 2004 POC agora apresentados.

X — Proposta de aplicação de resultados

Tendo em conta que o resultado líquido apurado no final do exercício de 2004 é positivo no valor de 10 031 635,88 euros, o conselho de administração propõe que os accionistas deliberem aprovar que o referido resultado, tenha a seguinte aplicação:

Para reserva legal: 907 496,78 euros;

Para lucros não atribuídos: 13 240 000 euros;

Para resultados transitados: — 4 115 860,90 euros.

Adicionalmente o conselho de administração propõe a distribuição de um dividendo no valor de 4 655 000 euros, parte existente na rubrica de reservas livres, a que corresponde um valor de 0,035 euros por acção.

XI — Transição para as normas internacionais de contabilidade

Estão praticamente concluídos os trabalhos relativos à transição do normativo nacional para o normativo IFRS. Deste modo as contas relativas ao primeiro trimestre de 2005, e os respectivos comparativos, serão apresentados segundo este normativo, dentro de um prazo que deverá ser semelhante ao verificado nos exercícios anteriores.

Estão quantificados os efeitos que a referida transição provocará no balanço da Corticeira Amorim, à data de transição (1 de Janeiro de 2004). De seguida, apresenta-se a respectiva reconciliação dos capitais próprios (milhões de euros):

Cap. próprios a 31 de Dez. de 2003 — normativo POC	195,9
Diminuição do activo incorpóreo (excepto <i>goodwill</i>)	6,3
Diminuição de <i>goodwill</i> e investimentos financeiros	21,0
Aumento de imobilizado corpóreo	16,5
Aumento de impostos diferidos activos	1,7
Aumento de impostos diferidos passivos	4,0
Cap. próprios a 1 de Jan. de 2004 — normativo IFRS	182,8

As diminuições do activo incorpóreo relevam do facto de os respectivos conteúdos não satisfazerem os requisitos de reconhecimento conforme o IAS 38. A diminuição relativa ao *goodwill* resulta dos testes de imparidade efectuados para o efeito (IFRS 1, B2.g) *iii*), sendo 7,1 milhões relativos a *goodwill* associado a cerca de 20 subsidiárias, com valor individual inferior a 1 milhão de euros, que pelo seu reduzido valor unitário, não se considera justificar, numa óptica custo/benefício, ser sujeito a teste de imparidade. O remanescente está associado a activos e passivos de negócios cuja integração, formal ou operacional, com outros negócios da Corticeira Amorim, torna complexo, por dificuldade de individualização, o exercício futuro da análise da sua imparidade, optando-se desde já pela sua anulação.

O aumento do activo corpóreo deve-se a revalorizações de equipamentos fabris específicos, materialmente relevantes, totalmente depreciados ou que o estariam a curto prazo e dos quais se espera uma utilização produtiva a médio ou longo prazo. Esta revalorização foi feita ao abrigo do parágrafo 16 do IFRS 1.

Será também seguido o disposto na alínea b) do ponto 21 do IFRS 1, transferindo-se assim o saldo devedor de 5,3 milhões de euros da conta de capital próprio de diferenças de conversão cambial para as contas de reservas.

Em termos de resultados 2004, estima-se que os efeitos da aplicação do novo normativo impliquem um aumento dos resultados líquidos do exercício relativamente ao anterior normativo, de cerca de 5 milhões de euros. É a seguinte a reconciliação respectiva (milhões de euros):

Resultados líquidos 2004 — Normativo POC	10,0
Amortização do <i>goodwill</i>	+ 4,4
Amortização do restante imobilizado incorpóreo	+ 3,0
Custeio do aumento imobilizado incorpóreo em 2004	— 0,8
Depreciação de revalorização do imobilizado corpóreo	— 1,4
Efeito em IRC	— 0,2
Resultados líquidos 2004 — Normativo IFRS	15,0

Em termos de capitais próprios a 31 de Dezembro de 2004, é a seguinte a reconciliação (milhões de euros):

Cap. próprios a 31 de Dez. de 2004 — normativo POC	204,3
Diferenças de transição a 1 de Janeiro de 2004	— 13,1
Diferenças nos resultados líquidos 2004	+ 5,0
Cap. próprios a 31 de Dez. de 2004 — normativo IFRS	196,2

Dado a demonstração dos fluxos de caixa ser apresentada utilizando o método directo, não há ajustamentos relativos à mudança de normativo.

As quantificações apresentadas resultam da melhor estimativa à data, sendo consideradas fiáveis pela Corticeira Amorim. As consolidações formais segundo o normativo serão concluídas durante a primeira quinzena de Abril próximo.

XII — Valores mobiliários próprios

De acordo com a alínea d) do artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que a empresa, adquiriu em Bolsa, durante 2004, 933 409 acções próprias, representativas de 0,70% do seu

capital social, pelo preço médio unitário de 1,1796 euros e global de 1 101 052,62 euros.

Durante o mesmo período, a empresa alienou em Bolsa 853 470 acções próprias, representativas de 0,64% do seu capital social, pelo preço médio unitário de 1,1428 euros e global de 975 336,70 euros.

No final do exercício, permaneciam em carteira 2 530 357 acções próprias, representativas de 1,90% do seu capital social.

XIII — Eventos posteriores

Posteriormente a 31 de Dezembro de 2004 e até à data do presente relatório, não ocorreram factos relevantes que venham a afectar materialmente a posição financeira e os resultados futuros da Corticeira Amorim e do conjunto das empresas filiais incluídas na consolidação.

XIV — Fecho do relatório

O conselho de administração aproveita esta oportunidade para expressar o seu reconhecimento:

Aos accionistas e investidores, pela confiança inequívoca que têm manifestado;

As instituições de crédito, pela importante colaboração prestada;

Ao fiscal único pelo rigor e qualidade da sua actuação.

A todos os colaboradores, cuja disponibilidade e empenho tanto têm contribuído para o desenvolvimento e crescimento das empresas participadas pela Corticeira Amorim, aqui lhes manifestamos o nosso sentido apreço.

Mozelos, 28 de Fevereiro de 2005. — O Conselho de Administração, (*Assinatura ilegível.*)

Anexo ao relatório de gestão do exercício findo em 31 de Dezembro de 2004

1 — Acções Corticeira Amorim, SGPS, S. A., detidas e ou transaccionadas pelos órgãos sociais da empresa:

Em cumprimento do estabelecido no artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se:

i) O administrador José Américo Amorim Coelho detinha em 1 de Janeiro 576 693 acções Corticeira Amorim, SGPS, S. A. Durante o ano alienou 454 620 acções ao preço médio ponderado de 1,12 euros, não tendo adquirido, no referido período, nenhuma acção da sociedade. Assim, em 31 de Dezembro de 2004, é detentor de 122 073 acções Corticeira Amorim, SGPS, S. A.

Mapa resumo das transacções realizadas

Sessão de bolsa	Quantidade de acções alienadas	Preço unitário
2 de Janeiro de 2004	25 000	1,14
5 de Janeiro de 2004	27 737	1,13
8 de Janeiro de 2004	70 000	1,10
14 de Janeiro de 2004	50 569	1,10
15 de Janeiro de 2004	46 314	1,10
19 de Janeiro de 2004	150 000	1,10
26 de Janeiro de 2004	5 608	1,18
27 de Fevereiro de 2004	34 392	1,18
12 de Fevereiro de 2004	45 000	1,19
<i>Total</i>	454 620	

ii) O administrador Rui Miguel Duarte Alegre mantém a posse de 666 acções da sociedade, não tendo transaccionado qualquer título durante o ano de 2004;

iii) Os restantes membros dos órgãos sociais não detêm nem transaccionaram qualquer título representativo do capital social da sociedade.

2 — Relação dos accionistas titulares de mais de um décimo do capital social da empresa:

Em cumprimento do estabelecido no artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que a sociedade Amorim Capital,

SGPS, S. A., é detentora, à data de 31 de Dezembro de 2004, de 90 162 161 acções da Corticeira Amorim, SGPS, S. A., correspondentes a 67,791% do capital social e a 69,106% dos direitos de votos.

3 — Participações sociais qualificadas:

Relação dos accionistas titulares de participações sociais qualificadas, à data de 31 de Dezembro de 2004:

	Número de acções	Porcentagem de direitos de votos
Amorim Capital, SGPS, S. A.	90 162 161	69,106
Luxor, SGPS, S. A.	3 069 230	2,352
Millennium BPC-Investimentos — Fundos Mobiliários, S. A. (a)	5 347 372	4,099
Portus Securities — Sociedade Corretora, L.ª	8 500 000	6,515
Directamente	7 500 000	5,749
Via accionista/gestor	1 000 000	0,766

(a) Sociedade anteriormente denominada AF-Investimentos — Fundos Mobiliários, S. A., em representação dos fundos por si geridos.

A Amorim — Investimentos e Participações, SGPS, S. A., detém, à data de 31 de Dezembro de 2004, uma participação qualificada indirecta na Corticeira Amorim, SGPS, S. A., de 90 162 161 acções, correspondente a 69,106% de direitos de votos. A referida participação indirecta é detida através da Amorim Capital, SGPS, S. A.

A Amorim — Investimentos e Participações, SGPS, S. A., é detida, à data de 31 de Dezembro de 2004, a 100% pela Interfamília II, SGPS, S. A. De referir que em 31 de Dezembro de 2004, a sociedade possuía 2 530 357 acções próprias.

Mozelos, 28 de Fevereiro de 2005. — O Conselho de Administração: *(Assinaturas ilegíveis.)*

Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2004

ACTIVO

(Em milhares de euros)

Notas	2004			2003
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
Imobilizado:				
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação	25	773	580	193
Despesas de investigação e desenvolvimento	25	12 675	11 398	1 277
Propriedade industrial e outros direitos		2 749	1 986	763
Trespases		2 341	1 164	1 177
Imobilizações em curso		631	—	631
Diferenças de consolidação	10	64 884	35 831	29 053
	27	84 053	50 959	33 094
Imobilizações corpóreas:				
Terrenos e outros recursos naturais	10 e 42	27 568	153	27 415
Edifícios e outras construções	10 e 42	170 492	105 423	65 069
Equipamento básico	42	207 580	155 442	52 138
Equipamento de transporte	42	9 760	8 021	1 739
Ferramentas e utensílios	42	6 507	5 073	1 434
Equipamento administrativo	42	20 512	18 818	1694
Taras e vasilhame	42	786	694	92
Outras imobilizações corpóreas	42	4 295	3 688	607
Imobilizações em curso		6 753	—	6 753
Adiantamentos por conta de imobiliz. corpóreas		95	—	95
	27	454 348	297 312	157 036
Investimentos financeiros:				
Partes de capital em empresas do grupo	2	1 718	1 059	659
Empréstimos a empresas do grupo		1.383	1 360	23
Partes de capital em empresas associadas	3 e 4	626	36	590
Partes de capital em empresas participadas		241	50	191
Títulos e outras aplicações financeiras		4 055	786	3 269
Adiantamentos por conta de invest. financeiros		243	—	243
	27 e 46	8 266	3 291	4 975
Circulante:				
Existências:				
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo		100 795	162	100 633
Produtos e trabalhos em curso		7 937	—	7 937

(Em milhares de euros)

Notas	2004			2003
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	258	—	258	341
Produtos acabados e intermédios	87 995	2 538	85 457	83 848
Mercadorias	10 394	402	9 993	7 759
Adiantamentos por conta de compras	281	—	28	266
46	207 660	3 102	204 559	218 199
Dívidas de terceiros — curto prazo:				
Clientes, c/c	84 473	3 331	81 142	93 712
Clientes — Títulos a receber	6 426	—	6 426	5 607
Clientes de cobrança duvidosa	8 801	8 116	685	552
Empresas do grupo	143	143	—	273
Empresas associadas	82	82	—	—
Adiantamentos a fornecedores	1 259	—	1259	3 832
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	7	—	7	7
Estado e outros entes públicos	20 391	175	20 216	20 034
Outros devedores	5 451	—	5 451	5 852
46	127 033	11 847	115 186	129 869
Títulos negociáveis:				
Outras aplicações de tesouraria	173	—	173	14
Depósitos bancários e caixa:				
Depósitos bancários	8 030	—	8 030	6 744
Caixa	136	—	136	427
	8 166	—	8 166	7 171
Acréscimos e diferimentos:				
Acréscimos de proveitos	202	—	202	627
Custos diferidos	1 671	—	1 671	2 055
Ajustamento contabilidade cobertura	1 214	—	1 214	327
Impostos diferidos	12 116	—	12 116	11 449
	15 203	—	15 203	14 458
Total de amortizações		348 271		
Total de provisões		18 240		
Total do activo	904 902	366 511	538 392	579 076

PASSIVO

	Notas	2004	2003
Capital próprio:			
Capital	50	133 000	133 000
Acções próprias — valor nominal		— 2 530	— 2 450
Acções próprias — descontos e prémios		164	501
Prémios de emissão de acções (quotas)		38 893	38 893
Ajustamento contabilidade cobertura		— 79	—
Reservas de reavaliação		4 048	4 048
Diferenças de consolidação	10	— 26 273	— 26 738
Reservas:			
Reservas legais		6 538	6 538
Outras reservas		41 541	39 310
Subtotal		195 301	193 102
Resultado líquido do exercício		10 032	8 118
Total do capital próprio		205 333	201 220
Diferenças de conversão cambial		— 1 003	— 5 332
Total do capital próprio com conversão cambial		204 330	195 888
Interesses minoritários	10	8 164	7 290

(Em milhares de euros)

	Notas	2004	2003
Passivo:			
Provisões para impostos		248	248
Outras provisões para riscos e encargos		4 757	5 373
	46	5 005	5 621
Dívidas a terceiros — médio e longo prazos:			
Dívidas a instituições de crédito	50	78 938	92 061
Outros empréstimos obtidos		12 229	15 926
Outros credores		2 342	404
		93 510	108 391
Dívidas a terceiros — curto prazo:			
Empréstimos por obrigações:			
Não convertíveis		—	43 850
Dívidas a instituições de crédito		146 106	135 940
Fornecedores — c/c		37 097	32 048
Fornecedores — facturas em recepção e conferência		2 411	3 972
Fornecedores — títulos a pagar		30	122
Outros accionistas (sócios)		2	—
Adiantamentos de clientes		43	76
Outros empréstimos obtidos		4 463	7 282
Fornecedores de imobilizado — c/c		538	924
Estado e outros entes públicos		8 383	6 458
Outros credores		2 324	6 090
		201 397	236 762
Acréscimos e diferimentos:			
Acréscimos de custos		13 045	12 620
Proveitos diferidos		11 311	10 892
Ajustamento contabilidade cobertura		192	49
Impostos diferidos		1 438	1 563
		25 985	25 124
<i>Total do passivo</i>		325 897	375 898
<i>Total do capital próprio, interesses minoritários e passivo</i>		538 392	579 076

O Conselho de Administração: (Assinaturas ilegíveis.) — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

Demonstração de resultados consolidados por natureza em 31 de Dezembro de 2004**CUSTOS E PERDAS**

(Em milhares de euros)

	Notas	2004	2003
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		227 791	221 383
Fornecimentos e serviços externos		63 148	64 696
Custos com o pessoal:			
Remunerações		71 729	71 612
Encargos sociais:			
Pensões		113	499
Outros		18 174	16 171
		90 016	88 282
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	27 e 45	28 680	30 680
Provisões	45 e 46	1 567	3 348
		30 247	34 228
Impostos		1 264	1 370
Outros custos e perdas operacionais		812	1 235
		2 076	2 605
(A)		413 278	411 194
Perdas relativas a empresas do grupo e associadas		—	4
Amortizações e provisões de aplic. e invest. financeiros	44	44	42

(Em milhares de euros)

	Notas	2004	2003
Juros e custos similares:			
Outros	44	11 678	23 761
(C)		424 999	435 001
Custos e perdas extraordinários	45	6 414	5 461
(E)		431 413	440 462
Impostos sobre o rendimento do exercício	23	2 649	1 257
Impostos diferidos	23	— 484	902
(G)		433 577	442 621
Resultados dos interesses minoritários	10	602	273
Resultado líquido do período		10 032	8 118
		444 211	451 012

PROVEITOS E GANHOS

	Notas	2004	2003
Vendas de mercadorias e produtos	36	428 861	426 191
Prestações de serviços	36	616	1 348
Variação da produção		2 573	1 909
Trabalhos para a própria empresa		181	149
Proveitos suplementares		1 179	1 556
Subsídios à exploração		91	175
Outros proveitos e ganhos operacionais		1 176	535
(B)		434 677	431 863
Ganhos de participações de capital:			
Relativos a empresas do grupo e associadas	44	82	54
Rendim. de títulos negociáveis e de outras aplic. financeiras:			
Outros	44	121	118
Outros juros e proveitos similares:			
Outros	44	2 225	2 428
(D)		437 105	444 374
Proveitos e ganhos extraordinários	45	7 106	6 638
(F)		444 211	451 012

Resumo:

Resultados operacionais (B)–(A) =	21 399	20 669
Resultados financeiros (D–B)–(C–A) =	— 9 293	— 11 296
Resultados correntes (D)–(C) =	12 106	9 373
Resultados antes de impostos (F)–(E) =	12 799	10 549
Resultado consol. com inter. minorit. do exercício (F)–(G) =	10 634	8 390

O Conselho de Administração: (Assinaturas ilegíveis.) — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

Demonstração dos resultados por funções em 31 de Dezembro de 2004

(Em milhares de euros)

	2004	2003
Vendas e prestações de serviços	429 477	427 539
Custo das vendas e prestações de serviços	319 735	309 619
Resultados brutos	109 742	117 920
Outros proveitos e ganhos operacionais	7 792	8 609
Custos de distribuição	55 746	63 458
Custos administrativos	22 536	24 837
Outros custos e perdas operacionais	11 924	12 785
Resultados operacionais	27 328	25 449

(Em milhares de euros)

	2004	2003
Custo líquido de financiamento	8 807	9 147
Ganhos (perdas) em filiais e associadas	— 5 260	— 5 469
Ganhos (perdas) em outros investimentos	108	100
Resultados não usuais ou não frequentes	— 570	— 383
Resultados correntes	12 799	10 550
Imposto sobre os resultados correntes	2 649	1 257
Imposto diferido	— 484	982
Resultados correntes após impostos	10 634	8 391
Resultados de operações em descontinuação	—	—
Resultados extraordinários	—	—
Imposto sobre os resultados extraordinários	—	—
Resultados de alterações políticas contabilísticas	—	—
Interesses minoritários	— 602	— 273
Resultados líquidos	10 032	8 118
Resultados por acção (euros)	0,077	0,062

O Conselho de Administração: (Assinaturas ilegíveis.) — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de Dezembro de 2004

(Em milhares de euros)

	2004	2003
Actividades operacionais:		
Recebimentos de clientes	460 547	446 275
Pagamentos a fornecedores	311 689	376 345
Pagamentos ao pessoal	91 810	89 724
Fluxo gerado pelas operações	57 048	— 19 794
Pagam./recebim. do imposto sobre o rendim.	— 940	— 1 583
Outros recebim./pagam. relat. à activ. operacional	19 315	34 372
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias	75 423	12 995
Recebimentos relacion. com rubricas extraordin.	1 426	2 422
Pagamentos relacion. com rubricas extraordin.	2 089	2 390
Fluxos das activ. operacionais (1)	74 760	13 027
Actividades de investimento:		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	—	900
Imobilizações corpóreas	1 194	3 236
Imobilizações incorpóreas	—	—
Subsídios de investimento	2 260	1 931
Juros e proveitos similares	129	243
Dividendos	26	—
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	373	422
Imobilizações corpóreas	15 540	15 456
Imobilizações incorpóreas	789	2 354
Fluxos das activ. de investim. (2)	16 701	— 11 922
Actividades de financiamento:		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	—	12 784
Aumentos de capital, prest. suplement. e prémios de emissão	—	—
Subsídios e doações	—	—
Vendas de acções (quotas) próprias	975	707
Cobertura de prejuízos	—	—
Outros	127	151
	1 102	13 642

(Em milhares de euros)

	2004	2003
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	51 041	—
Amortizações de contratos de locação financeira	—	—
Juros e custos similares	8 310	10 825
Dividendos	104	—
Reduções de capital e prestações suplementares	—	—
Aquisição de acções (quotas) próprias	1 101	1 492
Outros	1 017	996
<i>Fluxos das activ. de financiam. (3)</i>	<u>61 573</u>	<u>— 60 471</u>
Variação de caixa e seus equiv. (4) = (1)+(2)+(3)		<u>1 197</u>
Efeito das diferenças de câmbio	— 28	— 36
Caixa e seus equivalentes no início do período	7 185	5 786
Efeito das saídas de perímetro	14	—
Caixa e seus equivalentes no fim do período	8 339	7 185

O Conselho de Administração: (*Assinaturas ilegíveis.*) — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível.*)**Anexo à demonstração consolidada dos fluxos de caixa de 2004**

1 — Aquisição ou alienação de filiais e outras actividades empresariais:

Alíneas a), b) e c):

(Em milhares de euros)

Descrição	Preço Total	Valor pago/ recebido	Caixa e eq. de caixa existentes
Aquisições	—	—	—
Alienações	320	—	—

d) Quantias de outros activos e passivos adquiridos (alienados):

(Em milhares de euros)

Rubrica	Aquisições	Alienações
Trespasse	—	—
Imobilizações	—	441
Existências	—	609
Dívidas a receber	—	1 038
Dívidas a pagar	—	1 576

2 — Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes:

(Em milhares de euros)

Descrição	2004	2003
Numerário	136	427
Depósitos bancários imediatamente disponíveis	8 030	6 744
Equivalentes a caixa	173	14
Caixa e seus equivalentes	8 339	7 185
Outras disponibilidades	—	—
Disponibilidades constantes do balanço	8 339	7 185

5 — Outras informações necessárias à compreensão da demonstração dos fluxos de caixa:

Aquisições de associadas e aumentos de participação em filiais e associadas efectuados durante o exercício:

(Em milhares de euros)

Descrição	Valor total	Valor pago
Aquisição de participações não consideradas como filiais	357	357
Aumentos de participações em filiais e associadas	16	16

A 31 de Dezembro de 2004 havia um total de 108 milhões de euros de facilidades de crédito não utilizadas (106 milhões em 2003).

O Conselho de Administração: (*Assinaturas ilegíveis.*) — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível.*)

Anexo ao balanço e à demonstração de resultados consolidados em 31 de Dezembro de 2004

(Valores expressos em milhares de euros)

Nota introdutória:

A Corticeira Amorim, SGPS, S. A. (adiante designada apenas por Corticeira Amorim) resultou da transformação da Corticeira Amorim, S. A., numa sociedade gestora de participações sociais ocorrida no início de 1991 e cujo objecto é a gestão das participações do Grupo Amorim no sector da cortiça.

As empresas participadas directa e indirectamente pela Corticeira Amorim têm como actividade principal a fabricação, comercialização e distribuição de todos os produtos de cortiça.

A Corticeira Amorim consolida indirectamente na Amorim — Investimentos e Participações, SGPS, S. A., com sede em Mozelos (Santa Maria da Feira), *holding* do Grupo Amorim, sendo as acções representativas do seu capital social de 133 000 000 euros cotadas na Euronext Lisboa — Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S. A., desde o início do ano de 1991, integrando o sistema de negociação em contínuo de âmbito nacional desde 11 de Dezembro de 1991.

A 31 de Dezembro de 2004, a distribuição conhecida do capital da Corticeira Amorim, era a seguinte (percentagem de direitos de voto):

Amorim Capital, SGPS, S. A. — 69,106%;
Portus Securities — Soc. Corretora, L.da — 6,515%;
A. F. Investimentos Mobiliários, S. A. — 4,099%;
Luxor, SGPS, SGPS, S. A. — 2,352%.

Naquela mesma data a empresa detinha 2 530 357 acções próprias correspondentes a 1,903% do capital social.

As demonstrações financeiras consolidadas da Corticeira Amorim

foram elaboradas de acordo com:

- i) Decreto-Lei n.º 238/91, de 2 de Julho que define os princípios contabilísticos e as normas de consolidação de contas em Portugal;
- ii) Directrizes contabilísticas emitidas pela Comissão de Normalização Contabilística;
- iii) Procedimentos de consolidação explicitados nas notas n.ºs 10 a 20 deste anexo;
- iv) Políticas contabilísticas descritas nas notas n.ºs 23 e 24 deste anexo.

As notas que se seguem respeitam a enumeração definida no Plano Oficial de Contabilidade (POC) para a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. Aquelas cuja numeração se encontra ausente deste anexo, não são aplicáveis à Corticeira Amorim ou a sua apresentação não se considera relevante para a respectiva leitura.

Sendo a elaboração deste anexo um processo complexo de agregação e tratamento de informação provenientes de largas dezenas de empresas, poderão alguns valores evidenciados neste anexo apresentar pequenas diferenças relativamente à soma das partes ou a valores expressos noutras partes deste relatório, facto que se deve ao tratamento automático dos arredondamentos necessários à sua elaboração.

I — Informações relativas às empresas incluídas na consolidação e a outras:

1 — Empresas incluídas na consolidação:

As demonstrações financeiras consolidadas, considerando a Corticeira Amorim, com sede em Mozelos (Santa Maria da Feira), como empresa-mãe, incluem as seguintes empresas, contabilizadas pelo método de consolidação integral e agrupadas, para apresentação, segundo o sector de actividade principal, unidade de negócio (UN), a que pertencem:

Rolhas:

Percen- Firma	Activo Sede	tagem de capital detido C.A., SGPS, S. A. (a)	líquido em 31 de Dezembro de 2004 (b)
Preparação, produção e comercialização:			
Amorim & Irmãos, S. A. (i)	Santa Maria de Lamas	100,0	111 775
Champcork — Rolhas de Champanhe, S. A.	Santa Maria de Lamas	100,0	14 742
Portocork Internacional, S. A.	Santa Maria de Lamas	100,0	10 420
Vasconcelos & Lyncke, S. A.	Santa Maria de Lamas	100,0	6 210
Distribuição:			
Interchampanhe — Fáb. de Rolhas de Champanhe, S. A.	Montijo	100,0	74
Amorim Cork America, Inc.	Napa Valley (EUA)	100,0	7 316
Amorim France, S. A.	Bordéus (França)	100,0	18 535
Korken Schiesser, GmbH	Viena (Áustria)	70,0	2 636
Amorim Cork Itália, Spa	S. P. di Seletto (Itália)	70,0	11 986
Amorim Cork Deutschland GmbH & Co. KG	Mainzer (Alemanha)	100,0	1 825
Amorim Cork South África, Pty	Cabo (África do Sul)	100,0	4 066
Portocork América, Inc.	Napa Valley (EUA)	100,0	9 124
Hungarocork Amorim, RT	Budapeste (Hungria)	100,0	12 119
S. A. M. Clignet	Tinqueux (França)	100,0	1 108
S. C. I. Friedland	Céret (França)	100,0	444
Amorim Argentina, S. A.	Gran Buenos Aires (Arg.)	100,0	7 685
Amorim Cork Austrália, Pty Ltd	Victoria (Austrália)	100,0	10 698
Indústria Corchera, S. A. (ii)	Santiago (Chile)	49,0	13 770
Carl Ed. Meyer Korken GmbH & Co.	Delmenhorst (Alemanha)	100,0	820

(a) Directa e indirectamente.

(b) Exclui investimentos financeiros, expressos em milhares de euros, convertidos da moeda local para euros à taxa de câmbio vigente em 31 de Dezembro.

(i) Empresa pertencente simultaneamente às Rolhas (Salgueiro, ex-Manuel Pereira de Sousa, ex-Raro, ex-Amorim & Irmãos II, ex-Amorim Plus e ex-Interchampanhe) e Matérias Primas (Unidade Ponte Sôr, Coruche e ex-Discork). Valor do activo relativo a actividade Rolhas.

(ii) Consolida pelo método integral ao abrigo da alínea e) do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 238/91.

Foi dissolvida durante o primeiro semestre de 2004, a subsidiária Portocork South África, Ltd.

A subsidiária Vasconcelos & Lyncke Austrália Pty, Ltd encontra-se em processo de liquidação. Valor da participação financeira totalmente provisionada. A subsidiária Cortrade Cork Trading, AC foi incorporada por fusão na Amorim Flooring (Switzerland) AC, empresa que consolida na UN Revestimentos.

Matérias-primas:

Firma	Sede	Perce- tagem de capital detido C.A., SGPS, S. A. (a)	Activo líquido em 31 de Dezembro de 2004 (b)
Preparação:			
Amorim & Irmãos, S. A. (i)	Santa Maria de Lamas	100,0	96 423
Amorim Florestal — Comércio e Exploração, S. A.	Mozelos	100,0	8 679
Amorim Florestal Espanha, S. A.	Cádiz (Espanha)	100,0	965
Amorim & Irmãos — IV, S. A.	Alcântara (Espanha)	100,0	10 248
Amorim Florestal — España, S.L. (ii)	Alcântara (Espanha)	100,0	15 090
Amorim Florestal — Catalunya, S.L. (iii)	Catalunha (Espanha)	100,0	268
Amorim & Irmãos — VII, SRL	Sardenha (Itália)	100,0	260
Comatral — C. Marocaine de Tranf. du Liège, S. A.	Skhirat (Marrocos)	99,2	6 306
Sopac — Soc. Portuguesa de Aglomerados de Cortiça, L.ª	Montijo	100,0	164
SIBL — Société Industrielle Bois du Liège (iv)	Jijel (Argélia)	51,0	2 448
Société Nouvelle des Lièges (v)	Tabarka (Tunísia)	94,3	9 895
Société Fabrique Liège de Tabarka, S. A.	Tunis (Tunísia)	49,0	7 261
Cork International, S. A. R. L.	Tunis (Tunísia)	66,0	5 661

(a) Directa e indirectamente.

(b) Exclui investimentos financeiros, expressos em milhares de euros, convertidos da moeda local para euros à taxa de câmbio vigente em 31 de Dezembro.

(i) Empresa pertencente simultaneamente às rolhas (Salgueiro, ex-Manuel Pereira de Sousa, ex-Raro, ex-Amorim & Irmãos II, ex-Amorim Plus e ex-Interchampanhe) e matérias-primas (unidade Ponte Sôr, Coruche e ex-Discork). Valor do activo relativo à actividade matérias-primas.

(ii) Anteriormente designada por Amorim & Irmãos — V, S. A., com sede social em Cadiz.

(iii) Anteriormente designada por Amorim & Irmãos — VI, SL.

(iv) Participação adquirida no final de 2003. Consolida pelo método integral a partir de 1 de Janeiro de 2004.

(v) Consolida pelo método integral ao abrigo da alínea e) do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 238/91.

Revestimentos:

Firma	Sede	Perce- tagem de capital detido C.A., SGPS, S. A. (a)	Activo líquido em 31 de Dezembro de 2004 (b)
Preparação:			
Amorim Revestimentos, SA (i)	São Paio de Oleiros	100,0	75 704
Distribuição:			
Amorim Nordic A/S	Malov (Dinamarca)	100,0	3 439
Amorim Flooring (Switzerland) AG (ii)	Zug (Suíça)	100,0	2074
Amorim Flooring Austria GesmbH	Viena (Áustria)	100,0	604
Amorim Benelux BV	Tholen (Holanda)	87,7	6 752
Amorim Deutschland, GmbH	Delmenhorst (Alemanha)	100,0	12 886
Amorim Flooring North America, Inc.	Trevor (EUA)	100,0	706
Amorim Revestimientos, S. A.	Barcelona (Espanha)	100,0	3 113
Amorim Wood Supplies, GmbH	Delmenhorst (Alemanha)	100,0	450
Dom Korkowy, Ltd (iii)	Krakow Polska (Polónia)	50,0	1 284

As empresas no exterior também distribuem, subsidiariamente, outros produtos de cortiça.

(a) Directa e indirectamente.

(b) Exclui investimentos financeiros, expressos em milhares de euros, convertidos da moeda local para euros à taxa de câmbio vigente em 31 de Dezembro.

(i) Em Janeiro de 2004, a Infocork — Comércio e Serviços, L.ª e a Soc. Agro-florest. Várzea da Cruz, L.ª, foram fusionadas com a Amorim Revestimentos, S. A.

(ii) A sociedade incorporou por fusão as sociedades Cortrade Cork Trading, AC e Corkline Services, AC.

(iii) Consolida pelo método integral ao abrigo da alínea e) do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 238/91.

Durante o segundo semestre de 2004 foi dissolvida a subsidiária Golvbolaget 26 juni 1991 (Suécia), que anteriormente se designava Amorim Sverige AB.

Aglomerados (técnicos, isolamentos e cortiça com borracha):

Firma	Sede	Perce- tagem de capital detido C.A., SGPS, S. A. (a)	Activo líquido em 31 de Dezembro de 2004 (b)
Produção e comercialização			
Corticeira Amorim Indústria, S. A. (i)	Mozelos	100,0	40 968
Drauvil Europea, SL (i)	S.V. Alcântara (Espanha)	100,0	4 642
Corticeira Amorim France (i) (ii)	Lavardac (França)	100,0	976
Amorim Isolamentos, S. A. (iii) (iv)	Mozelos	80,0	9 191

Firma	Sede	Porcentagem de capital detido C.A., SGPS, S. A. (a)	Activo líquido em 31 de Dezembro de 2004 (b)
Amorim Industrial Solutions — Ind. C. e Bor. I, S. A. (v)	Seixal	100,0	16 718
Amorim Industrial Solutions — Ind. C. e Bor. II, S. A. (v) ...	Santa Marta de Corroios	100,0	5 756
Amorim Industrial Solutions, Inc. (v)	Trevor, Wisconsin (EUA)	100,0	10 628

Distribuição:

Amorim (UK), Ltd. (v)	Crawley (Inglaterra)	100,0	760
-----------------------------	----------------------------	-------	-----

(a) Directa e indirectamente.

(b) Exclui investimentos financeiros, expressos em milhares de euros, convertidos da moeda local para euros à taxa de câmbio vigente em 31 de Dezembro.

(i) Aglomerados técnicos.

(ii) Sociedade constituída durante o segundo semestre de 2004.

(iii) Isolamentos.

(iv) A sociedade incorporou por fusão em Janeiro de 2004 as empresas Itexcork — Ind. de Transf. e Exportação de Cortiça, L.^{da} e Corticeira Amorim Algarve, L.^{da}

(v) Cortiça com borraclia. A Société des Lièges HPK, S. A., foi alienada no final de 2004.

Prestação de serviços e detentoras de participações sociais:

Firma	Sede	Porcentagem de capital detido C.A., SGPS, S. A. (a)	Activo líquido em 31 de Dezembro de 2004 (b)
Ginpar, S. A.	Skhirat (Marrocos)	99,8	57
Aplifin — Aplicações Financeiras, S. A.	Santa Maria de Lamas	100,0	252
Amorim Cork, GmbH	Delmenhorst (Alemanha)	100,0	703
KHB Kork Handels Beteiligung GmbH	Delmenhorst (Alemanha)	100,0	11
Amorim Cork Distribution Netherlands, BV	Tholen (Holanda)	100,0	5 637
Labcork — Laboratório Central do Grupo Amorim, S. A.	Mozelos	100,0	426
Amorim & Irmãos, SGPS, S. A.	Sta. Maria de Lamas	100,0	5 091
Moraga — Comércio e Serviços, S. A.	Funchal	100,0	23 540
F. P. Cork	Nappa Valley (EUA)	100,0	93
Amorim Industrial Solutions, SGPS, S. A.	Mozelos	100,0	6 861
Auscork Holding, GmbH	Viena (Áustria)	100,0	720
Salco Industrial Corchera, SL	Badajós (Espanha)	100,0	—
Amorim Isolamentos II, L. ^{da} (i)	Mozelos	100,0	6

(a) Directa e indirectamente.

(b) Exclui investimentos financeiros, expressos em milhares de euros, convertidos da moeda local para euros à taxa de câmbio vigente em 31 de Dezembro.

(i) Constituída no final de 2003.

A subsidiária Corkline Services, AG foi incorporada por fusão na Amorim Flooring (Switzerland) AC, empresa que consolida na unidade de negócio de revestimentos.

Em relação a todas as empresas acima referidas, com excepção da Société Fabrique Liège de Tabarka, S. A., Indústria Corchera, S. A., Dom Korkow, Ltd. A Corticeira Amorim detém direitos de voto pelo menos proporcionais à participação social indicada pelo que, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 238/91, de 2 de Julho, está sujeita à elaboração de demonstrações financeiras consolidadas.

2 — Empresas excluídas da consolidação:

Nos termos do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 238/91, de 2 de Julho, foram excluídas da consolidação as seguintes empresas nas quais a Corticeira Amorim detém indirectamente a maioria dos direitos de voto ou preenche qualquer das outras condições mencionadas no n.º 1 do artigo 1.º do referido diploma, mas de cuja omissão não resultam efeitos materialmente relevantes para as demonstrações financeiras consolidadas:

Firma	Sede	Porcentagem de capital detido C.A., SGPS, S. A. (a)	Custo de aquisição (milhares de euros)
Rarkork, S. A. (i)	S. F. de Guixoles (Esp.)	98,0	31
Moldamorim, S. A. (i)	Chisinau (Rep. Moldova)	55,0	5
Amorim Belgium Natural Coverings, S. A. (i)	Asse-Mollem (Bélgica)	60,0	65
Amorim Cork Bulgária EOOD (i)	Parterre (Bulgária)	100,0	91
Vasconcelos & Lyncke Austrália Pty, Ltd. (i) (ii)	Hindmarsh (Austrália)	100,0	826
Amorim Japan Corporation (i)	Tóquio (Japão)	100,0	81
Amorim Cork Beijing (i)	Beijin (China)	100,0	222
Greenest SRL (i) (iii)	Velletri-Roma (Itália)	100,0	357
Amorim Brasil — Ind. C.I.E.A. Ltda (i)	São Paulo (Brasil)	100,0	40

(a) Indirectamente.

(i) Empresa inactiva ou imaterial.

(ii) Consolidou pelo método integral até 30 de Junho de 2004. Em processo de liquidação a 31 de Dezembro de 2004. Valor da participação financeira totalmente.

(iii) Adquirida no final de 2004.

Durante o primeiro semestre de 2004 foi fusionada a Sociedade Agro-florestal Várzea da Cruz, L.^{da}, na Amorim Revestimentos, S. A. e foi alienada a subsidiária SC Amorim Impex, SRL. Ambas as sociedades estavam excluídas da consolidação por se considerarem imateriais, de acordo com o n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 238/91, de 2 de Julho.

Foi liquidada a sociedade CORTAM — Corticeira Amorim Maroc, S. A., que consolidou pelo método integral até 30 de Setembro de 2003. Foram também liquidadas as sociedades Wicanders, S. A. (Espanha) e Oy Wicanders AB (Finlândia). O valor destas participações financeiras estavam totalmente provisionadas.

Excluindo a Vasconcelos & Lyncke Austrália Pty, Ltd., que consolidou até 30 de Junho de 2004, as empresas acima referidas tinham

sido já excluídas da consolidação de 2003 por idênticos motivos (n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 238/91).

Os investimentos financeiros nas filiais excluídas da consolidação e acima referidas encontram-se relevados pelo custo de aquisição e são mostrados no activo consolidado na rubrica de partes de capital em empresas do Grupo.

3 — Empresas associadas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial:

Foram incluídas as seguintes empresas associadas, contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial de acordo com os princípios mencionados na nota n.º 18:

(Em milhares de euros)

Firma	Sede	Porcentagem de capital detido C.A., SGPS, S. A. (a)	Custo de aquisição	Contab. MEP	Total
Victor Y Amorim, SRL	Logroño (Espanha)	50,0	208	301	509
Samorim, FI (i)	Kinel (Rússia)	50,0	804	— 723	81
					590

(a) Indirectamente.

(i) A Samorim, FI foi excluída da consolidação até 31 de Dezembro de 2003 pelo facto de o respectivo sistema de informação não estar suficientemente desenvolvido e adaptado às necessidades da consolidação da Corticeira Amorim.

4 — Empresas associadas não contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial:

Relativamente às empresas associadas consideradas materialmente irrelevantes no âmbito da Corticeira Amorim e por isso excluídas da consolidação, foram as seguintes:

(Em milhares de euros)

Firma	Sede	Porcentagem de capital detido C.A., SGPS, S. A. (a)	Custo de aquisição (milhares de euros)
Plaver — Soc. Ind. Plásticos, L. ^{da} (i)	Mozelos	40,0	36

(a) Indirectamente.

(i) Empresa totalmente provisionada.

A empresa acima referida tinha sido excluída da consolidação de 2003 por idêntico motivo.

5 — Empresas contabilizadas pelo método de consolidação proporcional:

Não foram contabilizadas empresas pelo método de consolidação proporcional tanto no exercício de 2003 como no de 2004.

6 — Empresas participadas:

Em 31 de Dezembro de 2003 e 31 de Dezembro de 2004 não existiam empresas materialmente relevantes nas quais a Corticeira Amorim detivesse uma participação igual ou superior a 10%, directa ou indirectamente.

7 — Número de trabalhadores:

O número médio de trabalhadores durante o exercício foi de 4261 (em 2003 foi de 4226).

II — Informações relativas a imagem verdadeira e apropriada:

8 — Aplicação das normas de consolidação:

As normas de consolidação definidas no Decreto-Lei n.º 238/91, de 2 de Julho, foram aplicadas na íntegra na consolidação da Corticeira Amorim.

É nossa convicção que as normas e procedimentos utilizados são suficientes e adequados para dar uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do conjunto das empresas incluídas na consolidação.

III — Informações relativas aos procedimentos de consolidação:

10 — Diferenças de consolidação e interesses minoritários:

Diferenças de consolidação:

A diferença de consolidação, resultante da aquisição de participações em empresas filiais e associadas, é definida como a diferença entre o custo de aquisição da participação e a proporção detida nos capitais próprios contabilísticos da empresa adquirida.

Em relação às empresas filiais e na data de aquisição da participação (1 de Janeiro de 1991 para as empresas já anteriormente integradas na Corticeira Amorim), o desvio de aquisição referido no parágrafo anterior é compensado pela diferença entre os valores contabilísticos dos terrenos e edifícios e os correspondentes valores de mercado, obtidos por avaliação independente.

As diferenças para os valores contabilísticos originais e os efeitos nas demonstrações financeiras consolidadas motivados por esta avaliação independente, são as seguintes (em milhares de euros):

Descrição	2004	2003
Terrenos	14 597	14 597
Edifícios (a)	3 178	3 931
Investimentos em imóveis (a)	450	466
Capital próprio (c)	18 225	18 946
Amortizações do exercício (b)	785	1 076

(a) Líquido de amortizações acumuladas.

(b) Provenientes da amortização, a uma taxa de 4%-4,5%, da diferença entre o valor bruto avaliado e o valor bruto contabilístico dos edifícios.

(c) Se a diferença referida fosse contabilizada nos capitais próprios.

Qualquer remanescente que ainda subsista após aquela compensação é inscrito no balanço consolidado na rubrica de diferenças de consolidação no activo se for positivo e na rubrica de diferenças de consolidação no capital próprio se for negativo, excepto para as diferenças de consolidação positivas referentes a empresas existentes antes de 1 de Janeiro de 1991 que foram registadas na rubrica de diferenças de consolidação no capital próprio e para as diferenças de consolidação negativas referentes a empresas adquiridas após 1 de Janeiro de 1991 que foram registadas na rubrica de acréscimos e diferimentos — diferenças de consolidação negativas no passivo, apenas nos casos em que, à data de aquisição, se entende que os valores considerados correspondem a expectativas de prejuízos futuros.

A rubrica de diferenças de consolidação é analisada como segue (valores em milhares de euros):

Activo — 64 884;
Capital próprio — 64 884 (débito).

As diferenças de consolidação a amortizar nos exercícios seguintes apresentam-se no balanço consolidado (líquidas de amortizações acumuladas de 35 831 milhares de euros) pelo valor de 29 053 milhares de euros.

Interesses minoritários:

Os valores atribuíveis às partes dos capitais próprios contabilísticos (corrigidos quando aplicável pela avaliação dos referidos activos descrita anteriormente) nas empresas filiais integradas na consolidação e detidas por terceiros que não sejam as empresas nela incluídas, foram inscritos no balanço consolidado na rubrica de interesses minoritários.

Relativamente aos resultados (corrigidos sempre que necessários por ajustamentos de homogeneização de critérios valorimétricos) atribuíveis às partes detidas por terceiros, que não sejam as empresas compreendidas na consolidação, nos capitais próprios das empresas filiais, foram apresentados na demonstração consolidada dos resultados na rubrica de resultados dos interesses minoritários a deduzir ao resultado do Grupo.

A rubrica de interesses minoritários incluída no balanço consolidado é analisada como segue (em milhares de euros):

Situação inicial (1 de Janeiro de 2004) — 7290;
Aumentos — 1420;
Diminuições — 546;
Situação final (31 de Dezembro de 2004) — 8164.

O aumento resulta, no essencial, da apropriação da quota parte de resultados positivos do exercício (921 milhares de euros) e do início de consolidação de uma subsidiária adquirida no final de 2003 (499 milhares de euros).

A diminuição resulta da parte imputável a minoritários relativa à variação da diferença de conversão cambial numa subsidiária estrangeira (— 48 milhares de euros), do aumento da participação numa empresa do perímetro de consolidação (— 104 milhares de euros), à desconsolidação de uma subsidiária em processo de dissolução (— 67 milhares de euros) e da apropriação da quota parte de resultados negativos do exercício (— 327 milhares de euros).

11 — Aplicação consistente dos métodos e procedimentos utilizados na consolidação:

Os métodos e procedimentos utilizados na consolidação do presente exercício foram aplicados de forma consistente com os exercícios anteriores.

12 — Eliminação de saldos, transacções e resultados entre empresas incluídas na consolidação:

Foram eliminados todos os saldos, transacções e resultados materialmente relevantes provenientes de operações efectuadas entre as empresas compreendidas na consolidação, de forma a que os activos, os passivos, os capitais próprios, os custos e perdas e os proveitos e ganhos sejam apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas como se se tratasse de uma única empresa.

13 — Data de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas:

As demonstrações financeiras consolidadas reflectem os activos e os passivos, os custos e perdas e os proveitos e ganhos da Corticeira Amorim e das empresas filiais mencionadas na nota n.º 1, bem como

participação proporcional no resultado da empresa associada referida na nota n.º 3, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, data das demonstrações financeiras da Corticeira Amorim e de todas as suas filiais e associadas incluídas na consolidação.

14 — Efeito provocado pelas alterações no exercício de 2004 na composição do conjunto das empresas incluídas na consolidação:

Relativamente a 31 de Dezembro de 2003, não se considera materialmente relevante o efeito das alterações verificadas no perímetro de consolidação.

15 — Uniformidade e consistência nos critérios de valorimetria utilizados nas empresas filiais:

Para todos os elementos do activo, do passivo e dos capitais próprios das empresas filiais incluídas na consolidação, foram utilizados os mesmos critérios de valorimetria fixados para a consolidação, os quais se encontram mencionados na nota n.º 23, aplicados de forma consistente com os exercícios anteriores. Sempre que algum dos critérios adiante mencionados não tenha sido seguido pelas empresas filiais, os elementos do activo ou do passivo afectados foram ajustados de acordo com os critérios da consolidação, excepto nos casos em que os efeitos sejam materialmente irrelevantes.

16 — Ajustamentos excepcionais ao valor dos activos:

Não foram efectuados ajustamentos excepcionais ao valor dos activos exclusivamente para fins fiscais e de atribuição de subsídios por entidades governamentais que não tenham sido eliminados da consolidação.

17 — Motivos para amortização das diferenças de consolidação por um período superior a cinco anos:

As diferenças de consolidação positivas resultantes de aquisições efectuadas a partir de 1 de Janeiro de 1991, foram amortizadas em 10 anos até 1998, passando a usar-se o período de 15 anos a partir de 1999.

Nas diversas aquisições efectuadas, o Grupo Amorim tem actualizado os *cash-flows* esperados a taxas de capitalização entre 5% e 7%, índices que pensa reflectirem de forma adequada as expectativas do Grupo na recuperação destes investimentos.

18 — Contabilização das participações em associadas:

O investimento financeiro representado por partes de capital na empresa associada mencionada na nota n.º 3, foi registado na consolidação pelo método da equivalência patrimonial, tendo a participação financeira sido inscrita no balanço consolidado pelo montante correspondente à proporção detida indirectamente pela Corticeira Amorim nos capitais próprios da empresa associada à data de aquisição (sendo a diferença para o custo de aquisição registada na rubrica de diferenças de consolidação do activo) e ajustada pela proporção da variação nos capitais próprios e no resultado do exercício daquela empresa.

Os investimentos financeiros relativos a partes de capital em empresas associadas referidas na nota n.º 4, estão contabilizados pelo custo de aquisição. Conforme se constata nas notas n.ºs 4 e 19, o efeito nas demonstrações financeiras consolidadas da não inclusão destas empresas pelo método da equivalência patrimonial é imaterial.

19 — Efeito da não aplicação do método da equivalência patrimonial:

Em relação às empresas associadas consideradas materialmente irrelevantes no âmbito da Corticeira Amorim, e por isso excluídas da consolidação conforme indicado na nota n.º 4, as diferenças entre o custo de aquisição e o montante correspondente à proporção dos capitais próprios representados por essa participação não se encontram apuradas devido a não estarem disponíveis as contas daquelas empresas relativas ao exercício de 2004. Não se considera, porém, que da referida exclusão resultem efeitos materialmente relevantes para as demonstrações financeiras consolidadas.

20 — Uniformidade nos critérios de valorimetria utilizados nas empresas associadas:

Todos os elementos do activo ou do passivo das empresas associadas foram valorizados segundo critérios idênticos aos utilizados na consolidação, os quais se encontram mencionados na nota n.º 23.

IV — Informações relativas a compromissos:

22 — Responsabilidades por garantias prestadas:

As responsabilidades por garantias prestadas existentes em 31 de Dezembro de 2004 das empresas incluídas na consolidação eram as seguintes:

(Em milhares de euros)

Beneficiário	Valor	Motivo
IAPMEI/DGI/ICEP/IPQ	20 316	Projectos de investimento.
SIVA	3 916	Reembolso do IVA.
DGCI/fazenda pública	6 345	Processos judiciais relativos a impostos.
Terceiros diversos	171 997	Garantias prestadas pela Corticeira Amorim, SGPS, S. A., a favor de subsidiárias.
Diversos	5 706	Garantias diversas.

O montante relativo a garantias prestadas a favor de subsidiárias refere-se na sua quase totalidade a financiamentos bancários.

Considera-se adequado o montante das provisões existentes para fazer face aos processos judiciais relativos a impostos.

A Corticeira Amorim, em relação às empresas que domina totalmente, assume as responsabilidades previstas no Código das Sociedades Comerciais.

As garantias prestadas pela própria Corticeira Amorim às empresas filiais encontram-se descritas na nota n.º 32 do anexo ao balanço e à demonstração dos resultados individuais.

V — Informações relativas a políticas contabilísticas:

23 — Bases de apresentação e políticas contabilísticas:

Bases de apresentação:

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação, mantidos de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal e consideram igualmente determinados ajustamentos e reclassificações contabilísticos, decorrentes da uniformização com as políticas contabilísticas seguidas pela empresa-mãe.

As empresas do Grupo referidas na nota n.º 1 foram consolidadas pelo método de integração global, pelo que as transacções, saldos e fluxos de caixa significativos entre as empresas foram eliminados no processo de consolidação; o valor correspondente à participação de terceiros nessas empresas é apresentado no balanço consolidado na rubrica de interesses minoritários.

Os investimentos financeiros representativos de partes de capital em empresas associadas materialmente relevantes (nota n.º 3) encontram-se valorizados no balanço consolidado pelo método da equivalência patrimonial (nota n.º 18).

A partir de 1 de Janeiro de 2004 a contabilização dos instrumentos financeiros de cobertura de risco passaram a ser contabilizados segundo a norma IAS 39. Os efeitos desta mudança não são considerados materialmente relevantes.

Políticas contabilísticas:

As principais políticas contabilísticas seguidas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram as seguintes:

a) *Custo histórico.* — As contas consolidadas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico com excepção das imobilizações corpóreas que incluem as sucessivas reavaliações legais até 31 de Dezembro de 1990, conforme mencionado na nota n.º 41, e dos terrenos e edifícios avaliados a preços de mercado conforme referido na nota n.º 10.

b) *Transacções e saldos em moeda estrangeira.* — Nas filiais cuja moeda funcional é o euro, as transacções em moeda estrangeira são convertidas para euros aos câmbios oficiais vigentes à data da operação. Em duas das filiais, a conversão é feita ao câmbio do primeiro dia útil do mês, não se considerando que desta prática resultem variações materiais ao critério estabelecido.

As diferenças de câmbio realizadas no exercício, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor no final do exercício anterior ou na data das transacções e aquelas em vigor na data dos recebimentos ou pagamentos, bem como as potenciais apuradas pela actualização para euros de todos os valores activos e passivos expressos em moeda estrangeira existentes à data do balanço por referência às paridades vigentes nessa data e indicadas na nota n.º 24, integram os resultados correntes do exercício, sendo mostradas nas rubricas de

diferenças de câmbio nos resultados financeiros (nota n.º 44), excepto as que se relacionam com o financiamento de imobilizações corpóreas enquanto em curso, as quais são diferidas, quando entendido como pertinente, para posterior amortização ao longo da vida útil estimada dos bens adquiridos.

A partir do 2003, as diferenças de câmbio são apresentadas pelo seu valor líquido, dado considerar-se que a sua origem resulta apenas de transacções de natureza comercial.

Nos casos em que os saldos no fim do exercício estão abrangidos por contratos de compra a prazo de moeda estrangeira, a taxa de câmbio definida nesses contratos é utilizada para converter, as suas componentes em euros.

Os valores activos e passivos existentes nas filiais estrangeiras em 31 de Dezembro foram convertidos para euros com base nas taxas de câmbio observadas nessa data.

Os valores constantes da demonstração de resultados das filiais e a proporção nos resultados das empresas associadas estrangeiras foram convertidos em euros pela aplicação das taxas médias de câmbio do exercício de 2004.

A diferença encontrada pela aplicação aos diferentes valores das demonstrações financeiras das filiais estrangeiras, das diversas taxas de câmbio acima enunciadas foi levada à conta de diferença de conversão cambial apresentada no capital próprio. Tomando partido do disposto no IFRS 1, no seu ponto 22, alínea a), os valores acumulados a 31 de Dezembro de 2003 relativos à conta de diferenças de conversão cambial foram anulados e consequentemente incluídos na conta de reservas a 1 de Janeiro de 2004.

Nesta data, considerou-se as taxas de câmbio vigentes a 31 de Dezembro de 2003, como as taxas de conversão de todas as rubricas dos activos e passivos e capital próprio constantes nas contas a 31 de Dezembro de 2003 das filiais cuja moeda funcional difere da moeda da Corticeira Amorim (euro).

c) *Reconhecimento de custos e proveitos.* — Os custos e proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios.

Os subsídios obtidos para aquisição de imobilizado corpóreo são contabilizados apenas no momento do seu recebimento e diferidos no balanço na rubrica de acréscimos e diferimentos — proveitos diferidos no passivo, sendo posteriormente reconhecidos como proveitos extraordinários ao longo da vida útil dos bens adquiridos de forma proporcional às amortizações registadas.

Os subsídios destinados à exploração são contabilizados como proveito aquando da respectiva aprovação pela entidade competente.

d) *Imobilizado corpóreo.* — Os bens do activo imobilizado corpóreo são originalmente registados ao custo histórico de aquisição acrescido das despesas imputáveis à compra ou produção, incluindo, quando pertinente, os encargos financeiros que lhes tenham sido atribuídos durante o respectivo período de construção ou instalação e que são capitalizados até ao momento de entrada em funcionamento do respectivo bem, sendo estes valores e as respectivas amortizações acumuladas, reavaliados pela aplicação dos coeficientes técnicos definidos pela legislação fiscal portuguesa, conforme referido na nota n.º 41.

Relativamente aos terrenos e edifícios das empresas filiais foi efectuada, com referência a 1 de Janeiro de 1991, para as empresas já anteriormente integradas na Corticeira Amorim e na data de aquisição para as adquiridas posteriormente, uma avaliação a preços de mercado, por técnicos independentes. A diferença, nessa data, entre os valores contabilísticos reavaliados pela aplicação das normas fiscais portuguesas e os correspondentes valores de mercado, encontra-

-se a deduzir à diferença de consolidação, conforme referido e quantificado na nota n.º 10.

As amortizações são calculadas segundo o método das quotas constantes, com base nas taxas máximas permitidas pela legislação fiscal e definidas na portaria n.º 737/81, de 29 de Agosto e no Decreto Regulamentar n.º 2/90, de 12 de Janeiro, consoante os bens tenham sido adquiridos até 31 de Dezembro de 1988 ou posteriormente, aplicadas sobre os valores reavaliados ou, no caso dos edifícios, sobre os valores resultantes da avaliação independente, de acordo com os seguintes períodos, que reflectem satisfatoriamente a respectiva vida útil esperada:

	Número de anos
Edifícios	20 a 50
Equipamento básico	6 a 10
Equipamento de transporte	4 a 7
Equipamento administrativo	4 a 8

O processo de depreciação inicia-se no começo do exercício em que o respectivo bem entrou em funcionamento.

e) *Existências.* — As existências encontram-se valorizadas pelo menor dos valores de aquisição ou produção e de mercado. O custo de aquisição engloba o respectivo preço de compra adicionado dos gastos suportados directa e indirectamente para colocar o bem no seu estado actual e no local de armazenagem. Sempre que o preço de mercado é inferior ao custo de aquisição ou de produção, essa diferença é expressa pela provisão para depreciação de existências, a qual será reduzida ou anulada quando deixarem de existir os motivos que a originaram.

As quantidades existentes no final do ano foram determinadas a partir dos registos contabilísticos confirmados por contagem física. As saídas e existências de matérias-primas e subsidiárias são valorizadas ao custo médio de aquisição e as de produtos acabados e em curso

ao custo médio de produção que inclui os custos directos e indirectos de fabrico, incorridos nas próprias produções.

f) *Provisões para cobranças duvidosas e outros riscos e encargos.* — São calculadas de acordo com os valores considerados efectivamente necessários, em função dos riscos potenciais de cobrança identificados no final do exercício ou para fazer face a perdas estimadas ou a situações a que estejam associados riscos ou incerteza.

Sempre que os riscos de incobrabilidade ou as perdas estimadas estejam relacionados com actividades, operações ou situações que, embora reconhecidos no exercício, são devidos a factos não directamente ligados à exploração corrente, as provisões constituídas são relevadas na rubrica de aumentos de amortizações e provisões, incluída nos resultados extraordinários (nota n.º 45).

g) *Imposto sobre o rendimento e impostos diferidos.* — O imposto sobre o rendimento apresentado na demonstração dos resultados consolidados é determinado com base no resultado líquido contabilístico, ajustado de acordo com a legislação fiscal, considerando para os efeitos fiscais cada uma das filiais isoladamente, à excepção dos constituintes de regimes fiscais especiais.

Reconhece-se, ao nível do balanço consolidado e da demonstração dos resultados consolidados, a diferença que aparecer resultante da consolidação, entre os impostos imputáveis ao exercício e aos exercícios anteriores e os impostos já pagos ou a pagar para o conjunto das empresas referentes a esses exercícios, desde que seja provável que daí resulte, para uma empresa consolidada, um encargo efectivo ou um proveito recuperável num futuro previsível, conforme mencionado na nota n.º 38.

24 — Cotações utilizadas para conversão em euros das demonstrações financeiras originariamente expressas em moeda estrangeira:

As cotações utilizadas para conversão em euros dos elementos incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas originalmente expressos em moeda estrangeira foram:

(Em euros por divisa)

Divisa	Taxa de câmbio no final do exercício		Taxa de câmbio média do exercício	
	2004	1993	2004	2003
USD	1,36210	1,26300	1,24390	1,13116
GBP	0,70505	0,70480	0,67866	0,69199
AUD	1,74590	1,68020	1,69049	1,73794
JPY	139,650	135,050	134,445	130,971
CHF	1,54290	1,55790	1,54382	1,52120
SEK	9,02060	9,08000	9,12435	9,12423
DKK	7,43880	7,44500	7,43986	7,43069
NOK	8,23650	8,41410	8,36974	8,00333
CAD	1,64160	1,62340	1,61675	1,58168
ZAR	7,68970	8,32760	8,00920	8,53166
PLN (Polónia)	4,0845	4,70190	4,52676	4,39958
HUF (Hungria)	245,970	262,500	251,656	253,618
MAD (Marrocos)	11,1637	11,0542	11,0105	10,8153
TND (Tunísia)	1,6310	1,5257	1,5458	1,45320
ARS (Argentina)	4,0254	3,6744	3,6544	3,32760
RUB (Rússia)	37,66	36,7894	35,81	34,7055
DZD (Argélia)	97,170	88,1315	87,960	85,7225
CLP (Chile)	753,370	745,630	756,750	779,300

VI — Informações relativas a determinadas rubricas:

25 — Despesas de instalação e despesas de investigação e desenvolvimento:

As despesas de instalação referem-se essencialmente a custos com constituição e transformação das sociedades e a aumentos de capital. As despesas de investigação e desenvolvimento referem-se, no essencial, a projectos no âmbito da área das rollhas, sendo o valor referido em ajustamentos relativo a valores transferidos de em curso.

O movimento nesta rubrica, durante o exercício, foi o seguinte:

(Em milhares de euros)

Descrição	Saldo inicial (liq. de amort. acumuladas)	Aumentos de valor bruto	Reduções por amortizações do exercício	Abates e outros ajustam.	Saldo final (liq. de amort. acumuladas)
Despesas de instalação	170	46	92	69	193
Despesas de investigação e desenvolvimento	3 571	108	2 452	50	1 277

26 — Amortização de trespasses para além de cinco anos:

A amortização de trespasses é feita por um período entre cinco anos e 15 anos e corresponde ao período reconhecido como necessário para recuperar o valor investido na aquisição do aviamento por parte de subsidiárias alemãs, francesas e dos Estados Unidos. O valor acumulado da amortização atingiu o valor de 1164 milhares de euros.

27 — Movimentos ocorridos nas rubricas do activo imobilizado:

O movimento ocorrido durante o exercício de 2004 nas imobilizações incorpóreas, corpóreas e investimentos financeiros, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e provisões foi o seguinte:

Activo bruto:

(Em milhares de euros)

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transf. e abates regulariz.	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de instalação	732	46	—	— 5	773
Despesas de investigação e desenvolvimento	13 166	108	—	— 599	12 675
Propriedade industrial e outros direitos	2 625	218	—	— 94	2 749
Trespases	2 510	53	—	— 222	2 341
Imobilizações em curso	380	417	—	— 166	631
Diferenças de consolidação	64 067	1 115	—	— 298	64 884
	<u>83 481</u>	<u>1 957</u>	<u>—</u>	<u>— 1 384</u>	<u>84 053</u>
Imobilizações corpóreas:					
Terrenos e outros recursos naturais	27 602	77	99	(12)	27 568
Edifícios e outras construções	168 177	2 320	1 135	1 130	170 492
Equipamento básico	204 004	6 109	4 221	1 688	207 580
Equipamento de transporte	10 646	779	1 368	(297)	9 760
Ferramentas e utensílios	6 691	79	347	84	6 507
Equipamento administrativo	20 923	389	702	(98)	20 512
Taras e vasilhame	765	27	—	(6)	786
Outras imobilizações corpóreas	4 092	213	1	(9)	4 295
Imobilizações em curso	5 253	5 698	56	(4 142)	6 753
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	75	43	—	(23)	95
	<u>448 227</u>	<u>15 734</u>	<u>7 929</u>	<u>(1 685)</u>	<u>454 348</u>
Investimentos financeiros:					
Partes de capital em empresas do grupo	1 073	357	6	294	1 718
Empréstimos a empresas do grupo	1 383	—	—	—	1 383
Partes de capital em empresas associadas	1 297	56	—	(727)	626
Partes de capital em outras empresas participadas	762	—	519	(2)	241
Títulos e outras aplicações financeiras	3 790	354	—	(89)	4 055
Adiantamentos por conta de investimentos financeiro	243	—	—	—	243
	<u>8 548</u>	<u>767</u>	<u>525</u>	<u>(524)</u>	<u>8 266</u>

O valor de títulos e outras aplicações financeiras é, essencialmente constituído por terrenos e edifícios.

As colunas de aumentos e alienações, para além de evidenciarem os valores dos movimentos que lhes estão normalmente associados, poderão reflectir, caso ocorram, valores relativos à entrada e saída de filiais no e do perímetro de consolidação respectivamente. Idem para a coluna de regularizações, a qual poderá igualmente reflectir valores referentes a empresas em relação às quais se tenha alterado o método de consolidação, bem como reflectir o efeito da utilização de diferentes taxas de câmbio utilizadas durante o exercício e exercício imediatamente anterior na conversão para euros dos elementos do activo imobilizado das filiais externas.

No exercício salienta-se o efeito referido da utilização de diferentes taxas de câmbio na conversão do activo imobilizado, a qual provocou uma variação de — 112 000 euros e — 1 183 000 euros no imobilizado incorpóreo e corpóreo respectivamente. Outro efeito a salientar é a saída de empresas do perímetro de consolidação, quer por venda, quer por dissolução, que por sua vez provocou uma variação de — 387 000 euros e — 1 291 000 euros no imobilizado incorpóreo e corpóreo respectivamente.

Amortizações e provisões:

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Regularizações	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação	562	92	(74)	580
Despesas de investigação e desenvolvimento	9 595	2 452	(649)	11 398
Propriedade industrial e outros direitos	1 721	393	(128)	1 986
Trespases	1 269	95	(200)	1 164
Diferenças de consolidação	31 536	4 355	(60)	35 831
	<u>44 683</u>	<u>7 387</u>	<u>(1 111)</u>	<u>50 960</u>
Imobilizações corpóreas:				
Terrenos e outros recursos naturais	116	53	(16)	153
Edifícios e outras construções	100 371	6 134	(1 082)	105 423
Equipamento básico	148 063	11 509	(4 130)	155 442

(Em milhares de euros)

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Regularizações	Saldo final
Equipamento de transporte	8 784	802	(1 565)	8 021
Ferramentas e utensílios	4 666	681	(274)	5 073
Equipamento administrativo	17 819	1 759	(760)	18 818
Taras e vasilhame	600	99	(5)	694
Outras imobilizações corpóreas	3 389	266	33	3 688
	<u>283 808</u>	<u>21 302</u>	<u>(7 799)</u>	<u>297 312</u>
Investimentos financeiros:				
Títulos e outras aplicações financeiras	731	44	10	785

A coluna de reforço, para além de evidenciar os valores dos movimentos que lhes estão normalmente associados, poderá reflectir, caso ocorram, valores provenientes das empresas adquiridas ou que consolidem pela primeira vez durante o exercício.

Idem para a coluna de regularizações a qual poderá igualmente reflectir valores referentes à saída de empresas do perímetro de consolidação e ainda valores relativos a empresas em relação às quais se tenha alterado o método de consolidação, bem como o efeito da utilização de diferentes taxas de câmbio utilizadas durante este exercício e os anteriores na conversão para euros dos elementos do activo imobilizado das empresas filiais externas. Reflecte ainda os valores relativos às amortizações acumuladas associadas a activos alienados durante o exercício, os quais atingiram os 6,7 milhões de euros.

No exercício salienta-se o efeito referido da utilização de diferentes taxas de câmbio na conversão do activo imobilizado a qual provocou uma variação de — 771 000. Outro efeito a salientar é a saída de empresas do perímetro de consolidação, quer por venda, quer por dissolução, que por sua vez provocou uma variação de — 1 028 000 euros.

28 — Custos financeiros capitalizados no exercício:

Não foram capitalizados no exercício e no exercício anterior quaisquer custos respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações.

O total de custos financeiros capitalizados nas rubricas do imobilizado corpóreo no período de 1991 a 2004 ascendeu a 1128 milhares de euros.

36 — Relato por segmentos:

Conforme referido no relatório de gestão e no ponto 1 deste ABDR, a Corticeira Amorim está organizada nas seguintes unidades de negócio:

Rolhas;
Matérias-primas;
Revestimentos;
Aglomerados;
Cortiça com borracha;
Isolamentos.

Para efeitos do relato por segmentos foi eleito como segmento principal o segmento das unidades de negócio (UN), já que corresponde totalmente à organização do negócio, não só em termos jurídicos, como em termos da respectiva análise. No quadro seguinte apresenta-se os principais indicadores correspondentes ao desempenho de cada uma das referidas unidades de negócio, bem como a reconciliação, sempre que possível, para os indicadores consolidados:

	Vendas clientes exterior	Vendas outros segmentos	Vendas totais	EBIT (i)	Activos (ii)	Passivos (iii)	Investim. corpóreo e incorp.	Amortiz. do exerc.	Gastos significat. que não impliquem desemb. (iv)	Resultados em assoc.
Matérias-primas:										
2004	18 298	101 792	120 090	4 975	160 687	30 498	3 240	4 516	315	—
2003	21 650	89 725	111 375	6 169	181 138	29 420	3 201	4 691	144	—
Rolhas:										
2004	224 265	4 664	228 929	9 480	210 319	41 839	6 601	9 956	590	78
2003	224 063	4 550	228 613	10 759	223 918	49 048	5 879	10 668	2 038	49
Revestimentos:										
2004	109 827	2 614	112 441	7 283	82 864	19 156	3 325	6 630	385	—
2003	103 619	3 290	106 909	1 496	83 789	19 619	2 927	7 335	1 228	—
Aglomerados:										
2004	35 530	22 825	58 355	4 791	51 088	12 144	1 548	3 146	255	—
2003	34 967	22 797	57 764	6 949	58 062	12 984	3 247	3 575	195	—
Borracha:										
2004	34 868	1 367	36 235	(1 661)	30 059	10 433	1 083	2 693	—	4
2003	37 540	1 091	38 631	(2 078)	34 778	9 790	2 364	2 911	734	—
Isolamentos:										
2004	5 241	1 400	6 641	159	11 619	1 860	320	638	—	—
2003	5 386	1 064	6 450	228	12 951	1 827	483	674	9	—
Outros/holding:										
2004	1 448	298	1 746	(2 392)	n/a	n/a	7	42	23	—
2003	314	368	682	(2 209)	n/a	n/a	17	53	—	—

	Vendas clientes exterior	Vendas outros segmentos	Vendas totais	EBIT (i)	Activos (ii)	Passivos (iii)	Investim. corpóreo e incorp.	Amortiz. do exerc.	Gastos significat. que não impliquem desemb. (iv)	Resultados em assoc.
Elimin./ajustes:										
2004	—	(134 960)	(134 960)	(1 921)	n/a	n/a	—	1 059	—	—
2003	—	(122 885)	(122 885)	(587)	n/a	n/a	—	973	—	—
Consolidado:										
2004	427 539	—	429 477	20 714	538 392	325 897	16 124	28 680	1 567	82
2003	427 539	—	427 539	20 727	579 076	375 898	18 118	30 880	3 348	49

(i) EBIT = Resultado antes de juros, minoritários e imposto sobre rendimento.

(ii) Activos dos segmentos => não inclui impostos diferidos activos e saldos não comerciais com empresas do Grupo.

(iii) Passivos dos segmentos => não inclui impostos diferidos passivos, empréstimos bancários, e saldos não comerciais com empresas do Grupo.

(iv) Foi considerado como único gasto materialmente relevante o valor das provisões.

A opção pela divulgação do EBIT permite uma melhor comparação do desempenho das diferentes unidades de negócio, dado as estruturas financeiras não homogéneas apresentadas pelas diferentes unidades de negócio. Este tipo de divulgação é também coerente com a distribuição de funções existentes, já que tanto a função financeira, no sentido estrito de negociação bancária, como a função de planeamento fiscal, utilização de instrumentos como, por exemplo, o RETGS, são da responsabilidade da *holding*.

As rolhas têm nas diferentes famílias de rolhas o seu principal produto, sendo os países produtores e engarrafadores de vinho os seus principais mercados. De destacar nos mercados tradicionais, a França, Itália, Alemanha, Espanha e Portugal. Nos novos mercados do vinho o destaque vai para os USA, Austrália, Chile, África do Sul e Argentina.

A unidade de negócio matérias-primas é de longe a mais integrada no ciclo produtivo da Corticeira Amorim, sendo cerca de 80% das suas vendas dirigidas para as outras unidades de negócio, sendo de destacar as vendas de prancha e discos para a unidade de negócio rolhas.

As restantes unidades de negócio produzem e comercializam um conjunto alargado de produtos que utilizam a matéria-prima sobrança da produção de rolhas, bem como a matéria-prima cortiça que não é susceptível de ser utilizada na produção de rolhas.

De destacar como produtos principais os revestimentos de solo, cortiça com borracha para a indústria automóvel e para aplicações antivibráticas, aglomerados negros para isolamento térmico e acústico, aglomerados técnicos para a indústria de construção civil e calçado bem como os granulados para a fabricação de rolhas aglomeradas, técnicas e de champante.

Os principais mercados dos revestimentos e isolamentos concentram-se na Europa e os da cortiça com borracha nos USA. Todas as unidades de negócio realizam o grosso da sua produção em Portugal, estando, por isso, neste país a quase totalidade do capital investido. A comercialização é feita através de uma rede de distribuição própria que está presente em praticamente todos os grandes mercados consumidores e pela qual são canalizados cerca de 70% das vendas consolidadas.

Vendas por mercados:

	(Em milhares de euros)	
Mercados	2004	2003
União Europeia (a) (b)	261 476	246 143
Dos quais: Portugal	42 436	40 266
Resto Europa (b)	16 169	27 248
Estados Unidos	67 606	68 844
Resto América	29 393	25 443
Australásia	41 708	46 753
África	13 063	12 749
Outros	62	359
	429 477	427 539

(a) Inclui Suíça e Noruega.

(b) Não comparável 2003 com 2004 por este último incluir os novos países que aderiram à União Europeia em Maio de 2004. Destes os valores mais expressivos de 2004 referem-se à Polónia, Hungria e República Checa com cerca de 8,8 milhões de euros.

Os investimentos do exercício concentraram-se na sua quase totalidade, em Portugal. Os activos no estrangeiro atingem cerca de 85 milhões de euros e são compostos na sua grande maioria pelo valor das existências nas empresas de distribuição.

38 — Imposto sobre o rendimento:

A diferença entre os impostos imputados à demonstração consolidada dos resultados do exercício e dos exercícios anteriores e os impostos já pagos e a pagar relativamente a esses exercícios está reconhecida na demonstração consolidada dos resultados na rubrica de impostos diferidos, de acordo com os princípios definidos na nota n.º 9 e alínea g) da nota n.º 23, e ascende a — 484 milhares de euros (exercício de 2003: 902 milhares de euros).

O efeito no balanço consolidado provocado por esta diferença ascende no activo a 12 116 milhares de euros (exercício de 2003: 11 449 milhares de euros) e no passivo a 1438 milhares de euros (exercício de 2003: 1563 milhares de euros), conforme registado nas respectivas rubricas.

Os impostos diferidos activos (IDA) resultam, essencialmente, de prejuízos fiscais ocorridos em 2001, em especial das empresas constituintes do RETGS. O total de prejuízos fiscais identificados neste universo ascende a cerca de 40 milhões de euros, dos quais estão reconhecidos 9,8 milhões em IDA. Fica assim por reconhecer impostos diferidos activos no montante de 1 200 000 euros, os quais o serão se, e quando estiverem reunidas as condições da recuperabilidade dos mesmos.

É convicção da administração, expressa nos modelos de previsão possíveis a esta data, que o montante de impostos diferidos activos reconhecidos corresponde ao valor expectável de materialização futura no que aos prejuízos fiscais diz respeito.

No quadro seguinte pretende-se justificar a taxa de imposto efectiva contabilística partindo da taxa a que estão sujeitas a generalidade das empresas portuguesas (em percentagem):

Taxa genérica de imposto	27,5
Efeito da não consideração das amortizações do exercício relativas ao <i>goodwill</i> e justo valor da aquisição de terrenos e edifícios	11,0
Efeito da não consideração de IDA relativamente a empresas que geraram resultados contabilísticos negativos (por impossibilidade efectiva ou por prudência)	7,6
Efeito da tributação autónoma	2,6
Efeito do reconhecimento de IDA no exercício relativamente a prejuízos fiscais anteriores	(34,4)
Efeito dos lucros contabilíst. não tributados por isenção fiscal das empresas que os geraram, por taxa de imposto reduzida ou por existência de reporte sem IDA	(10,6)
Provisão para processo fiscal IRC de uma subsidiária	12,1
Outros efeitos	1,1
Taxa de imposto efectiva contabilística (a)	16,9

(a) IRC/RAI IM.

Reconheceu-se no exercício IDA no valor de 4400 milhares de euros relativo a prejuízos fiscais de exercícios anteriores por se ter considerado estarem reunidas as condições de recuperabilidade dos mesmos.

Por procedência, não foram reconhecidas IDA no valor de cerca de 1200 milhares de euros relativos a uma menos-valia fiscal. Numa subsidiária foi registada na conta de impostos sobre o rendimento o valor de 1551 milhares de euros, relativos a um processo fiscal sobre o IRC de 1996. A contrapartida foi registada na conta de provisões por outros riscos e encargos.

A Corticeira Amorim e um conjunto alargado das suas subsidiárias com sede em Portugal, passaram a ser tributadas, a partir de 1 de Janeiro de 2001, pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Socie-

dades (RETGS) previsto no artigo 63.º do CIRC. A opção pela aplicação de referido regime é válida por um período de cinco exercícios, findo o qual pode ser renovada nos mesmos termos.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da Corticeira Amorim e das filiais com sede em Portugal estão sujeitas a revisão e possibilidade de correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos nos termos gerais.

A administração da Corticeira Amorim e das empresas filiais entende que as correcções resultantes de revisões ou inspecções por parte das autoridades fiscais, aquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas apresentadas a 31 de Dezembro de 2004.

39 — Remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais da Corticeira Amorim:

As remunerações atribuídas aos membros do conselho de administração da Corticeira Amorim pelo desempenho das respectivas funções foram de 636 000 euros (exercício 2003: 753 000 euros).

O total de honorários suportados pelo conjunto de empresas da Corticeira Amorim relativamente aos serviços de auditoria das empresas do universo da PriceWaterhouseCoopers atingiu os 327 000 euros (exercício 2003: 232 000 euros). O valor relativo à 2003 refere-se somente às empresas portuguesas.

Não existem compromissos surgidos ou contraídos em matéria de pensões de reforma referentes a antigos e actuais membros daqueles órgãos.

41 — Diplomas legais em que se baseou a reavaliação do imobilizado corpóreo:

O imobilizado corpóreo adquirido até 31 de Dezembro de 1989 pelas empresas filiais incluídas na consolidação com sede em Portugal foi reavaliado, conforme aplicável, em 1978 (Decreto-Lei n.º 430/78, de 27 de Dezembro), 1982 (Decreto-Lei n.º 219/82, de 2 de Junho), 1984 (Decreto-Lei n.º 399/G/84), 1986 (Decreto-Lei n.º 118-B/86, de 27 de Maio), 1988 (Decreto-Lei n.º 111/88, de 2 de Abril) e 1990 (Decreto-Lei n.º 49/91, de 25 de Janeiro).

O imobilizado corpóreo adquirido posteriormente a 1 de Janeiro de 1990 não foi objecto de qualquer reavaliação para efeito das demonstrações financeiras consolidadas.

Conforme referido na alínea d) da nota n.º 23, os terrenos e edifícios das empresas filiais existentes ou adquiridas após 1 de Janeiro de 1991 foram avaliados por técnicos independentes. O efeito encontra-se referido e quantificado na nota n.º 10.

Não foi efectuada qualquer reavaliação dos investimentos financeiros adquiridos posteriormente a 31 de Dezembro de 1989.

42 — Efeito das reavaliações legais e avaliações independentes:

As reavaliações relevadas nas demonstrações financeiras consolidadas da forma mencionada na nota n.º 41 e as avaliações independentes referidas na alínea d) da nota n.º 23, têm o efeito nas seguintes contas do imobilizado corpóreo e financeiro à data de 31 de Dezembro de 2004.

(Em milhares de euros)

Rubricas	Custos históricos (a)	Reavaliações (a) (b)	Avaliações (a)	Valores contabilíst. reaval.(a)
Imobilizações corpóreas:				
Terrenos e outros recursos naturais	10 142	2 677	14 597	27 416
Edifícios e outras construções	59 757	2 133	3 178	65 068
Investimentos em imóveis	1 943	—	450	2 393

(a) Líquidos de amortizações.

(b) Englobam as sucessivas reavaliações.

43 — Comparabilidade do conteúdo das contas do balanço e da demonstração dos resultados consolidados:

Dever-se-á atender ao exposto no n.º 14 deste anexo para se poder comparar o conteúdo das contas do balanço e da demonstração dos resultados consolidados, entre o presente exercício e o anterior.

44 — Demonstração consolidada dos resultados financeiros:

Os resultados financeiros consolidados têm a seguinte decomposição:

CUSTOS E PERDAS

(Em milhares de euros)

	2004	2003
Juros suportados	8 102	10 416
Amortiz. de investim. em imóveis	44	42
Provisões para aplicações financeiras	—	—
Diferenças de câmbio desfavoráveis	—	—
Desc. de pronto pagam. concedidos	2 603	2 479
Outros custos e perdas financeiros	973	996
Perdas relativas a empresas associadas	—	4
Resultados financeiros	— 9 294	— 11 295
	2 428	2 642

PROVEITOS E GANHOS

	2004	2003
Juros obtidos	187	239
Ganhos relativos a associadas	82	53
Rendimentos de imóveis	121	118
Ganhos de particip. de capital relativos a empresas associadas	—	1
Diferenças de câmbio favoráveis	204	234
Desc. de pronto pagam. obtidos	1 828	1 964
Outros proveitos e ganhos financeiros	5	33
	2 428	2 642

Conforme referido na alínea b) da nota n.º 23, as diferenças de câmbio são apresentadas pelo seu valor líquido.

Em 2003 as diferenças de câmbio foram apresentadas neste mapa, pelo seu valor líquido, enquanto na demonstração de resultados consolidada foram apresentados separadamente.

45 — Demonstração consolidada dos resultados extraordinários:

Os resultados extraordinários têm a seguinte decomposição:

CUSTOS E PERDAS

(Em milhares de euros)

	2004	2003
Donativos	44	41
Dívidas incobráveis	260	232
Perdas em existências	199	106
Perdas em imobilizações	980	813
Multas e penalidades	21	204
Aumentos de amortiz. e de provisões	122	586
Correcções relat. a exerc. anteriores	1 512	418
Outros custos e perdas extraordinárias	3 275	3 062
Resultados extraordinários	693	1 177
	7 106	6 638

PROVEITOS E GANHOS

	2004	2003
Restituição de impostos	66	28
Recuperação de dívidas	5	19
Ganhos em existências	280	20
Ganhos em imobilizações	378	1 953
Benefícios de penalidades contratuais	—	125
Reduções de amortizações e de provisões ..	1 701	820
Correcções relat. a exerc. anteriores	786	402
Outros proveitos e ganhos extraordinários ..	3 891	3 271
	7 106	6 638

Em perdas em immobilizações, está incluído um valor de cerca de 447 000 euros relativos ao efeito da alienação de uma subsidiária.

Em outros custos extraordinários estão incluídos 2 303 000 euros relativos a indemnizações por cessação de contrato de trabalho.

Em outros proveitos extraordinários está incluído cerca de 3 079 000 euros relativos a subsídios não reembolsáveis.

De salientar que deste valor, cerca de 1 345 000 euros referem-se ao reconhecimento de proveitos relativos a exercícios anteriores.

Este reconhecimento deve-se ao facto somente durante 2004 se ter verificado o cumprimento dos objectivos que estavam associados aos projectos objecto de incentivos governamentais.

Espera-se que durante o próximo exercício se materializem os objectivos de outros projectos de investimentos, e que deste modo se possa vir a reconhecer os respectivos proveitos relativos a exercícios anteriores.

Neste momento não é possível quantificar estes valores.

46 — Desdobramento das contas de provisões e movimentos ocorridos no exercício:

O quadro seguinte desdobra as contas de provisões acumuladas e explicita os movimentos ocorridos no exercício:

(Em milhares de euros)

Contas	Saldo inicial	Aumento	Redução regulariz.	Saldo final
Provisões para cobranças duvidosas	10 672	1 252	(78)	11 846
Provisões para riscos e encargos	5 621	1 791	(2 407)	5 005
Provisões para depreciação de existências	4 201	183	(1 283)	3 101
Provisões para investimentos financeiros (a)	2 399	44	848	3 291

(a) Inclui amortizações de investimentos em edifícios.

A coluna de redução/regularização inclui também os valores referentes a empresas alienadas durante o exercício, bem como os relativos a empresas em relação às quais se tenha alterado o método de consolidação; inclui ainda o efeito da utilização de diferentes taxas de câmbio utilizadas durante este exercício e os anteriores na conversão para euros dos elementos de activo imobilizado das empresas filiais externas.

Conforme referido na nota n.º 38, uma subsidiária reportou em imposto sobre o rendimento o valor de uma provisão para um processo fiscal, no valor de 1 551 000 euros, tendo a contrapartida sido registada em provisões para riscos e encargos.

47 — Bens utilizados em regime de locação financeira e respectivos valores contabilísticos não são considerados materialmente relevantes os bens utilizados em regime de locação financeira.

VII — Informações diversas:

49 — Outras informações exigidas por diplomas legais:

Não existem outras informações referentes a contas consolidadas que sejam exigidas por outros diplomas legais.

Relativamente a todas as empresas filiais com sede em Portugal e de acordo com a exigência do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei

n.º 411/91, informa-se de que não existe dívida vencida à segurança social, sendo que o saldo à data do balanço se refere às retenções efectuadas sobre as remunerações de Dezembro de 2004, bem como aos respectivos encargos patronais.

50 — Outras informações consideradas relevantes para a compreensão da situação financeira e dos resultados consolidados:

a) Decomposição do capital social:

No final do período, o capital social está representado por 133 000 000 de acções ordinárias, escriturais, que conferem direito a dividendos, com o valor nominal unitário de um euro.

O conselho de administração pode decidir aumentar o capital social, por uma ou mais vezes, nas modalidades permitidas por lei, até ao montante de 250 000 000 de euros.

Durante o exercício, não foram colocados dividendos à disposição dos accionistas, conforme deliberação da assembleia geral de 29 de Março de 2004.

b) Variação dos capitais próprios:

Quadro de variação das contas de capital próprio:

	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo final
Capital social	133 000	—	—	—	133 000
Acções próprias	(1 949)	(1 101)	(684)	—	(2 366)
Prémio emissão	38 893	—	—	—	38 893
Diferenças consolidação	(26 738)	—	—	465	(26 273)
Ajustamento contabilidade cobertura	—	—	190	111	(79)
Reserva de reavaliação	4 048	—	—	—	4 048
Reserva legal	6 538	—	—	—	6 538
Outras reservas	39 310	292	216	2 155	41 541
Diferença conversão cambial	(5 332)	—	1 058	5 387	(1 003)
Resultados líquidos	8 118	10 032	—	(8 118)	10 032
	195 889	9 223	780	—	204 330

Conforme referido no último parágrafo da nota n.º 23, alínea a), considerou-se as taxas de câmbio vigentes a 31 de Dezembro de 2003 como as taxas de conversão de todas as rubricas dos activos, passivos e capital próprio constantes nas contas a 31 de Dezembro de 2003 das filiais cuja moeda funcional é diferente do euro. Deste modo, foram anulados e consequentemente incluídos nas contas de reservas a 1 de Janeiro de 2004, os valores acumulados a 31 de Dezembro de 2003, relativos à conta de diferenças de conversão cambial.

c) Dívidas a instituições de crédito a médio e longo prazos:

O montante de 78 938 milhares de euros apresentado no passivo consolidado sob esta rubrica tem os seguintes prazos de reembolso: 2006: 13 666 milhares de euros; 2007: 78 milhares de euros; 2008 e seguintes: 65 194 milhares de euros.

d) Câmbios e swaps contabilizados com instituição de crédito:

A 31 de Dezembro de 2004, existiam contratos de *forwards* relativos a divisas usadas nas transacções da Corticeira Amorim, no montante de 13 290 000 euros.

Este montante refere-se, no essencial, a dólares (50%), AUD (9%) e ZAR (31%).

A mesma data existiam ainda contratos de opções em dólares no montante nominal de 12 593 000 euros.

Existe ainda um contrato de *swap* de taxa de juro no montante nominal de 25 000 000 de euros, com maturidade no 1.º semestre do ano de 2005.

O Conselho de Administração: (Assinaturas ilegíveis.) — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

Certificação legal das contas e relatório de auditoria sobre a informação financeira consolidada

1 — *Introdução.* — Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a certificação legal das contas e o relatório de auditoria sobre a informação financeira contida no relatório consolidado de gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas da Corticeira Amorim, SGPS, S. A., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2004 (que evidência um total de 538 392 milhares de euros, um total de interesses minoritários de 8164 milhares de euros e um total de capital próprio de 204 330 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 10 032 milhares de euros), as demonstrações consolidadas dos resultados, por naturezas e por funções, e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes anexos.

2 — *Responsabilidades.* — É da responsabilidade do conselho de administração da empresa: (i) a preparação do relatório consolidado de gestão e de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados; (ii) que a informação financeira histórica, seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; e (v) a divulgação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou resultados.

3 — A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

4 — *Âmbito.* — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas não contêm distorções materialmente relevantes.

Para tanto, o referido exame incluiu: (i) a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método de equivalência patrimonial; (iii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iv) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; (v) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; e (vi) a apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

5 — O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório consolidado de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.

6 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

7 — *Opinião.* — Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Corticeira Amorim, SGPS, S. A., em 31 de Dezembro de 2004, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Porto, 11 de Março de 2005. — PricewaterhouseCoopers & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.ª, representada por José Pereira Alves, revisor oficial de contas.

Relatório e parecer do fiscal único

1 — Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o relatório consolidado de gestão e as demonstrações financeiras consolidadas apresentados pelo conselho de administração de Corticeira Amorim, SGPS, S. A., relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2004.

2 — No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a actividade da empresa e das suas filiais e associadas mais significativas. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação. Vigiamos também pela observância da lei e dos estatutos.

3 — Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos a respectiva certificação legal das contas, em anexo, bem como o relatório sobre a fiscalização endereçado ao conselho de administração nos termos do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais.

4 — No âmbito das nossas funções verificámos que:

i) O balanço consolidado, as demonstrações consolidadas dos resultados, por naturezas e por funções, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa e os correspondentes anexos permitem uma adequada compreensão da situação financeira da empresa e dos seus resultados;

ii) As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados;

iii) O relatório consolidado de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade e do conjunto das filiais incluídas na consolidação evidenciando os aspectos mais significativos.

5 — Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do conselho de administração e serviços e as conclusões constantes da certificação legal das contas, somos do parecer que:

i) Seja aprovado o relatório consolidado de gestão;

ii) Sejam aprovadas as demonstrações financeiras consolidadas.

Porto, 11 de Março de 2005. — O Fiscal Único, PricewaterhouseCoopers & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.ª, representada por José Pereira Alves, revisor oficial de contas.

Acta n.º 28 da assembleia geral

Aos 31 dias do mês de Março de 2005, pelas 12 horas, na sede social, na Rua de Meladas, 380, freguesia de Mozelos, concelho de Santa Maria da Feira, reuniu a assembleia geral da sociedade comercial anónima denominada Corticeira Amorim, SGPS, S. A., sociedade aberta, pessoa colectiva n.º 500077797, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Santa Maria da Feira, sob o n.º 554, com o capital social de 133 000 000 de euros, conforme convocatória publicada no *Diário da República*, 3.ª Série, n.º 38, a p. 3976, de 23 de Fevereiro de 2005, no jornal *Público*, de 22 de Fevereiro de 2005, no jornal *Terras da Feira*, de 21 de Fevereiro de 2005, e no *Boletim de Cotações*, de 17 de Fevereiro de 2005, com a seguinte ordem de trabalhos:

1.º Deliberar sobre o relatório de gestão e as contas do exercício de 2004;

2.º Deliberar sobre o relatório consolidado de gestão e as contas consolidadas do exercício de 2004;

3.º Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;

4.º Deliberar para os fins do preceituado no artigo 455.º do Código das Sociedades Comerciais;

5.º Deliberar sobre a eleição dos membros dos órgãos sociais para um novo mandato;

6.º Deliberar sobre a aquisição de acções próprias;

7.º Deliberar sobre a alienação de acções próprias.

Constituíram a mesa o respectivo presidente, Dr. Jorge Manuel Bonito Pratas e Sousa, bem como o secretário, Dr. Pedro Jorge Ferreira de Magalhães.

O presidente da mesa verificou, pela lista de presenças elaborada nos termos do disposto no artigo 382.º, n.º 2, do Código das Sociedades Comerciais, estarem presentes e representados nove accionistas, detentores de 95 278 460 acções, com o valor nominal de um euro cada, representativas de 71,63% do capital social, conferindo direito a 95 274 votos.

Encontram-se presentes ou representados os administradores Dr. António Rios de Amorim, Joaquim Ferreira de Amorim, José Américo Amorim Coelho, Rui Miguel Duarte Alegre, Dr. José Fernando Maia de Araújo e Silva, Dr. Nuno Filipe Vilela Barroca de Oliveira e Dr.ª Luísa Alexandra Ramos Amorim, bem como o fiscal único.

O presidente da mesa declarou aberta a reunião.

Na sequência, o presidente da mesa leu em voz alta a ordem de trabalhos constante da convocatória, imediatamente submetendo à discussão, no âmbito do primeiro ponto da ordem de trabalhos, o relatório de gestão e as contas do exercício social de 2004.

O presidente do conselho de administração Dr. António Rios de Amorim, produziu algumas considerações sobre o relatório e as contas do exercício, demonstrativos da evolução positiva dos negócios e da situação da sociedade no ano de 2004, destacando os aspectos mais relevantes desses documentos relativos ao exercício a que se reportam, findo o que se disponibilizou para prestar quaisquer esclarecimentos.

Como não houvesse quem pretendesse usar, mais, da palavra ou formular qualquer outra proposta, o presidente da mesa pôs à votação o relatório de gestão e as contas do exercício de 2004, os quais foram aprovados por unanimidade.

O presidente da mesa declarou passar-se ao segundo ponto da ordem de trabalhos, com vista a deliberar sobre o relatório consolidado de gestão e as contas consolidadas do exercício social de 2004.

Depois de verificar que não havia quem pretendesse usar da palavra ou formular qualquer outra proposta, o presidente da mesa pôs à votação o relatório consolidado de gestão e as contas consolidadas do exercício de 2004, os quais foram aprovados por unanimidade.

O presidente da mesa declarou passar-se ao terceiro ponto da ordem de trabalhos, com vista a deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados, tendo sido, pelo conselho de administração, apresentada a seguinte proposta:

Tendo em conta que o resultado líquido, apurado segundo as contas sociais no final do exercício, de 2004, é positivo no valor de 10 031 635,88 euros e a existência de reservas distribuíveis no montante de 4 655 000 euros, propõe:

1 — Que os accionistas deliberem aprovar que o resultado líquido positivo, no valor de 10 031 635,88 euros, tenha a seguinte aplicação:

Para reserva legal: 907 496,78 euros;

Para lucros não atribuídos: 13 240 000 euros;

Para resultados transitados: — 4 115 860,90 euros;

2 — Que seja distribuído como dividendos o montante de 4 655 000 euros, parte do existente na rubrica de reservas livres, a que corresponde um valor de 0,035 euros por acção.

Não havendo quem pretendesse usar da palavra ou formular qualquer proposta, o presidente da mesa declarou passar-se à votação da proposta do conselho de administração, a qual foi aprovada por unanimidade.

Terminado este ponto da ordem de trabalhos, passou-se ao 4.º ponto, no âmbito do qual, pela accionista Amorim Capital, SGPS, S. A., foi apresentada a seguinte proposta:

Considerando:

a) A actuação criteriosa e ordenada, do conselho de administração, no interesse da sociedade;

b) A forma como o relatório está elaborado, esclarecendo os aspectos mais relevantes da sociedade;

c) A acção desenvolvida pelo fiscal único, no decurso do exercício;

propõe, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 455.º do Código das Sociedades Comerciais, que os accionistas expressem um voto de confiança àqueles órgãos e a cada um dos seus membros.

No seguimento da apresentação da proposta anteriormente referida, e não havendo quem pretendesse intervir, o presidente da mesa, após ter declarado que a mesa da assembleia geral também se associava àquele voto de confiança, declarou submeter a citada proposta à votação, a qual foi aprovada por unanimidade.

O presidente da mesa declarou passar-se ao quinto ponto da ordem de trabalhos, no âmbito do qual, pela accionista Amorim Capital, SGPS, S. A., foi apresentada a seguinte proposta:

Tendo em consideração o fim do mandato dos membros dos órgãos sociais, propõe que a assembleia geral desta sociedade delibere

eleger, para um novo mandato, os seguintes membros para os órgãos sociais:

Mesa da assembleia:

Presidente: Jorge Manuel Bonito Pratas e Sousa.

Vice-presidente: José Manuel Ferreira Rios.

Secretários:

Pedro Jorge Ferreira de Magalhães.

Pedro Nuno Esteves Duarte.

Conselho de administração:

Presidente: António Rios de Amorim.

Vice-presidente: José Américo Amorim Coelho.

Vogais:

Joaquim Ferreira de Amorim.

Rui Miguel Duarte Alegre.

José Fernando Maia de Araújo e Silva.

Nuno Filipe Vilela Barroca de Oliveira.

Luísa Alexandra Ramos Amorim.

Fiscal único:

Efectivo: PriceWaterhouseCoopers & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.ª, com sede no Palácio Sottomayor, na Rua Sousa Martins, 1, 3.º, 1050-217 Lisboa, pessoa colectiva n.º 506628752, com a inscrição n.º 183, representada por José Pereira Alves, casado, residente na Rua Alfredo Keil, 257-A, 3.º esquerdo, 4150-049 Porto, revisor oficial de contas n.º 711, ou por António Joaquim Brochado Correia, divorciado, residente na Rua Arq. Cassiano Barbosa, 569, 2.º direito, 4100-009 Porto, revisor oficial de contas n.º 1076.

Suplente: Hermínio António Paulos Afonso, casado, residente na Rua António Bessa Leite, 1516-B, 4.º esquerdo, 4150-074 Porto, revisor oficial de contas n.º 712.

Comissão de remunerações:

Presidente: Cristina Rios de Amorim Baptista.

Vogais: José Manuel Ferreira Rios.

José Manuel de Jesus Araújo Faria.

Não havendo ninguém que pretendesse usar da palavra ou formular qualquer outra proposta, o presidente da mesa declarou passar-se à votação da proposta anterior foi aprovada por unanimidade.

O presidente da mesa declarou passar-se ao sexto ponto da ordem de trabalhos, tendo sido apresentada, pelo conselho de administração, uma proposta do teor seguinte:

O conselho de administração da Corticeira Amorim, SGPS, S. A., propõe que a assembleia geral delibere a aquisição pela sociedade de acções próprias, nos termos seguintes:

a) Número máximo de acções a adquirir: até ao limite correspondente a 10% do capital social;

b) Prazo durante o qual a aquisição pode ser efectuada: 18 meses a contar da presente deliberação;

c) Formas de aquisição: aquisição na Bolsa ou fora da Bolsa;

d) Contrapartidas, mínima e máxima, das aquisições: o preço de aquisição das acções deverá conter-se entre o valor mínimo de 50 cêntimos e máximo de cinco euros.

Não havendo ninguém que pretendesse usar da palavra ou formular qualquer outra proposta, o presidente da mesa declarou passar-se à votação da proposta do conselho de administração, a qual foi aprovada por unanimidade.

Por último, o presidente da mesa declarou passar-se ao sétimo ponto da ordem de trabalhos, tendo sido apresentada, pelo conselho de administração, uma proposta do teor seguinte:

O conselho de administração da Corticeira Amorim, SGPS, S. A., propõe que a assembleia geral delibere a alienação pela sociedade de acções próprias, nos termos seguintes:

a) Número de acções a alienar: até ao limite correspondente a 10% do capital social;

b) Prazo durante o qual a alienação pode ser efectuada: 18 meses a contar da presente deliberação;

- c) Formas de alienação: alienação na Bolsa ou fora da Bolsa;
 d) Contrapartida das alienações: o preço mínimo de alienação será de 0,75 euros por acção.

Não havendo ninguém que pretendesse usar da palavra ou formular qualquer outra proposta, o presidente da mesa declarou passar-se à votação da proposta do conselho de administração, a qual foi aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, o presidente da mesa expressou aos accionistas o seu agradecimento pela participação e colaboração de todos, declarando, pelas 12,40 horas, encerrada a reunião.

E para constar lavrou-se a presente acta que, depois de lida pelos membros da mesa, foi considerada conforme e aprovada, em razão do que, para que faça prova, vai por eles ser assinada.

A Mesa da Assembleia Geral: *Jorge Manuel Bonito Pratas e Sousa*, presidente — *Pedro Jorge Ferreira de Magalhães*, secretário.

Extracto da acta n.º 28 da assembleia geral

Assembleia Geral realizada no dia 31 de Março de 2005, pelas 12 horas, na sede social, na Rua de Meladas, 380, freguesia de Mozelos, concelho de Santa Maria da Feira, reuniu a assembleia geral da sociedade comercial anónima denominada Corticeira Amorim, SGPS, S. A., sociedade aberta, pessoa colectiva n.º 500077797, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Santa Maria da Feira, sob o n.º 554, com o capital social de 133 000 000 de euros.

O presidente da mesa declarou aberta a reunião.

Na sequência, o presidente da mesa leu em voz alta a ordem de trabalhos constante da convocatória, imediatamente submetendo à discussão, no âmbito do primeiro ponto da ordem de trabalhos, o relatório de gestão e as contas do exercício social de 2004.

O presidente do conselho de administração Dr. António Rios de Amorim, produziu algumas considerações sobre o relatório e as contas do exercício, demonstrativos da evolução positiva dos negócios e da situação da sociedade no ano de 2004, destacando os aspectos mais relevantes desses documentos relativos ao exercício a que se reportam, findo o que se disponibilizou para prestar quaisquer esclarecimentos.

Como não houvesse quem pretendesse usar, mais, da palavra ou formular qualquer outra proposta, o presidente da mesa pôs à votação o relatório de gestão e as contas do exercício de 2004, os quais foram aprovados por unanimidade.

O presidente da mesa declarou passar-se ao segundo ponto da ordem de trabalhos, com vista a deliberar sobre o relatório consolidado de gestão e as contas consolidadas do exercício social de 2004.

Depois de verificar que não havia quem pretendesse usar da palavra ou formular qualquer outra proposta, o presidente da mesa pôs à votação o relatório consolidado de gestão e as contas consolidadas do exercício de 2004, os quais foram aprovados por unanimidade.

O presidente da mesa declarou passar-se ao terceiro ponto da ordem de trabalhos, com vista a deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados, tendo sido, pelo conselho de administração, apresentada a seguinte proposta:

Tendo em conta que o resultado líquido, apurado segundo as contas sociais no final do exercício de 2004, é positivo no valor de 10 031 635,88 euros e a existência de reservas distribuíveis no montante de 4 655 000 euros, propõe:

1 — Que os accionistas deliberem aprovar que o resultado líquido positivo, no valor de 10 031 635,88 euros, tenha a seguinte aplicação:

Para reserva legal: 907 496,78 euros;
 Para lucros não atribuídos: 13 240 000 euros;
 Para resultados transitados: — 4 115 860,90 euros.

2 — Que seja distribuído como dividendos o montante de 4 655 000 euros, parte do existente na rubrica de reservas livres, a que corresponde um valor de 0,035 euros por acção.

Não havendo quem pretendesse usar da palavra ou formular qualquer proposta, o presidente da mesa declarou passar-se à votação da proposta do conselho de administração, a qual foi aprovada por unanimidade.

(Sem assinaturas.)

2007431653

RODOVIÁRIA DA BEIRA LITORAL, S. A.

Relatório n.º 1-AI/2007

Conservatória do Registo Comercial de Coimbra. Matrícula n.º 4476; identificação de pessoa colectiva n.º 502550414; inscrição n.º 10; número e data da apresentação: 2/17 de Maio de 1994.

Orlanda Miguéns Jorge, ajudante principal da Conservatória do Registo Comercial de Coimbra:

Certifica que, com relação à sociedade em epígrafe, foram depositadas as contas de exercício do ano de 1993, conforme documentos apresentados em anexo.

Está conforme o original.

Coimbra, 9 de Novembro de 1994. — A Ajudante Principal, *Orlanda Miguéns Jorge*.

Relatório e contas de 1993

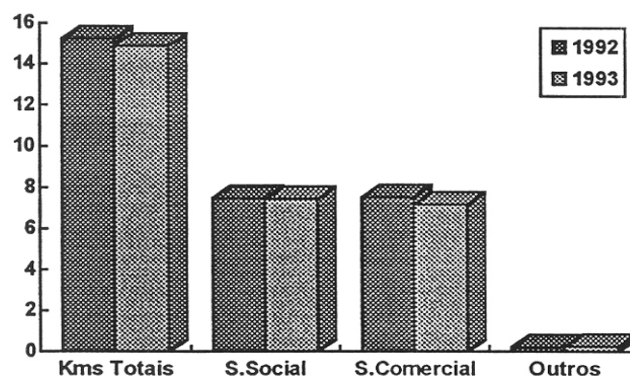
Relatório do conselho de administração

Actividade

Oferta

Os quilómetros oferecidos nos diversos tipos de serviços, apresentaram uma quebra de 2,3%, relativamente ao ano anterior. De salientar a área comercial com a diminuição de 4,4%, enquanto que nas carreiras interurbanas a quebra verificada não é significativa.

Quilómetros produzidos

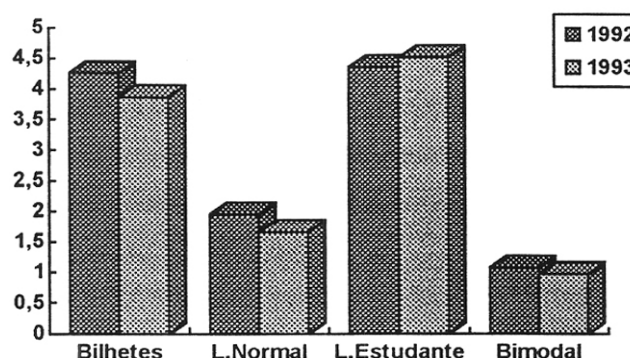


Procura

Nas carreiras interurbanas — serviço social — assistiu-se a uma quebra da procura, que se traduziu numa diminuição dos passageiros transportados em 5,4%, originando um ligeiro crescimento nos proveitos 0,3%, em relação ao ano anterior.

Analisando a procura por títulos de transporte, verificamos que só a assinatura de linha estudante e o pré-comprado apresentam um crescimento, relativamente ao ano anterior de 3,3% e 1% respectivamente. Os restantes títulos apresentam quebras por vezes significativas.

Passageiros transportados

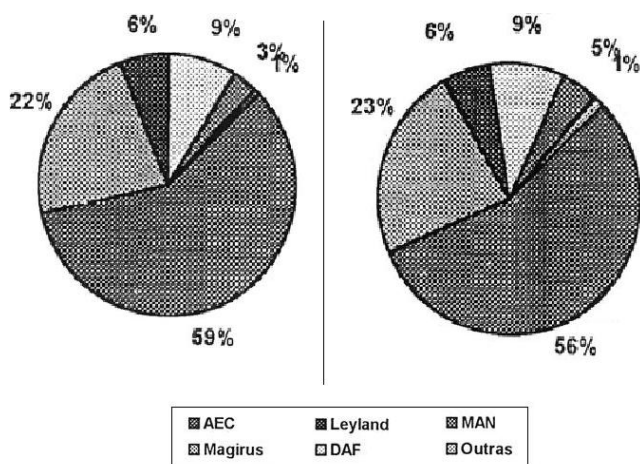


Na área comercial a diminuição da actividade, relativamente ao ano anterior, veio reflectir-se numa quebra dos proveitos em 0,3%. De todos os serviços que compõem esta área — expressos, despachos e alugueres — foi o serviço de despachos que mais se ressentiu, apresentando uma quebra nos proveitos de 12,9%.

Manutenção e aprovisionamento

A frota operacional em 31 de Dezembro de 1993 é composta por 240 viaturas, das quais 55,8% são da marca AEC.

Composição da frota



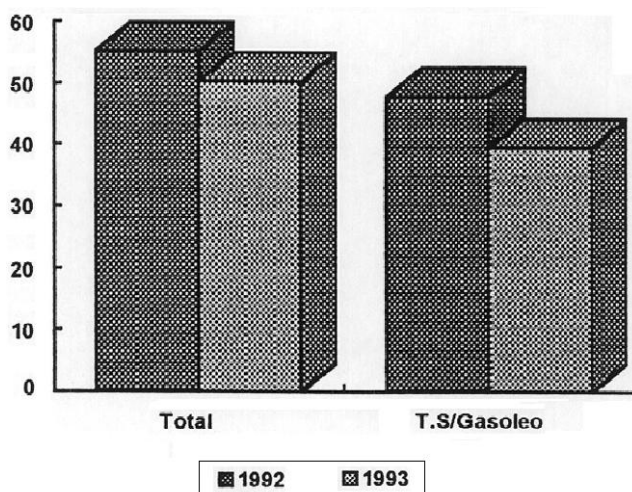
A taxa de imobilização diminuiu relativamente ao ano anterior em um ponto percentual, o que implicou um decréscimo de 24,8% na frota imobilizada.

Os custos de manutenção apresentam uma redução pouco significativa, quando comparados com o ano anterior. De destacar a rubrica de peças e sobressalentes que registou uma quebra de 14,3%.

O stock médio de existências, apresenta no final de 1993 uma redução de 9,6%, relativamente a 1992. Esta diminuição torna-se mais significativa e com maior peso, no período que precede a privatização da empresa.

A variação de existências apresenta também um decréscimo significativo.

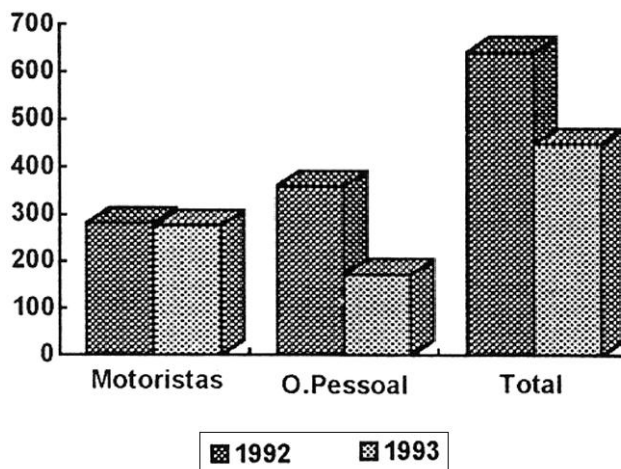
Saldo final de existências



Recursos humanos

O ano em análise caracterizou-se pela adequação dos meios humanos às necessidades da empresa, de forma a rentabilizar todos os tipos

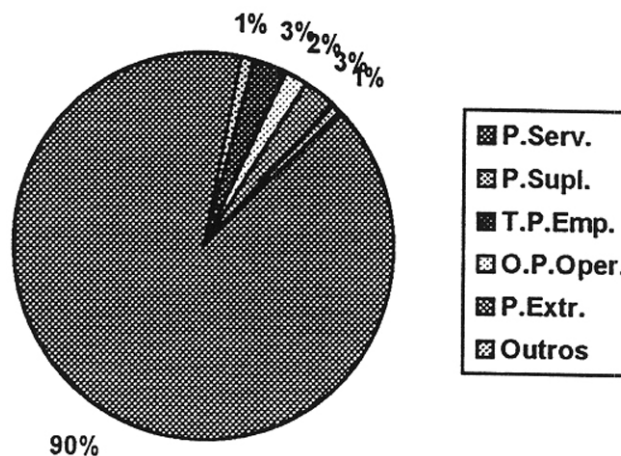
de serviços. Assim, em 1992 os custos com pessoal absorviam 55,6% das vendas, enquanto que, em 1993 absorveram 50,8%, prevendo-se que em 1994 este indicador se situe nos 40%.



Proveitos e custos

Proveitos

A estrutura dos proveitos não sofreu alterações significativas ao longo dos dois últimos anos. Assim, a prestação de serviços continua a ser a rubrica com maior peso 90,7%. Na prestação de serviços destacam-se os proveitos de Carreiras, com valores sempre superiores a 50%.



Custos

Quanto à sua estrutura e comparativamente ao ano anterior, os custos sofreram alterações com algum significado. De salientar a quebra verificada na rubrica Custos com Pessoal, que em 1992 representava 46,6% do total dos custos, enquanto que em 1993 o seu peso foi de 42,6%. As restantes componentes desta estrutura apresentam acréscimos sem muito significado.

Estrutura de custos

Análise dos resultados de exploração

Em 1993 assiste-se a uma recuperação do resultado operacional, que passa de 239 544 contos para 169 636 contos, representando este prejuízo 5,7% do activo líquido total, quando em 1992 representava 10,7%.

A rentabilidade de exploração, embora negativa apresenta um crescimento que se deve essencialmente à melhoria do resultado corrente.

O cash-flow bruto de ambos os exercícios é positivo, registando uma evolução de 51,2%, passando de 5,6% do activo líquido total para 6,5%.

O Conselho de Administração: (Assinaturas ilegíveis)

Balança em 31 de Dezembro de 1993

ACTIVO

Código das contas		1993			1992
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
Imobilizado:					
Imobilizações incorpóreas:					
431	Despesas de instalação	1 179 865,00	403 257,00	776 608,00	—
432	Despesas de investigação e desenvolvimento	—	—	—	—
433	Propriedade industrial e outros direitos	—	—	—	—
434	Trespases	—	—	—	—
441/6	Imobilizações em curso	—	—	—	—
449	Adiant. por conta de imobiliz. incorpóreas	—	—	—	—
		<u>1 179 865,00</u>	<u>403 257,00</u>	<u>776 608,00</u>	<u>—</u>
Imobilizações corpóreas:					
421	Terrenos e recursos naturais	266 487 000,00	—	266 487 009,00	198 506 000,00
422	Edifícios e outras construções	851 947 113,90	116 155 918,90	735 791 195,00	540 556 737,10
423	Equipamento básico	1 866 371 652,20	1 163 987 046,40	702 384 605,80	976 923 158,80
424	Equipamento de transporte	18 935 451,50	17 896 375,50	1 039 076,00	6 549 464,40
425	Ferramentas e utensílios	33 975 130,10	29 784 204,60	4 190 925,50	5 089 020,20
426	Equipamento administrativo	68 959 880,00	58 707 394,20	10 252 485,80	10 059 072,70
427	Taras e vasilhame	264 500,00	264 500,00	—	—
428	Instalações	9 594 320,10	6 608 343,20	2 985 976,90	3 281 202,50
429	Outras imobilizações corpóreas	21 299 042,70	12 341 093,20	8 957 949,50	8 916 013,70
441/6	Imobilizações em curso	12 865 226,60	—	12 865 226,60	30 005 222,7
448	Adiant. por conta de imobilizações corpóreas	—	—	—	—
		<u>3 150 699 317,10</u>	<u>1 405 744 876,00</u>	<u>1 744 954 441,10</u>	<u>1 779 885 892,10</u>
Investimentos financeiros:					
4111	Partes de capital em empresas do Grupo	24 403 640,00	—	24 403 640,00	18 983 640,00
4121+4131	Empréstimos a empresas do grupo	—	—	—	—
4112	Partes de capital em empresas associadas	880 500,00	—	880 500,00	—
4122+4132	Empréstimos a empresas associadas	194 812 398,50	—	194 812 398,50	—
4113+414+415	Títulos e outras aplicações financeiras	15 448 660,00	—	15 448 660,00	15 448 660,00
4123+4133	Outros empréstimos concedidos	—	—	—	—
441/6	Imobilizações em curso	—	—	—	—
447	Adiant. por conta investimentos financeiro	3 457 240,00	—	3 457 240,00	—
		<u>239 002 438,50</u>	<u>—</u>	<u>239 002 438,50</u>	<u>34 432 300,00</u>
	<i>Total do activo imobilizado</i>	<u>3 390 881 620,60</u>	<u>1 406 148 133,00</u>	<u>1 984 733 487,60</u>	<u>1 814 318 192,10</u>
Circulante:					
Existências:					
36	Matérias primas subsidiárias e de consumo	52 270 505 7	—	52 270 505 7	61,347 355 4
35	Produtos e trabalhos em curso	—	—	—	—

Código das contas		1993			1992
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos refugos	—	—	—	—
33	Produtos acabados e intermédios	—	—	—	—
32	Mercadorias	—	—	—	—
37	Adiantamentos por conta de compras	—	—	—	—
		<u>52 270 505,70</u>	<u>—</u>	<u>52 270 505,70</u>	<u>61 347 355,40</u>
	Dívidas de terceiros — médio e longo prazos	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>
	Dívidas de terceiros — curto prazo:				
211	Clientes	170 130 215,60	—	170 130 215,60	216 831 969,20
212	Clientes — títulos a receber	—	—	—	—
218	Clientes cobrança duvidosa	3 761 938,00	3 761 938,00	—	—
252	Empresas do Grupo	384 450,00	—	384 450,00	2 314 325,90
251+255	Outros accionistas (sócios)	—	—	—	—
221+228	Fornecedores	34 764 174,10	—	34 764 174,10	—
229	Adiantamentos a fornecedores	15 245,00	—	15 245,00	200 455,00
2619	Adiantamentos a fornecedores imobilizado	—	—	—	—
24	Estado e outros entes públicos	4 503,686,40	—	4 503,686,40	19 149 142,40
262/6/7/8+221	Outros devedores	163 544 728,20	113 480,00	163 431 248,00	76 823 459,60
264	Subscritores de capital	—	—	—	—
		<u>377 104 437,30</u>	<u>3 875 418,00</u>	<u>373 229 019,30</u>	<u>315 319 352,10</u>
	Títulos negociáveis:				
1511	Acções em empresas do grupo	—	—	—	—
1521	Obrigações títulos de part. empresas grupo	—	—	—	—
1512	Acções em empresas associadas	—	—	—	—
1522	Obrig. títulos de part. empresas associadas	—	—	—	—
1513/23+153	Outros títulos negociáveis	—	—	—	—
18	Outras aplicações de tesouraria	—	—	—	—
		<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>
	Depósitos bancários e caixa:				
12+13+14	Depósitos bancários	54 017 223,20		54 017 223,20	24 340 560,20
11	Caixa	7 060 224,20		7 060 224,20	5 183 506,80
		<u>61 077 447,40</u>		<u>61 077 447,40</u>	<u>29 524 067,00</u>
	Acréscimos e diferimentos:				
271	Acréscimos de proveitos	26 403 706,50		26 403 706,50	21 414 909,50
272	Custos diferidos	469 112 982,00		469 112 982,00	5 682 114,70
	<i>Total de amortizações</i>		<u>1 406 148 133,00</u>		
	<i>Total de provisões</i>		<u>3 875 418,00</u>		
	<i>Total do activo</i>	<u>4 376 850 699,50</u>	<u>1 410 023 551,00</u>	<u>2 966 827 148,50</u>	<u>2 247 605 990,80</u>

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO

Código das contas		1993	1992
Capital próprio:			
51	Capital	1 204 078 000,00	1 204 078 000,00
521	Acções (quotas) próprias — valor nominal	—	—
522	Acções (quotas) próprias — descontos e prémios	—	—
53	Prestações suplementares	—	—
54	Prémios de emissão de acções (quotas)	—	—
55	Ajustamentos de partes de capital em filiais e associada	—	—
56	Reservas de reavaliação	301 964 717,60	—
Reservas:			
571	Reservas legais	—	—
572	Reservas estatutárias	—	—
573	Reservas contratuais	—	—
574 a 579	Outras reservas	—	—
59	Resultados transitados	(385 920 868,40)	(168 398 442,00)
88	Resultado líquido do exercício	(218 889 986,30)	(217 522 426,40)
89	Dividendos antecipados	—	—
		<u>901 231 862,90</u>	<u>818 157 131,60</u>
Provisões para riscos e encargos:			
291	Provisões para pensões	454 264 867,40	502 011 583,40
292	Provisões para impostos	—	—
293/8	Outras provisões para riscos e encargos	—	7 246 530,00
		<u>454 264 867,40</u>	<u>509 258 113,40</u>
Dívidas a terceiros — médio e longo prazos:			
222	Fornecedores — títulos a pagar	114 540 000,00	—
231	Dívidas instituições crédito	500 000 000,00	—
2612	Fornecedores de imobilizado — títulos a pagar	27 275 200,00	30 412 800,00
		<u>641 815 200,00</u>	<u>30 412 800,00</u>
Dívidas a terceiros — curto prazo:			
Empréstimos por obrigações:			
2321	Convertíveis	—	—
2322	Não convertíveis	—	—
233	Empréstimos por títulos de participação	—	—
231+12	Dívidas a instituições de crédito	149 778 971,00	—
269	Adiantamentos por conta de vendas	—	—
221	Fornecedores, c/c	183 551 103,40	257 206 001,50
228	Fornecedores — facturas em recepção e conferência	161 830,00	1 989 608,80
222	Fornecedores — títulos a pagar	248 104 378,50	—
2612	Fornecedores de imobilizado — títulos a pagar	10 137 600,00	10 137 600,00
252	Empresas do grupo	17 810 856,40	14 055 014,60
253+254	Empresas participadas e participantes	—	—
251+255	Outros accionistas (sócios)	—	—
219	Adiantamentos de clientes	—	709 115,50
239	Outros empréstimos obtidos	—	160 382 028,70
2611	Fornecedores de imobilizado	96 245 413,60	133 448 670,20
24	Estado e outros entes públicos	44 453 178,00	68 260 792,90
2/3/4/577/8+211	Outros credores	82 528 645,00	15 149 778,60
		<u>832 771 975,90</u>	<u>661 338 610,80</u>
Acréscimo e diferimentos:			
273	Acréscimo de custos	111 011 342,50	187 238 347,70
274	Proveitos diferidos	25 731 899,80	41 200 987,30
		<u>136 743 242,30</u>	<u>228 439 335,00</u>
Total do passivo		<u>2 065 595 285,60</u>	<u>1 429 448 859,20</u>
Total do capital próprio e do passivo		<u>2 966 827 148,50</u>	<u>2 247 605 990,80</u>

Demonstração dos resultados por naturezas em 31 de Dezembro de 1993

		CUSTOS E PERDAS			
Código das contas		1993		1992	
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
	Mercadorias	—		—	
	Matérias	543 487 444,40	543 487 444,40	534 464 161,00	534 464 161,00
62	Fornecimentos e serviços externos		610 560 260,70		585 171 142,80
64	Custos com pessoal:				
641+642	Remunerações	959 106 963,80		1 060 093 559,90	
	Encargos sociais:				
643+644	Pensões	47 746 716,00		45 886 183,00	
645/8	Outros	221 835 956,10	1 228 689 635,90	238 563 248,60	1 344 542 991,50
66	Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	361 065 265,30		352 377 782,50	
67	Provisões	674 000,00	361 739 265,30	14 184 228,00	366 562 010,50
63	Impostos	4 528 447,00		3 035 899,00	
65	Outros custos e perdas operacionais	37 163 248,20	41 691 695,20	34 027 691,30	37 063 590,30
	(A)		2 786 168 301,50		2 867 803 896,10
682	Perdas em empresas do grupo e associadas	—		—	
683+684	Amortizações e prov. de aplicações e inv. financeiros	—		—	
681+685/8	Juros e custos similares:				
	Relativo a empresas do grupo	—		—	
	Outros	56 466 132,80	56 466 132,80	19 122 423,90	19 122 423,90
	(C)		2 842 634 434,30		2 886 926 320,00
69	Custos e perdas extraordinários		80 360 549,00		42 524 837,90
	(E)		2 922 994 983,30		2 929 451 157,90
86	Imposto s/ o rendimento do exercício		—		—
	(G)		2 922 994 983,30		2 929 451 157,90
88	Resultado líquido do exercício		(218 889 986,39)		(217 522 426,40)
			2 704 104 997,00		2 711 928 731,50
		PROVEITOS E GANHOS			
Código das contas		1993		1992	
71	Vendas:				
	Mercadorias	—		—	
	Produtos	—		—	
72	Prestações de serviços	2 438 088 963,70	2 438 088 963,70	2 440 892 874,70	2 440 892 874,70

Código das contas		1993		1992	
75	Varição da produção	—		—	
	Trabalhos para a própria empresa		72 186 744,50		87 694 867,90
73	Proveitos suplementares	50 780 350,90		58 926 699,60	
74	Subsídios à exploração	3 725 575,00		3 212 236,00	
76	Outros proveitos operacionais	<u>51 750 379,20</u>	<u>106 256 305,10</u>	<u>37 532 803,30</u>	<u>99 671 738,90</u>
	(B)		2 616 532 013,30		2 628 259 481,50
782	Ganhos em empresas do grupo e associadas	—		—	
784	Rendimentos de participações de capital	6 760 636,00		6 724 853,00	
	Rendimentos de títulos negociáveis e de outras aplicações financeiras:				
	Relativo a empresas do Grupo	—		—	
	Outros	—		—	
	Outros juros e proveitos similares:				
	Relativo a empresas do Grupo	—		—	
	Outros	<u>5 897 265,40</u>	<u>12 657 901,40</u>	<u>7 967 136,00</u>	<u>14 691 989,00</u>
	(D)		2 629 189 914,70		2 642 951 470,50
79	Proveitos e ganhos extraordinários		<u>74 915 082,30</u>		<u>68 977 261,00</u>
	(F)		2 704 104 997,00		2 711 928 731,50
Resumo:					
	Resultados operacionais: (B)—(A)		(169 636 288,20)		(239 544 414,60)
	Resultados financeiros: (D—B)—(C—A)		(43 808 231,40)		(4 430 434,90)
	Resultados correntes: (D—C)		(213 444 519,60)		(243 974 849,50)
	Resultado antes de imposto: (F)—(E)		(218 889 986,30)		(217 522 426,40)
	Resultado líquido do exercício: (F)—(G)		(218 889 986,30)		(217 522 426,40)

O Conselho de Administração: *(Assinaturas ilegíveis)*

Anexo ao balanço e à demonstração dos resultados

1 — As demonstrações financeiras foram elaboradas de harmonia com o princípio dos custos históricos e em conformidade com os princípios contabilísticos da prudência, consistência, substância sobre a forma e materialidade, há excepção da reavaliação do prédio e terreno sito na Avenida Fernão de Magalhães, em que o princípio dos custos históricos foi derogado.

2 — Os resultados estão influenciados pela reavaliação efectuada ao edifício e terreno sito na Avenida Fernão de Magalhães ao abrigo da Lei n.º 36/91, e Decreto-Lei n.º 22/92, de 14 de Fevereiro, utilizando os valores da avaliação efectuada ao abrigo do disposto no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 195/93, de 7 de Maio, para efeitos de privatização.

3.1 — Os terrenos, edifícios, viaturas pesadas de serviços público para passageiros e mercadorias estão evidenciados pelos valores resultantes da avaliação à data de 31 de Dezembro de 1989, efectuada à Rodoviária Nacional Investimentos e Participações, S. A., líquidas das amortizações acumuladas, as quais foram transferidas em 31 de Janeiro de 1991, para a Rodoviária da Beira Litoral, S. A.

3.2 — Os restantes elementos do imobilizado corpóreo encontram-se valorizados ao custo de aquisição líquido das amortizações acumuladas.

3.3 — As amortizações são efectuadas pelo método das quotas constantes.

3.4.1 — Os investimentos financeiros que transitaram do exercício anterior, estão evidenciados pelos valores resultantes da avaliação efectuada no âmbito do Decreto-Lei n.º 12/90.

3.4.2 — Os investimentos financeiros do corrente exercício estão valorizados ao custo de aquisição.

3.5 — As existências estão valorizadas ao custo de aquisição ou produção, sendo o custeio das saídas efectuado, pelo método do custo médio ponderado.

3.6 — Os saldos em moeda estrangeira estão valorizados ao câmbio do dia 31 de Dezembro de 1993.

3.7 — As indemnizações pagas aos trabalhadores por rescisões contratuais por mútuo acordo foram diferidas em 36 meses.

4 — As cotações de câmbio utilizadas para a conversão de saldos em moeda estrangeira existentes na data do balanço são as constantes da informação fornecida pelo Banco Pinto & Sotto Mayor.

5 — Não aplicável.

6 — As indemnizações pagas aos trabalhadores por rescisões contratuais por mútuo acordo, irão influenciar os resultados dos exercícios de 1994, 1995 e 1996.

7 — O número médio de empregados durante o exercício foi de 587.

8 — O aumento verificado na conta 431, através da subconta 4315, refere-se a aquisição de programas de computador.

9 — Não aplicável.

10 — O movimento ocorrido na rubrica de imobilizações e respectivas amortizações encontra-se discriminado nos anexos I e II:

Activo bruto:

Rubricas	Saldo inicial	Reavaliação/ ajustamento	Aumentos	Alienações	Transf. e abates	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:						
Despesas de instalação	—	—	1 179 865,00	—	—	1 179 865,00
Despesas de investigação e desenvolvimento	—	—	—	—	—	—
Propriedade industrial e outros direitos	—	—	—	—	—	—
Trespases	—	—	—	—	—	—
Imobilizações em curso	—	—	—	—	—	—
Adiantamentos por conta imob. incorpóreas	—	—	—	—	—	—
			1 179 865,00	—	—	1 179 865,00
Imobilizações corpóreas:						
Terrenos e recursos naturais	198 506 000,00	67 981 000,00	—	—	—	266 487 000,00
Edifícios e outras construções	648 003 113,90	233 983 717,60	—	—	—	881 986 831,50
Equipamento básico	1 864 397 029,10	—	44 472 943,20	37 118 675,70	30 039 717,60	1 866 371 652,20
Equipamento de transporte	30 960 646,40	—	—	12 025 194,90	5 379 644,40	18 935 451,50
Ferramentas e utensílios	32 477 279,10	—	1 561 711,00	63 860,00	—	33 975 130,10
Equipamento administrativo	63 984 199,40	—	5 070 840,00	95 159,40	—	68 959 880,00
Taras e vasilhame	264 500,00	—	—	—	—	264 500,00
Instalações	9 336 858,10	—	257 462,00	—	—	9 594 320,10
Outras imobilizações corpóreas	17 542 732,70	—	4 194 310,00	438 000,00	—	21 299 042,70
Imobilizações em curso	30 005 222,70	—	12 743 045,60	—	29 883 041,70	12 865 226,60
Adiantamentos por conta imob. corpóreas	—	—	—	—	—	—
	2 895 477 581,40	301 964 717,60	68 300 311,80	49 740 890,00	65 302 403,70	3 150 699 317,10

Rubricas	Saldo inicial	Reavaliação/ ajustamento	Aumentos	Alienações	Transf. e abates	Saldo final
Investimentos financeiros:						
Partes de capital em empresas do grupo	18 983 640,00	—	5 420 000,00	—	—	24 403 640,00
Empréstimos a empresas do grupo	—	—	—	—	—	—
Partes de capital em empresas associadas	—	—	880 500,00	—	—	880 500,00
Empréstimos a empresas associadas	—	—	194 812 398,50	—	—	194 812 398,50
Títulos e outras aplicações financeiras	15 448 660,00	—	—	—	—	15 448 660,00
Outros empréstimos concedidos	—	—	—	—	—	—
Imobilizações em curso	—	—	—	—	—	—
Adiantamentos por conta invest. financeiros	—	—	3 458 240,00	—	—	3 457 240,00
	<u>34 432 300,00</u>	<u>—</u>	<u>204 570 138,50</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>239 002 438,50</u>

Amortizações e provisões:

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Regulariz.	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação	—	403 257,00	—	403 257,00
Despesas de investigação e desenvolvimento	—	—	—	—
Propriedade industrial e outros direitos	—	—	—	—
Trespases	—	—	—	—
	—	403 257,00	—	403 257,00
Imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais	—	—	—	—
Edifícios e outras construções	107 446 376,80	38 749 259,70	30 039 717,60	116 155 918,90
Equipamento básico	887 473 870,30	307 947 390,10	31 434 214,00	1 163 987 046,40
Equipamento de transporte	24 411 182,00	2 123 422,30	8 638 228,80	17 896 375,50
Ferramentas e utensílios	27 388 258,90	2 434 647,50	38 701,80	29 784 204,60
Equipamento administrativo	53 925 126,70	4 877 426,90	95 159,40	58 707 394,20
Taras e vasilhame	264 500,00	—	—	264 500,00
Instalações	6 055 655,60	552 687,60	—	6 608 343,20
Outras imobilizações corpóreas	8 626 719,00	3 977 174,20	262 800,00	12 341 093,20
	1 115 591 689,30	360 662 008,30	70 508 821,60	1 405 744 876,00
Investimentos financeiros:				
Títulos e outras aplicações financeiras	—	—	—	—
Outros empréstimos concedidos	—	—	—	—
	—	—	—	—

11 — Não aplicável.

12 — O imobilizado financeiro, terrenos, edifícios e veículos automóveis pesados de serviço público para passageiros e mercadorias, foram avaliados ao abrigo do Decreto-Lei n.º 12/90, de 6 de Janeiro, com referência a 31 de Dezembro de 1989.

A avaliação, independente, foi autorizada superiormente e efectuada por empresa especializada.

Os terrenos e edifícios, bem como os investimentos em imóveis foram avaliados, tendo em atenção os factores determinantes da valorização destes activos nomeadamente:

A localização e o estado de conservação, a obsolescência funcional ou económica e os valores verificados à data, para propriedades idênticas.

O edifício e o terreno sitos na Avenida Fernão de Magalhães foram reavaliados ao abrigo da Lei n.º 36/91, Decreto-Lei n.º 22/92, no presente exercício, tendo por base o valor de avaliação patrimonial apresentada no prospecto de oferta pública de vendas, para efeitos de privatização.

Relativamente às viaturas, a valorização atribuída, envolveu o custo e ano de aquisição, o valor em novo e a sua vida útil, as beneficiações introduzidas e a respectiva depreciação física e tecnológica.

Os investimentos financeiros resultaram igualmente de avaliação efectuada com base na situação líquida de cada empresa à data de 31 de Dezembro de 1989.

13 — A discriminação das reavaliações encontra-se no anexo III:

Rubricas	Custos históricos	Reavaliações	Valores contabilísticos reavaliados
Imobilizações corpóreas:			
Terrenos e recursos naturais	198 506 000,00	67 981 000,00	266 487 000,00
Edifícios e recursos naturais	545 146 316,50	233 983 717,60	779 130 034,10
Equipamento básico	1 008 178 732,80	—	1 008 178 732,80
Equipamento transporte	7 161 919,20	—	7 161 919,20
Ferramentas e utensílios	5 385 794,00	—	5 385 794,00
Equipamento administrativo	10 273 566,50	—	10 273 566,50
Instalações	2 300 984,30	—	2 300 984,30
Outras imobilizações corpóreas	9 121 102,90	—	9 121 102,90
Investimentos financeiros:			
Investimentos em imóveis			
<i>Total</i>	1 786 074 416,20	301 964 717,60	2 088 039 133,80

14:

a) Não existem imobilizações em poder de terceiros;

b) As imobilizações afectas a cada uma das actividades encontram-se discriminada no anexo IV:

Rubricas	Passageiros	Mercadorias	Reavaliados
Imobilizações corpóreas:			
Terrenos e recursos naturais	266 121 725,00	365 275,00	266 487 000,00
Edifícios e outras construções	850 874 052,90	1 073 061,00	851 947 113,90

Rubricas	Passageiros	Mercadorias	Reavaliados
Equipamento básico	1 850 486 615,00	15 885 037,20	1 866 371 652,20
Equipamento de transporte	18 970 451,50	—	18 970 451,50
Ferramentas e utensílios	33 890 162,60	84 967,50	33 975 130,10
Equipamento administrativo	68 953 665,00	6 215,00	68 959 880,00
Taras e vasilhame	264 500,00	—	264 500,00
Instalações	9 565 773,10	28 547,00	9 594 320,10
Outras imobilizações corpóreas	19 399 148,30	1 899 894,40	21 299 042,70
	<u>3 118 526 093,40</u>	<u>19 342 997,10</u>	<u>3 137 869 090,50</u>
Imobilizações em curso:			
Imobilizações em curso	<u>12 865 226,60</u>	<u>—</u>	<u>12 865 226,60</u>
	<u>3 131 391 320,00</u>	<u>19 342 997,10</u>	<u>3 150 734 317,10</u>

c) Não há Imobilizações implantadas em propriedade alheia;

d) Não existem imobilizações localizadas no estrangeiro;

e) Não existem imobilizações reversíveis;

f) Não existem custos financeiros capitalizados.

15 — Os bens utilizados em regime de locação financeira estão descriminados no anexo V:

Bens	Contrato	Valor de aquisição	Amortizações	Valor em dívida
Máquinas Astick	3117/BPSM	13 400 000,00	4 765 057,00	8 634 943,00
Fotocopiador	924026/BCP	1 850 000,00	685 405,00	1 164 595,00
Máquinas Astick	920561 /BCI	36 850 000,00	16 347 856,00	20 502 144,00
Viaturas ligeiras/Renault Clío	920763/BCI	4 412 184,00	2 019 671,00	2 392 513,00
<i>Total</i>		<u>56 512 184,00</u>	<u>23 817 989,00</u>	<u>32 694 195,00</u>

16 — Inventário das imobilizações financeiras em 31 de Dezembro de 1993:

Empresas	Porcentagem	Capital social	Resultados do exercício de 1993	Valor líquido após avaliações
Intercentro, L. ^{da} , Rua Actor Taborda, 55-10, esquerdo, 1000 Lisboa	7,80	10 000 000,00	—	9 578 640,00
UIC, S. A., Cernache Bonjardim	15,76	94 049 000,00	(51 784 661,50)	14 825 000,00
Rodoviária do Tejo, S. A., Torres Novas	0,03	1 828 715 000,00	(390 324 869,20)	492 500,00
Rotagus, L. ^{da} , Guarda	16,17	2 400 000,00	—	388 000,00
Internorte, L. ^{da} , Porto	3,07	270 900 000,00	194 893 693,30	15 448 660,00
<i>Total</i>				<u>40 732 800,00</u>

17 — Não há títulos negociáveis.

18 — Não há fundos afectos.

19 a 21 — Não aplicável.

22 — Não há existências em poder de terceiros.

23 — As dívidas de cobrança duvidosa, em contos são:

218 — Clientes de cobrança duvidosa — 3761,9;

268 — Devedores de cobrança duvidosa e créditos litigiosos — 113,4.
Existem provisões constituídas destes valores.

24 — Não aplicável.

25 — As dívidas activas e passivas do pessoal da empresa são as seguintes:

Contas	SalDOS	
	Devedores	Credores
Clientes pessoal	140 001\$00	—
Adiantam. com remuner.	3 301 036\$50	38 232 499\$50
Abono de doença e sinistros	5 536 931\$70	1 910 758\$80
Outras operações	643 350\$00	66 200\$00

26 — O valor das dívidas tituladas está evidenciado no balanço.

27 — Não aplicável.

28 — Não existem dívidas em situação de mora na conta de Estado e outros entes públicos.

29 — Não aplicável.

30 — À data do balanço as garantias reais prestadas pela empresa para cobertura de dívidas a terceiros são as seguintes:

Hipoteca de um prédio urbano sito em Coimbra classificado na conta de edificios e outras construções, para garantia de um empréstimo contraído no Banco Fomento e Exterior no montante de 500 000 contos.

31 — Não aplicável.

32 — As responsabilidades da empresa por garantias prestadas são as seguintes:

As licenças de carreiras de autocarros encontram-se cobertas por seguro caução no valor de 4 143 080\$.

Garantias bancárias no valor de 1 337 020\$.

33 — Não aplicável.

34 — Movimento das provisões:

Contas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
28 — Provisões para cobrança duvidosa:				
Para clientes	3 810 088,00	674 000,00	722 150,00	3 761 938,00
Para devedores	359 870,00	—	246 390,00	113 480,00
	<u>4 169 958,00</u>	<u>674 000,00</u>	<u>968 540,00</u>	<u>3 875 418,00</u>
29 — Provisões para riscos e encargos:				
Para pensões	502 011 583,40	—	47 746 716,00	454 264 867,40
Para outros riscos e encargos	7 246 530,00	—	7 246 530,00	—
	<u>509 258 113,40</u>	<u>—</u>	<u>54 993 246,00</u>	<u>454 264 867,40</u>
<i>Total</i>	<u>513 428 071,40</u>	<u>674 000,00</u>	<u>55 961 786,00</u>	<u>458 140 285,40</u>

35 — O capital está integralmente subscrito.

36 — O capital está representado por 1 204 078 acções, emitidas como acções escriturais e nominativas no valor nominal de 1000\$ por acção.

37 — A Rodoviária D'Entre Douro e Minho, S. A., detém 90% do capital.

38 — V. notas n.ºs 35 e 36

39 — V. quadro da nota seguinte.

40 — Movimento na rubrica de capitais próprios

Contas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
51 — Capital	1 204 078 000,00	—	—	1 204 078 000,00
56 — Reservas de reavaliação	—	—	—	—
563 — Lei n.º 36/91	—	301 964 717,60	—	301 964 717,60
59 — Resultados transitados	(168 398 442,00)	(217 522 426,40)	—	(385 920 868,40)

41 — O custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas, demonstra-se como segue:

Movimentos	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Existências iniciais	61 347 355\$00
Compras	533 970 955\$00
Regularização de existências	439 640\$00
Existências finais	<u>52 270 506\$00</u>
Custos do exercício	543 487 444\$00

42 — Não aplicável.

43 — Remunerações dos órgãos sociais (contos):

Conselho de administração	10 240,80
Conselho fiscal	1 649,60

44 — Não se registaram quaisquer vendas directas ao estrangeiro e no mercado interno o valor das vendas e das prestações de serviços distribui-se como se segue:

Actividade	Prestações de serviços	Total
Passageiros	2 342 024 288\$60	2 342 024 288\$60
Mercadorias	96 064 675\$10	96 064 675\$10
<i>Total</i>	<u>2 438 088 963\$70</u>	<u>2 438 088 963\$70</u>

45 — Demonstração dos resultados financeiros:

CUSTOS E PERDAS

	1993	1992
681 — Juros suportados	55 235 104,60	17 677 904,10
682 — Perdas em empresas do grupo e associadas	—	—

	1993	1992
683 — Amortizações de investimentos e imóveis	—	—
684 — Provisões para aplicações financeiras	—	—
685 — Diferenças de câmbio desfavoráveis	96 327,70	105 169,20
686 — Descontos de pronto pagamento concedidos	—	—
687 — Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	—	—
688 — Outros custos e perdas financeiros	1 134 700,50	1 339 350,60
Resultados financeiros	(43 808 231,40)	(4 430 434,90)
	12 657 901,40	14 691 989,00

PROVEITOS E GANHOS

	1993	1992
781 — Juros obtidos	756 561,10	3 165 053,10
782 — Ganhos em empresas do grupo e associadas	—	—
783 — Rendimentos de imóveis	3 010 506,00	2 445 783,00
784 — Rendimentos de participações de capital	6 760 636,00	4 279 070,00
785 — Diferenças de câmbio favoráveis	16 486,30	58 867,90
786 — Descontos de pronto pagamento obtidos	2 113 712,00	4 743 215,00
787 — Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	—	—
788 — Outros proveitos e ganhos financeiros	—	—
	12 657 901,40	14 691 989,00

46 — Demonstração dos resultados extraordinários

CUSTOS E PERDAS

	1993	1992
691 — Donativos	—	158 300,00
692 — Dívidas incobráveis	840 598,30	—
693 — Perdas em existências	439 640,00	767 498,90
694 — Perdas em imobilizações	10 304 106,10	—
695 — Multas e penalidades	836 852,00	498 540,50
696 — Aumentos de amortizações e de provisões	—	—
697 — Correções relativas a exercícios anteriores	486 752,00	458 202,70
698 — Outros custos e perdas extraordinários	67 452 600,60	40 642 295,80
Resultados extraordinários	(5 445 466,70)	26 452 423,10
	74 915 082,30	68 977 261,00

PROVEITOS E GANHOS

	1993	1992
791 — Restituição de impostos	504 015,00	341 190,00
792 — Recuperação de dívidas	264 500,00	—
793 — Ganhos em existências	—	—
794 — Ganhos em imobilizações	1 521 394,70	375 740,60
795 — Benefícios de penalidades contratuais	—	—
796 — Reduções de amortizações e de provisões	55 682 896,00	47 710 051,90
797 — Correções relativas a exercícios anteriores	268 092,10	674 302,50
798 — Outros proveitos e ganhos extraordinários	16 674 184,50	19 875 976,00
	74 915 082,30	68 977 261,00

O Conselho de Administração: *(Assinaturas ilegíveis.)*

Certificação legal das contas

1 — *Introdução.* — Examinámos as demonstrações financeiras anexas da Rodoviária da Beira Litoral, S. A., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 1993, a demonstração dos resultados do exercício findo naquela data e o correspondente anexo ao balanço e à demonstração dos resultados, documentos que evidenciam um total de balanço de 2 966 827 contos e um total de capital próprio de 901 232 contos, incluindo um resultado líquido negativo de 218 890 contos.

2 — *Responsabilidades.* — É da responsabilidade da administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma

verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de critérios e políticas contabilísticas adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito.* — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas e as Recomendações Técnicas da Câmara dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e exe-

cutado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm, ou contêm, distorções materialmente relevantes.

Para tanto, o referido exame inclui:

A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela administração, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras;

A apreciação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias e da aplicabilidade, ou não do princípio da continuidade;

Apreciação de ser adequada a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião sobre aquelas demonstrações financeiras.

6 — *Reservas.* — Do exame efectuado, temos a observar o seguinte:

6.1 — A empresa procedeu à reavaliação de parte dos seus terrenos e edifícios, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 22/92, de 14 de Fevereiro, do que resultou uma reserva de 301 965 000\$.

6.2 — A provisão constituída para complementos de pensões de reforma por velhice e invalidez para fazer face a responsabilidade contratual foi parcialmente utilizada no corrente exercício, apresentando um saldo de 454 265 000\$. Por inexistência de estudo actuarial, não nos é possível emitir opinião sobre a razoabilidade de tal provisão.

6.3 — Está registada no activo da empresa uma viatura incendiada, cuja indemnização está a ser discutida com o fornecedor, pelo valor de 11 580 000\$.

7 — *Opinião.* — Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos das situações descritas nas reservas acima indicadas, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Rodoviária da Beira Litoral, S. A., em 31 de Dezembro de 1993 e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos, tal como são geralmente praticados em Portugal.

Coimbra, 16 de Fevereiro de 1994. — Moreira, Valente & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por José Oliveira Moreira, revisor oficial de contas.

Relatório e parecer do conselho fiscal

No exercício das competências que nos são cometidas pelo artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais, acompanhámos a actividade da Rodoviária da Beira Litoral, S. A., durante o exercício de 1993, tendo procedido às verificações que tivemos por necessárias e obtido da administração e dos serviços todos os esclarecimentos solicitados.

Apreciamos o relatório anual sobre a fiscalização efectuada pela sociedade de revisores oficiais de contas que integra este conselho fiscal e que aqui se dá por reproduzido.

Analisámos a certificação legal de contas, que aqui também se dá por reproduzida, e com a qual concordámos.

Tudo considerado, somos de parecer que a assembleia geral anual:

a) Aprove o relatório de gestão e as contas do exercício de 1993, apresentados pela administração;

b) Aprove a proposta de aplicação de resultados, contida no relatório de gestão apresentado pela administração;

c) Proceda à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade e dela tire as conclusões referidas no artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais.

Coimbra, 16 de Fevereiro de 1994. — O Conselho Fiscal: *Filipe Machado Anahory Garin*, presidente — *Carolina Graça Silva Monteiro Teixeira Carvalho* — Moreira, Valente & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *José Oliveira Moreira*, revisor oficial de contas.

Acta n.º 8 da assembleia geral

Aos 29 dias do mês de Março de 1994, pelas 15 horas na respectiva sede social, na Rua da Casa Branca, em Coimbra, reuniu a assembleia geral ordinária da sociedade anónima Rodoviária da Beira Litoral, S. A., pessoa colectiva n.º 502550414, com o capital social de 1 204 078 000\$, matriculada sob o n.º 4476 na Conservatória do Registo Comercial de Coimbra, urgentemente convocada para deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

1 — Deliberar sobre o relatório de gestão e contas de exercício de 1993;

2 — Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;

3 — Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade.

Encontravam-se presentes todos os membros do conselho de administração do conselho fiscal e da mesa da assembleia geral com excepção do administrador Dr. Armando Roberto dos Reis Lavoura, da vogal efectiva do conselho fiscal, D. Carolina Graça Silva Monteiro Teixeira Carvalho e do secretário da mesa da assembleia geral, Manuel José do Nascimento, tendo este sido substituído para a presente sessão pelo accionista Hélder dos Santos Carvalho, verificando-se pela lista de presenças que se encontravam presentes oito accionistas titulares de 969 689 acções a que correspondem 9696 votos, representando 80,53% do capital social.

Iniciados os trabalhos foram apresentados esclarecimentos pelo conselho de administração e do conselho fiscal tendo-se passado à votação dos diversos pontos da ordem do dia.

Por unanimidade dos accionistas presentes foi deliberado:

a) Aprovar o relatório de gestão e contas do exercício de 1993 com o parecer favorável do conselho fiscal;

b) Aprovar a proposta de aplicação de resultados, transferindo-se para a conta de resultados transitados o resultado líquido negativo do exercício de 218 889 986\$30;

c) Aprovar a administração e fiscalização da sociedade com voto de confiança por merecer total apreço dos accionistas.

Nada mais havendo a deliberar foi encerrada a assembleia, pelas 15,30 horas, dela se lavrando a presente acta que depois de lida e achada conforme vai ser assinada pelos membros da mesa da assembleia geral.

(Sem assinaturas.)

3000221173

II SÉRIE



DIÁRIO
DA REPÚBLICA

Depósito legal n.º 8815/85

ISSN 0870-9963

Diário da República Electrónico:

Endereço Internet: <http://dre.pt>

Contactos:

Correio electrónico: dre@incm.pt

Linha azul: 808 200 110

Fax: 21 394 5750